

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRITO SENSU* EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NO GOVERNO LULA: ASPECTOS TEÓRICOS E  
POLÍTICOS NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS (2003-2009)**

**FABIANO LOMBARDI**

**CASCADEL, PR  
2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRITO SENSU* EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NO GOVERNO LULA: ASPECTOS TEÓRICOS E  
POLÍTICOS NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS (2003-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Sociedade, Estado e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, pelo aluno Fabiano Lombardi como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos

**CASCADEL, PR  
2010**

**Ficha catalográfica**  
**Elaborada pela Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste**

L833e    Lombardi, Fabiano  
          Estado e política social no Governo Lula: aspectos teóricos e  
          políticos nos discursos presidenciais (2003-2009). / Fabiano Lombardi.—  
          Cascavel, PR: UNIOESTE, 2010.  
          130 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná.  
Bibliografia.

1. Estado. 2. Políticas sociais. 3. Discursos oficiais – Presidente  
Lula. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21ed. 320.981

**Bibliotecária: Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362**

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NO GOVERNO LULA:  
ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS NOS  
DISCURSOS PRESIDENCIAIS (2003-2009)

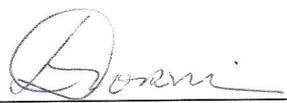
**Autor:** Fabiano Lombardi

**Orientador:** Roberto Antonio Deitos

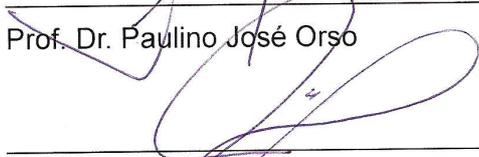
Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Fabiano Lombardi, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação.  
Data: 18/06/2010

Assinatura:   
(orientador)

COMISSÃO JULGADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Doralice Aparecida Paranzini Gorni

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulino José Orso

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. João Batista Zanardini

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Roberto Antonio Deitos, pela confiança e apoio desde a especialização e pela orientação segura, capaz de recompor a tranquilidade para desenvolver a pesquisa.

À professora Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, por compor a banca de qualificação, pela inestimável contribuição para os rumos dessa pesquisa e por nos honrar, a mim e a esse Programa de Mestrado, pela sua presença constante e dedicada.

À professora Doralice Aparecida Paranzini Gorni, por aceitar compor a banca de defesa e pelas relevantes contribuições feitas.

Ao professor João Batista Zanardini, caráter impar de humanidade e dedicação à educação pública, por compor a banca de defesa, pelo incentivo e pelas sugestões para essa dissertação.

Ao professor Paulino José Orso, por contribuir, agora como membro da banca, e anteriormente, desde a especialização, como intelectual preocupado em transmitir e instigar o conhecimento crítico.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação da UNIOESTE, pelo espírito coletivo empregado em realizar essa pós-graduação e pelos seus ensinamentos valiosos para minha formação. Meus agradecimentos à professora Edaguimar Orquiza Viriato, à professora Ireni Marilene Zago Figueiredo, à professora Georgia Sobreira dos Santos Cêa, à professora Liliam Faria Porto Borges e ao professor Ramón Casanova, pelas aulas proporcionadas em suas disciplinas onde tive o privilégio de ter participado.

À Sandra Köerich e Adeline, da secretaria do Mestrado, pela dedicação constante.

Aos colegas, alunos do Mestrado, que me permitiram compartilhar de suas ricas experiências e de seus conhecimentos durante as aulas e intervalos. Vários exemplos de vida e de luta.

Ao GEPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social) e seus integrantes, pelo apoio, incentivo em todo o percurso.

À Fundação Araucária, pelo financiamento da bolsa que foi utilizada em boa parte do curso.

Aos meus amigos e familiares, pelo apoio e incentivo que recebi e que, muitas vezes sem perceberem, aliviaram minhas angústias.

À minha mãe, Maria Vaz Lombardi, sempre dedicada à formação dos filhos e neste momento não foi diferente, me apoiando em todo o trajeto.

À Sheila, minha esposa e ao Guilherme, meu filho, pela paciência que tiveram e pelo incentivo que me deram. Ambos participaram intensamente, sentiram o peso,

partilharam comigo das alegrias e das dificuldades da busca pelo conhecimento, de mexer no que está acomodado.

## RESUMO

Neste trabalho analisamos concepções de Estado e política social presentes nos discursos oficiais do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2009). Por meio de concepções teóricas de Estado e política social de autores posicionados teórica e politicamente nos campos da esquerda e da direita, de suas divergências e convergências, nosso objetivo é apreender nos discursos oficiais do presidente Lula concepções subjacentes de Estado e política social que, de certa maneira, apontam ou justificam caminhos, ações ou políticas governamentais desse período, também posicionadas. Essa relação que fazemos na pesquisa se justifica, pois um discurso oficial que representa um dado governo depende de perspectivas teóricas e políticas determinadas que nem sempre aparecem explicitamente, mas quando mediadas por um quadro conceitual, claramente definido teórica e politicamente, podem revelar tomadas de posição política. Apresentamos referenciais teóricos para concepções de Estado e política social em autores brasileiros de relevância nacional para este tema. No campo da esquerda utilizamos estudos de Evaldo Vieira, Vicente Faleiros e José Paulo Netto, no campo da direita utilizamos como referencial estudos de Luiz Carlos Bresser-Pereira. Diante das diferentes e opostas perspectivas de análise apresentadas, podemos ressaltar que a utilização de determinadas categorias, como por exemplo, conflito ou contradição, entre outras que marcam concepções marxistas e liberais, acabam definindo com clareza posicionamentos políticos no campo da esquerda ou da direita. Assim, foi possível verificar nos discursos a função política de dirigente do Estado, como conciliador para os interesses econômicos e políticos hegemônicos, pois não revelam o caráter de classe da sociedade brasileira e manifestam forte inclinação às interpretações socioeconômicas e políticas predominantemente de cunho liberal democrático, sendo uma constante o esforço em convencer para conservação da lógica econômica e política capitalista. Nas considerações finais demonstramos o considerável peso dos discursos do presidente Lula, levando em conta seu reconhecido carisma, popularidade e aprovação. Procuramos evidenciar que seus discursos mostram-se condizentes com a lógica de submissão das classes por serem convergentes com uma concepção afastada do campo da esquerda, onde a pauta da transformação da ordem econômica desigual deve ser uma constante. Também apontamos uma breve referência de estudos que fazem a crítica ao governo Lula, especialmente à sua política social, mostrando-nos evidências de características que estão presentes nos discursos do presidente Lula.

**Palavras-chave:** Estado. Política social. Discursos oficiais do presidente Lula.

## ABSTRACT

In this paper we are going to analyse the conceptions of the state social politics present in the President Luiz Inacio Lula da Silva's official speeches (2003-2009). With theoretical conceptions of the state and social politics of the left and the right's authors that are established in theoretical and politically in the left and right field in their divergence and convergence, our aim is to learn in Lula's official speeches subjacent conceptions of the state and social politics that show or justify the way, the actions or the governmental politics of these periods. This relation that we do in the research justify itself because a official speech that represents a government depends on theoretical perspectives and determine politics that not always appear explicitly, but when they mediate some conceptions clearly defined theoretica and politically can reveal a politic positions. We make reference to the state conceptions and social politics in Brazilian writers that are important to this theme. In the left field we use the studies of Evaldo Vieira, Vicente Faleiros and José Paulo Neto. In the right field, the studies of Luiz Carlos Bresser Pereira. Through the opposite and different perspectives analysed we can say that the use of some categories, for example, the conflicts or contrations, among others that mark the liberal and marxist conceptions, which define clearly the political position in the left right field. Thus it was possible to verify in the speeches the political function of the state leader, as a conciliator for the economical interests and hegemonic politics, because they don't reveal the class character of the Brazilian society and show a strong inclination to the socioeconomical and political interpretations that are predominantly liberal democratic, that try to convince to conservate the economic logic and capitalist politics. At the end we demonstrate the importance of Lula's speeches, considering his charisma popularity and approval. We try to put in evidence that his speeches are suitable with the logic submission of the classes because they are convergent with a far away conception of the left field where the transformation of the non equal economical order must be constant. We also have some studies that criticize Lula's government, specially to his social politics, showing us evidence of characteristics that present in the President Lula's speeches.

**KEY-WORDS:** State. Social politics. President Lula's official speeches.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vii
<b>ABSTRACT</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS</b>	<b>17</b>
1.1 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS NO CAMPO DO PENSAMENTO DA ESQUERDA .....	23
1.1.1 Sociedade e Estado no campo do pensamento da esquerda .....	23
1.1.2 Sociedade e política social no campo do pensamento da esquerda.....	37
1.2 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS NO CAMPO DO PENSAMENTO DA DIREITA .....	48
1.2.1 Sociedade e Estado no campo do pensamento da direita .....	50
1.2.2 Sociedade e política social no campo do pensamento da direita.....	59
<b>2 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE LULA</b> .....	<b>64</b>
2.1. O ESTADO NOS DISCURSOS OFICIAIS DO PRESIDENTE LULA .....	65
2.2. A POLÍTICA SOCIAL NOS DISCURSOS OFICIAIS DO PRESIDENTE LULA .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que desenvolvemos aqui tem como origem os estudos iniciados com o trabalho monográfico realizado como conclusão do curso de Especialização em Fundamentos da Educação<sup>1</sup> em 2007, na UNIOESTE, cujo objetivo principal era apresentar as concepções teóricas e as relações entre Estado, sociedade e políticas sociais para os autores Vicente Faleiros, Evaldo Vieira e José Paulo Netto<sup>2</sup>. Nesse trabalho foi possível verificar que as possíveis divergências entre os autores escolhidos não ferem essencialmente a linha teórica adotada por eles, calcadas em categorias do materialismo histórico e no campo teórico-político da esquerda, e a ênfase que cada um apresenta aos vários aspectos que envolvem a temática do Estado e da política social significativamente acabam convergindo teórica e ideologicamente.

Concluído o curso de especialização, mantivemos o debate e a reflexão por meio da nossa participação no GEPES (Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Sociais), o que levou a construirmos o projeto inicial para esta dissertação de mestrado. A proposta inicial seria a de retomar os autores já estudados e analisá-los com maior aprofundamento, tendo em vista as lacunas e as indagações surgidas na pesquisa anterior. Além disso, ampliando o estudo, analisaríamos referenciais teóricos política e ideologicamente posicionados no campo da direita, ou seja, opostos ao posicionamento dos autores que já havíamos iniciado a pesquisa.

No decorrer das aulas do mestrado, das leituras, das conversas com o orientador e das reflexões realizadas, percebemos as dificuldades em delimitar o objeto de pesquisa e ao mesmo tempo, a curiosidade e as provocações que informações acerca das políticas sociais no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos levaram ao projeto de estudo que aqui apresentamos.

A análise das políticas sociais e a relação destas com a sociedade e com o Estado é objeto de estudo de inúmeros pesquisadores que expressam as mais

---

<sup>1</sup> Curso de Especialização em Fundamentos da Educação, 2007, Sociedade, Estado e Políticas sociais: algumas interpretações teóricas. Prof. Orientador: Dr. Roberto Antônio Deitos.

<sup>2</sup> A escolha desses três autores se deve à reconhecida relevância acadêmica dos mesmos no debate sobre as políticas sociais e por serem claramente posicionados no campo teórico-político da esquerda. Além disso, são referências importantes do reduto acadêmico de nossa formação.

variadas perspectivas que, de maneira mais ampla, podemos identificar como concepções de direita e concepções de esquerda. Em linhas gerais, entendemos aqui as concepções de direita como as que concebem a sociedade, as relações de dominação e de classe como naturais e, particularmente na sociedade capitalista, sustentam ideologicamente relações de dominação e exploração. Já as concepções de esquerda são entendidas aqui como as que postulam uma posição que vai de encontro aos interesses econômicos e ideológicos da sociedade capitalista e de suas relações de dominação e exploração. Se essa definição geral e rasa nem sempre permite distinguir um posicionamento político em discursos teóricos ou políticos, o que dizer de discursos que não pretendem, em última instância, sistematizar conceitos e análises? Assim, optamos neste trabalho por fazer um estudo abordando de forma sucinta e subsidiária algumas concepções teóricas de Estado e políticas sociais, presentes nos campos teórico-políticos da esquerda e da direita para, primordialmente, analisar estas mesmas concepções presentes nos discursos oficiais do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, desde o primeiro mandato até o ano de 2009.

Analisar as concepções de Estado e o que é política social nos discursos presidenciais (2003-2009) se justifica, pois esses discursos representam o pensamento oficial do chefe maior do poder executivo federal e compreendem proposições, planos, justificativas, debates e desabafo que fazem parte desse material que merece ser analisado, ser compreendido à luz do referencial teórico produzido nesse âmbito.

Ao estudarmos as noções de Estado, políticas sociais e sociedade sob a ótica de Evaldo Vieira (1983;1992; 2001a; 2001b), Vicente de Paula Faleiros (1980; 1991) e José Paulo Netto (1992; 2003), verificamos que tais autores utilizam a teoria marxista para analisar as políticas sociais e o papel do Estado na criação e implementação de tais políticas e a sua relação com a sociedade. Os três autores têm uma concepção de sociedade conectada às relações sociais de produção existentes dentro do modo de produção capitalista. A sociedade capitalista é, para esses autores, o solo em que se desenvolvem as políticas sociais e onde elas irão desempenhar um papel fundamental para a manutenção desse modo de produção. Assim, percebemos que é consensual entre eles analisar seus objetos de estudo sempre levando em conta a esfera da produção econômica em que estão inseridos e assim buscam revelar o fundamento das relações sociais contraditórias do

capitalismo e, nesta pesquisa, retomamos os autores acima mencionados como referências do campo do pensamento da esquerda e apresentamos suas concepções de Estado e política social, teórica e politicamente posicionadas, e utilizamos como referência do campo da direita as concepções de Estado e política social presentes no pensamento de Luiz Carlos Bresser-Pereira, autor de relevância acadêmica e personalidade política influente na história recente do Brasil, tanto pelo seu envolvimento direto com uma linha partidária liberal democrata, bem como pelo seu exercício direto como ministro responsável por projetos de reformas liberalizantes<sup>3</sup>.

Nas concepções de Estado e política social de Bresser-Pereira está presente uma leitura que admite o conflito de classes, mas que não o trata como uma contradição. Em sua concepção de Estado o autor enfatiza aspectos que denotam a neutralidade do aparelho estatal com relação às divergências econômicas e políticas presentes na sociedade capitalista. Com isso, dissocia a sociedade classista de um Estado classista e acaba desconsiderando assim uma relação fundamental. Ao defender que o aparelho burocrático do Estado não é capitalista, mas administra relações capitalistas, Bresser-Pereira coloca os integrantes, técnicos da burocracia estatal, apartados do conjunto das relações econômicas e políticas da sociedade.

Quanto às concepções de política social em Bresser-Pereira, constatamos que apesar do autor não apresentar estudos específicos para este tema, em suas reflexões sobre a questão do desenvolvimento, que são numerosas, encontramos a relação direta com proposições de políticas sociais. Para o autor, a promoção de políticas que levem a uma maior justiça social é ocasionada pela maior racionalidade no conjunto das relações sociais e políticas e pelo desenvolvimento econômico. Segundo sua visão, na relação entre trabalhadores e capitalistas, os interesses em conflitos são inevitáveis, mas há também a cooperação entre eles e tais conflitos não impedem o desenvolvimento como um todo, podendo ser até “favoráveis” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 214).

Dentro desse contexto de divergências e convergências teóricas e metodológicas entre os autores mencionados, nosso objetivo é apreender nos

---

<sup>3</sup> Na sessão 1.2 deste trabalho está presente um breve histórico de Bresser-Pereira. Destaque-se que Bresser-Pereira, no governo Fernando Henrique Cardoso, assumiu o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), onde comandou a Reforma Gerencial do Estado de 1995.

discursos oficiais do presidente Lula (2003-2009) concepções subjacentes de Estado e políticas sociais e que, de certa maneira, apontam ou justificam caminhos, ações ou políticas governamentais. Podemos pegar como exemplo a seguinte afirmação do presidente Lula:

Meus Senhores e minhas Senhoras,  
Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.  
Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.  
Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural.  
Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do País.  
[...].  
Nosso governo nunca foi, nem é “populista”. Este governo foi, é e será popular (BRASIL, 2007a, p. 8-9)<sup>4</sup>.

Neste pronunciamento, ocorrido na data da posse do segundo mandato do presidente Lula, há uma negação da política social compensatória e uma exaltação de uma política criadora de direitos e estrutural. Nessa argumentação a respeito da política social em seu governo, encontramos um exemplo de como o presidente Lula interpreta e defende um posicionamento de como devam ser as políticas sociais, ou seja, não apenas compensatória e sim criadora de direitos, expressando assim, parâmetros para ações de seu governo nessa área. Este exemplo nos mostra como um discurso que venha a expor parâmetros para políticas de governo também depende de perspectivas teóricas e políticas determinadas, que não aparecem explicitamente, pois políticas estruturais e políticas compensatórias podem envolver um amplo debate acadêmico e que no discurso oficial do presidente não é o objetivo a ser feito.

Os discursos oficiais da Presidência da República são as principais fontes primárias que utilizamos. Tais fontes estão disponíveis pela Imprensa Oficial da União, no endereço eletrônico <<http://www.info.planalto.gov.br>>, como discursos transcritos das cerimônias em que foram pronunciados, o que torna essas fontes

---

<sup>4</sup> Discurso de posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional, 1º de janeiro de 2007.

mais ricas, pois prática constante do presidente Lula era deixar o discurso prévio de lado e improvisar suas falas. A riqueza das fontes está também na quantidade. Por mês, desde janeiro de 2003, são de vinte a trinta discursos realizados nos mais variados compromissos que o presidente Lula ou o vice-presidente José Alencar participam.

A busca de tais fontes é bastante facilitada pelas possibilidades de acesso que a página oficial da presidência da República apresenta. Os discursos oficiais podem ser buscados por período (ano e mês) ou por palavra-chave. Ou seja, no caso de nossa pesquisa, buscamos a palavra-chave “política social” e assim foram listados todos os discursos oficiais da presidência, desde janeiro de 2003, em que o termo apareceu. Esta é uma das maneiras de seleção e organização dos discursos que utilizamos. Outra forma utilizada, por exemplo, é a busca por discursos em momentos de destaque, como pronunciamentos à nação, discursos de posse e mensagens ao congresso nacional. Foram selecionados e lidos 137 discursos oficiais do presidente Lula, os quais variam a quantidade de laudas transcritas, entre cinco e a mais de duas dezenas de páginas.

A forma como procedemos a busca dos discursos pela palavra chave “política social”, temos consciência que é aleatória, pois ao referir-se às políticas sociais, o presidente Lula pode usar diversos termos. Mesmo assim, nosso critério de busca possibilitou que nos aproximássemos do objetivo desse trabalho. Nos discursos que foram analisados, buscamos destacar para as concepções de Estado e política social ideias recorrentes, explícitas ou contraditórias que apareciam, assim nos foi possível identificar linhas de pensamento dos campos teóricos da esquerda e da direita presentes nos discursos oficiais do presidente.

A abordagem aos discursos oficiais do presidente Lula que realizamos nessa pesquisa é, necessariamente, mediada pela base teórica que mencionamos. O apoio conceitual e uma clara definição de posicionamento teórico e político nos foi imprescindível. Esse foi o princípio fundamental de nossa análise. Assim, este trabalho não tem como preocupação seguir os reconhecidos procedimentos da “análise de discurso” ou “análise de conteúdo”<sup>5</sup>, mesmo que haja algumas aproximações na metodologia que utilizamos.

---

<sup>5</sup> Orlandi (2005) e Shiroma; Campos; Garcia (2005).

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, o trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo, “Estado e Política Social: Alguns Aspectos Teóricos e Políticos”, realizamos inicialmente uma discussão em torno dos parâmetros teóricos e políticos entendidos como esquerda e direita, trazendo também, um debate sumário em torno da concepção liberal e da marxista a respeito do Estado. Este capítulo está dividido em duas seções, a primeira, “Estado e Política Social: aspectos teóricos e políticos no campo do pensamento da esquerda” e a segunda, “Estado e Política Social: aspectos teóricos e políticos no campo do pensamento da direita”. Nessas duas seções são apresentados referenciais teóricos para concepções de Estado e política social em autores de relevância nacional para este tema no Brasil. No campo da esquerda utilizamos alguns estudos de Evaldo Vieira, Vicente Faleiros e José Paulo Netto, no campo da direita utilizamos como referencial, estudos de Luiz Carlos Bresser-Pereira. Diante das diferentes e opostas perspectivas de análise apresentadas, podemos ressaltar que a utilização de determinadas categorias, como por exemplo, conflito ou contradição, entre outras que marcam concepções marxistas e liberais, acabam definindo com clareza posicionamentos políticos no campo da esquerda ou da direita.

No segundo capítulo, intitulado “Estado e Política Social nos Discursos Oficiais do Presidente Lula”, buscamos apreender concepções subjacentes de Estado e política social nos discursos oficiais da presidência da República. Nesta parte do trabalho foi possível estabelecer relações da base teórica do primeiro capítulo, quanto às concepções de Estado e política social, com discursos oficiais do presidente, percebendo assim, quais aproximações são possíveis aos campos teóricos e políticos da esquerda e da direita. O que pode ser destacado neste capítulo é que nas concepções presentes nos discursos do presidente Lula é possível verificar a sua função política de dirigente do Estado, para promover mediações conciliatórias de acordo com as bases estruturais e os interesses econômicos e políticos hegemônicos. De modo geral os discursos presidenciais não revelam o caráter de classe da sociedade brasileira e manifestam forte inclinação às interpretações socioeconômicas e políticas predominantemente de cunho liberal democrático, pois o esforço em convencer para conservação da lógica econômica e política capitalista é uma constante.

Nas considerações finais demonstramos o relativo peso dos discursos do presidente Lula, levando em conta o seu reconhecido carisma e confirmada

popularidade e aprovação pela maioria da população. Procuramos evidenciar o fato de seus discursos mostrarem-se condizentes com a lógica de submissão das classes subalternas, por serem convergentes com uma concepção afastada do campo da esquerda, onde a pauta da transformação de uma ordem econômica desigual deve ser uma constante. Também apontamos nas considerações finais, uma breve referência de estudos que fazem a crítica ao governo Lula, especialmente à sua política social, mostrando evidências de características que estão presentes nos discursos do presidente Lula.

## 1 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS

Uma teoria de Estado e de política social é proveniente de determinado conhecimento que tenha sido produzido. Tal conhecimento, sendo científico, requer certa coerência em seus procedimentos, métodos e finalidades. No entanto, uma requerida coerência possui perspectivas distintas nas ciências sociais. Em seu texto, *Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais*, Lowy (1978) estabelece um debate constante entre as noções de verdade, objetividade e posicionamento político, que estão presentes nas diversas correntes teóricas das ciências sociais. Conservação ou revolução são tomadas como substratos de verdades. O autor coloca como epígrafe, no referido texto, uma citação de Antonio Gramsci: “[...] a verdade é sempre revolucionária” e no decorrer do texto a indicação de outras perspectivas de verdade, como a de Durkheim, em suas *Regras do método sociológico*, afirmando que:

[...] nosso método não tem pois nada de revolucionário, ele é mesmo, num certo sentido, essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas, cuja natureza, por mais flexível e maleável que seja, não é entretanto modificável de acordo com a nossa vontade (LOWY, 1978, p. 12).

Lowy defende que as visões de mundo das classes sociais condicionam todo o processo da pesquisa, onde as escolhas não são obras do acaso, mas estão relacionadas organicamente em uma perspectiva global com a vida do indivíduo, com sua ideologia de classe. Da mesma forma, podemos afirmar que concepções de Estado e de políticas sociais também se vinculam aos posicionamentos de classe, posicionamentos políticos de conservação ou transformação, indicando, respectivamente, posições teóricas e políticas no campo do pensamento da direita e da esquerda.

Entendemos que:

Esquerda e direita são parâmetros flexíveis, que nos ajudam a entender o fenômeno político. Tais parâmetros não são preestabelecidos, mas devem dizer respeito à realidade concreta que se quer analisar; portanto, têm uma definição relacional e comparativa. São parâmetros que têm a ver com o contexto político-social. Esta classificação (esquerda e direita) pode, ainda, ser

arbitrária e simplificadora, não obstante corresponda às grandes linhas da atuação política (CONCEIÇÃO, 2000, p. 46)<sup>6</sup>.

Defendemos que direita e esquerda tem um sentido correlato. Dentro de partidos políticos, por exemplo, existem as partes mais para a esquerda no campo do pensamento da esquerda e as partes mais para a direita no campo do pensamento da direita, onde o centro representa a antítese das divergências e convergências perante o programa oficial do partido. O extremismo a qualquer das posições infere a uma ruptura da ordem social, sendo a extrema-direita destinada à preservação do *status quo* e a extrema esquerda buscando a criação de uma outra ordem social (CONCEIÇÃO, 2000, p. 43).

No que tange ao posicionamento (esquerda/direita) na análise das políticas sociais e do papel do Estado, consideramos que “[...] a esquerda está fundada sobre a idéia de igualdade econômica, e a direita apoia-se sobre a idéia do não-igualitarismo”. Levando-se em conta que não podemos afirmar que uma queira eliminar todas as desigualdades e a outra deseja conservar a todas, “[...] no máximo, supõe-se que a esquerda seja mais igualitária e a direita seja mais não-igualitária” (CONCEIÇÃO, 2000, p. 45). Assim iremos considerar também os posicionamentos teóricos e políticos que estão colocados no campo do pensamento da esquerda ou à direita para a análise que aqui pretendemos desenvolver.

Faremos a seguir um percurso que pretende localizar concepções de Estado e políticas sociais em tais perspectivas de classe, ou seja, conservadoras e transformadoras, ou posicionadas no campo do pensamento da direita e da esquerda.

Um paradigma conceitual fundamental para a teoria do Estado moderno está presente na contraposição entre o idealismo filosófico e o materialismo histórico. A disputa colocada entre o idealismo hegeliano e o materialismo de Marx e Engels pode ser ilustrada com uma citação de Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*:

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da idéia ética”, nem “a

---

<sup>6</sup> Em seu livro intitulado *Partidos Políticos e Educação: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo*, no subtítulo *Extrema-esquerda, ultra-esquerdismo e esquerda*, Conceição (2000) faz concisa e consistente abordagem sobre os termos esquerda e direita, imprimindo movimento histórico em sua definição.

imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado (ENGELS, s/d, p. 181).

Marx e Engels (2006) afirmam o caráter inconciliável entre interesses particulares e interesses coletivos, que só ilusoriamente aparentam se realizar através do Estado. Este, mesmo intitulado como democrático, não é mais do que o enfrentamento de conflitos de interesses particulares, apresentados como interesse geral, que se faz necessário para intervir e controlar de maneira prática: controle e dominação de classe. Dessa forma, um dos pontos basilares de diferenciação entre a perspectiva de Estado sustentado pelo idealismo e verificado pelo materialismo histórico é o caráter de classe que este último imprime ao Estado, sendo na lógica capitalista, Estado burguês. Esse que será abordado adiante.

Para Hegel, o Estado se apresenta como a instituição suprema que a sociedade criou, é a realização plena da liberdade humana, não individualmente, mas através da comunidade. Segundo apresentação de Marcos Lutz Müller (1998), o Estado em Hegel é a realização das vontades dos indivíduos singulares em objetivação da vontade universal de liberdade política, que garante as demais liberdades (criação de obra de arte, consciência religiosa e de pensamento teórico), assim sendo intrínseca ao Estado a racionalidade, formada abstratamente pela singularidade e universalidade e “[...] concretamente, segundo o conteúdo [...] da vontade substancial universal, e da liberdade subjetiva do saber individual e da vontade que busca os seus fins particulares [...]” (MÜLLER, 1998, p. 11). Assim, pode-se afirmar que ideia, saber e vontade estão presentes intrinsecamente na noção de Estado em Hegel.

Na ótica liberal a visão sobre Estado ganha variações em “liberalismos possíveis”, mas é preciso identificar sua essencialidade. Segundo Eduardo Chaves, um estudioso e defensor do liberalismo, o princípio fundamental dessa filosofia política é a liberdade, pois quando os indivíduos se associam e passam a viver em

sociedade nenhum bem tem maior importância que a liberdade. Assim, o espaço privado e sua inviolabilidade é a função primeira do Estado<sup>7</sup>. O problema, apontado pelo autor, “[...] é que o Estado, sendo constituído por pessoas, frequentemente, em vez de garantir esse espaço privado, tenta, ele próprio, invadi-lo, restringi-lo, ou até mesmo eliminá-lo inteiramente”. Conclui assim, que na relação entre indivíduos e entre indivíduo e Estado, “[...] a liberdade é, para o liberalismo, o bem supremo” (CHAVES, 2007, p. 8).

A propriedade privada, conforme Eduardo Chaves, não é o vínculo primeiro e essencial do liberalismo, ela é decorrência do princípio básico do qual “[...] em sociedade é desejável buscar a maior liberdade possível para cada um que seja compatível com a igual liberdade para todos. Aplicando esse princípio à área econômica, o liberalismo defende a tese de que o governo deve se abster de toda e qualquer tentativa de atuar diretamente na economia [...] ou nela intervir de qualquer forma”. Disso decorre, segundo o autor, a defesa liberal do *laissez-faire*, de que o “melhor governo é o que governa menos” ou do “Estado mínimo”, inclusive na área social, onde as “prestações de serviços”, de maneira geral, devem ficar livres e exclusivas à iniciativa privada, onde o Estado só poderá intervir perante a “violação de direito individual ou quebra de contrato” (CHAVES, 2007, p. 9-10).

A defesa da imperiosidade da livre iniciativa é justificada por Chaves (2007) pela sua explicação do conceito de liberdade. Diz o autor que, para o liberalismo, vale o conceito de liberdade negativo ou formal, ou seja, a **não** obrigatoriedade de fazer ou o **não** impedimento de fazer algo é expresso pela garantia do sistema político existente, determinado basicamente pela constituição. Argumenta o autor que, para o liberal, as condições materiais, capacidade ou recursos não garantem a liberdade. Tais elementos são possíveis de obter por cada um que seja livre para isso. E assim exemplifica:

Se, trinta anos atrás [...] alguém dissesse para um migrante nordestino na Grande São Paulo que ele poderia se tornar presidente do Brasil, porque ninguém o proibia de tentar ser, os oponentes do liberalismo iriam dizer que ele realmente não era livre, porque lhe faltariam as condições materiais para chegar a ser presidente. No entanto, chegou a ser – eleito pelos oponentes do liberalismo, que em geral negam que a liberdade formal seja liberdade real (CHAVES, 2007, p. 13).

---

<sup>7</sup> Como apontado anteriormente em Hegel, aqui há similaridade com a noção de vontade individual expressa na vontade geral.

Podemos verificar, pelos apontamentos do autor contemporâneo, utilizado aqui como um teórico do liberalismo, que no exercício da liberdade, a vontade se sobrepõe às condições materiais e que o Estado deve primordialmente garantir a liberdade formal, ou seja, a ideia de saber que pode agir é superior à condição para poder agir. Devemos grifar este aspecto, pois o liberalismo não se restringe apenas a teorias, mas na ideologia do modo de produção capitalista, produzido na modernidade como concepção de mundo, encarregada da legitimação da ordem social. Desse modo,

Pode-se considerar legítima uma teoria que efetivamente expressa a realidade concreta existente com suas contradições e seus antagonismos. Porém, quando se trata de legitimar essa ordem, a teoria precisa se apresentar de forma lógica, coerente e aparentemente sem contradição, sob pena de perder sua credibilidade e validade. Entretanto, na tentativa de se apresentar como legítima, constrói todo um arcabouço conceitual lógico, mas acaba mistificando o real, distancia-se da realidade e falseia a consciência (ORSO, 2003, p. 21).

Como foi apontado anteriormente, o materialismo histórico tem a clara constatação do caráter burguês do Estado.

A formulação ainda sumária e de certa maneira simplificada apresentada no *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, que consideram o Estado moderno um comitê para a administração dos assuntos comuns de toda burguesia, é, de fato, “a proposição central do marxismo com relação ao Estado”<sup>8</sup> (BOTTOMORE, 1997, p. 177).

Em oposição à afirmação acima, o liberalismo não admite esta determinação, indicando a democracia formal como representação do interesse geral da sociedade. Como é ressaltado por Minto (2006), citando Marx e Engels, em suas reflexões realizadas em *A Ideologia Alemã*, em todas as épocas em que uma classe sobe ao poder e se torna dominante, precisa apresentar seus interesses como dominantes, ou seja, de **vontades** particulares tornarem-se **vontades** universais<sup>9</sup>. Com isso, perante condições dadas, as classes dominadas de uma determinada época tomam como suas as ideias dos dominadores de tal época. Prossegue o autor, tomando como exemplo o conceito de público, demonstra que as

---

<sup>8</sup> Grifos do autor.

<sup>9</sup> Grifos meus.

ideias que são produzidas pelas relações e condições materiais e acabam se descolando de seus produtores por força do desenvolvimento histórico. Assim, sendo necessário tais ideias continuarem a vigorar, mesmo não correspondentes à realidade, elas acabam determinando conceitos com um “caráter místico”. Dessa forma, “[...] o conceito de *público* nada mais é do que uma emanção ideológica da classe dominante no seu esforço em tornar ‘universais’ os seus interesses de classe como os únicos possíveis, equivalentes a uma suposta ‘razão humana’ natural”<sup>10</sup> (MINTO, 2006, p. 43).

Na mesma direção acima colocada, Luciano Gruppi (1987) ao analisar as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, aponta que a teoria de Estado na concepção burguesa não é uma teoria, mas uma justificação ideológica do Estado existente, pois separa sociedade civil de Estado ou coloca este como determinante para aquela. Ou seja, a instituição estatal é apresentada como reguladora neutra dos diversos interesses individuais presentes na sociedade, sendo capaz de projetar e efetivar os ideais de liberdade e igualdade. Já a concepção marxista é revolucionária, pois identifica a natureza de classe que está presente no Estado. Sendo a burguesia a classe economicamente dominante no capitalismo tais relações econômicas determinam as relações políticas, ideológicas e culturais. “[...] Isso permite fundamentar cientificamente uma teoria do Estado. Não é o Estado que determina a estrutura econômica, mas sim o contrário”. Isso não significa que haja uma relação passiva da superestrutura jurídica e política para com a estrutura econômica, ou então, uma separação entre Estado e sociedade civil. Na concepção marxiana o aparato superestrutural garante as relações de produção de determinado modo de produção, Estado escravista garante o trabalho escravo, Estado capitalista garante a acumulação capitalista sobre o trabalho assalariado (GRUPPI, 1987, p. 27). Como mostraremos a seguir, é nessa linha de análise que Vicente Faleiros, Evaldo Vieira e José Paulo Netto entendem o Estado e sua relação com as políticas sociais.

---

<sup>10</sup> Grifos do autor.

## 1.1 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS NO CAMPO DO PENSAMENTO DA ESQUERDA

Tomaremos nesse item a perspectiva de análise construída por teóricos brasileiros de elevada importância na análise das políticas sociais. Apresentaremos suas concepções como as que representam uma abordagem situada politicamente no campo do pensamento da esquerda, assim como pudemos constatar a pouco, com a concepção marxista de Estado, que o conecta como aparato conservador das relações de exploração econômica da sociedade. Vicente Faleiros, Evaldo Vieira e José Paulo Netto serão aqui referenciados como aporte de concepções de sociedade, Estado e políticas sociais. Conceitos que, pela linha teórica utilizada pelos autores, possuem uma intersecção fundamental, mas que apresentaremos no texto com uma separação didática, em um item para tratar do Estado, outro item para políticas sociais e a concepção de sociedade presente nos dois momentos, como fundamental aglutinadora que é.

### 1.1.1 Sociedade e Estado no campo do pensamento da esquerda

Os três autores têm uma concepção de sociedade onde buscam conectar suas análises às relações sociais de produção existentes dentro do modo de produção capitalista.

A sociedade capitalista é, para esses autores, onde as políticas sociais se desenvolvem e irão desempenhar um papel fundamental na manutenção desse modo de produção. Assim, é o Estado capitalista que é evidenciado, situado historicamente e concretamente, não sendo postado de maneira natural e universal.

A relação produção, consumo e luta de classes, parece ser o prisma de análise de Faleiros. Há uma relação indissociável entre esses três elementos para se compreender a sociedade. Faleiros analisa, por exemplo, as necessidades de consumo que se modificam em conjunturas sociais diferentes. Para ele, as necessidades de consumo e, conseqüentemente, de produção, não são geradas partindo somente do indivíduo e este utilizando a sociedade e o sistema de produção como meio de satisfações pessoais. Pois, nessa concepção naturalista, o

homem seria entendido como um elemento somente natural e “[...] a sociedade como um instrumento, um meio a serviço de uma natureza humana abstrata. O homem é considerado fora da própria sociedade” (FALEIROS, 1980, p. 26). Também não são, para o autor, as necessidades geradas somente pelo sistema, como coloca o marxismo estruturalista. Pois, nessa concepção, o indivíduo não existe como sujeito. “O sujeito converte-se assim num produto do sistema, a serviço da produção. A produção produz os objetos, mas também um sujeito para o objeto” (FALEIROS, 1980, p. 33). Para Faleiros:

É a partir da união indissolúvel dos processos de produção e de consumo, das lutas urbanas e sindicais que se pode vislumbrar a autonomia relativa de cada processo e as distintas determinações das necessidades. Estas são o efeito das necessidades da produção a um nível muito geral, mas sua manifestação concreta nos movimentos sociais não as reduzem a essa definição abstrata na produção. As práticas sociais são complexas e em sua determinação concreta a conjuntura específica joga um papel determinante (FALEIROS, 1980, p. 37).

Para Faleiros (1980), o sujeito é histórico, e se constrói a partir de relações de produção, e reprodução ideológica, política e social, que não ocorre somente no espaço do trabalho, mas em aparelhos como a igreja, a família e a escola, onde a luta de classes, por exemplo, ao mesmo tempo que restringe a escolha de consumo das classes dominadas, também formulam a consciência de novas necessidades (1980, p. 36-37).

Nas lutas entre classes, trabalhadores e capitalistas se mobilizam em cada contexto histórico como forças sociais, e nem sempre como bloco unido, são divididos em facções, frações e camadas.

As facções se constituem em torno de líderes e projetos divergentes. As frações apresentam interesses particulares que podem entrar em conflitos com outras frações [...]. As camadas se constituem conforme o peso econômico do setor específico (FALEIROS, 1991, p. 58-59).

Também entram, segundo Faleiros, nas relações de forças sociais, as classes médias compondo junto às classes fundamentais alianças, divisões, pressões e contrapressões econômicas e políticas, de uma maneira não mecânica, mas conjuntural e contraditória em torno de interesses mais ou menos imediatos. No

entanto, sempre é visada, pelos blocos coligados das classes dominantes a garantia da “[...] estabilidade social, a previsibilidade e o controle das relações sociais para gerir o processo de acumulação no seu conjunto”. E isso só se realiza com a utilização do “Estado como poder articulador” (FALEIROS, 1991, p. 59).

A questão das relações sociais de produção não é debatida constantemente por Evaldo Vieira como o é por Faleiros, mas são apresentadas pelo autor como fundamentais para o exame das políticas sociais. Para Vieira (1992, p. 22), “[...] a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção [...]”. Da mesma forma, Evaldo Vieira não se prende a discutir questões conceituais entre classes, mas as coloca como elementos determinantes das políticas sociais:

De qualquer forma, no decurso deste século XIX eclodiu o que se tem chamado de “problema da relação capital-trabalho”, de “questão social” ou de “luta de classes”. Apesar da variação de nome e de conceito, a compra da força de trabalho e seu preço pago principalmente pela indústria determinaram respostas muito diversas por parte dos empresários. Em certas ocasiões, reagiram através de ameaças e de atos repressivos. Em outras, prometeram melhoria da vida e dias risonhos no futuro. Em outros, ainda, pregaram a harmonia de interesse entre capital e trabalho, no progressivo crescimento da produtividade industrial (VIEIRA, 1992, p. 19).

José Paulo Netto entende que para a análise da concepção de sociedade deve “[...] ser metodologicamente mais correto partir das conexões societárias emergentes do ordenamento econômico para equacionar os movimentos mais decisivos da conformação social macroscópica que sobre ele se ergue [...]”, mas deve-se levar em conta que a estrutura econômica insere-se em uma totalidade contraditória onde as mediações se dão de forma concreta. E assim, “[...] se *creditam concretamente às relações de forças políticas e aos projetos específicos das classes e franjas de classes em presença*”<sup>11</sup> (PAULO NETTO, 1992, p. 49). Com isso, o autor quer enfatizar que na sociedade capitalista os protagonistas histórico-sociais são as classes, e neste sentido, a história às têm como sujeitos sociais que se confrontam na defesa de seus interesses antagônicos.

Tais interesses de classes são para Paulo Netto (1992), questões basilares para analisar a sociedade capitalista e entender as peculiaridades dos protagonistas

---

<sup>11</sup> Grifos do autor.

histórico-sociais. Desse modo, na constituição do período monopólico devem ser considerados três fenômenos que marcam este novo estágio do capitalismo: “[...]o proletariado constituído como *classe para si*, a burguesia operando *estrategicamente como agente social conservador* e o *peso específico* das classes e camadas intermediárias”<sup>12</sup> (PAULO NETTO, 1992, p. 50). Assim como destaca Paulo Netto (2003), existe uma interpretação errônea das ideias gramscianas de que a sociedade civil se constitui num bloco que faz frente a outro bloco que seria o Estado. E tal erro se processa em pensar que é necessária uma sociedade civil organizada e “forte” para influenciar num Estado “forte”. Lembra o autor que a chamada sociedade civil organizada é constituída por agências de representação de classes sociais. Classes subalternas e classes dominantes, que formam verdadeiras oligarquias conservadoras e repressoras das primeiras.

Não cabe para o momento aprofundarmos nestas questões, mas nos serve para evidenciar a importância que José Paulo Netto dá às interferências e intencionalidades das classes sociais no desenvolvimento histórico e na reprodução da sociedade.

Os três autores deixam clara a interpretação da sociedade capitalista fundamentada na esfera econômica e na divisão de classes que esta infere sobre os diversos âmbitos do social, inclusive em sua organização política, que se expressa no Estado capitalista.

Segundo Faleiros, “[...] o Estado não se encontra fora ou acima da sociedade, mas é atravessado pelas forças e lutas sociais que condicionam a articulação das exigências econômicas e dos processos em cada conjuntura” (FALEIROS, 1991, p. 57). Ele define o Estado como uma “relação social”. É um campo de confronto de interesses onde se apresentam frações da burguesia e o grupo no poder em uma relação de divergência e convergência com os anseios das classes dominadas. “O Estado não é um árbitro neutro, nem um juiz do bem-estar dos cidadãos. Nem é um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes, para realizar seus interesses” (FALEIROS, 1980, p. 46). No entanto, o Estado se apresenta como um espaço de consenso, mas, na realidade um consenso forjado por uma conjuntura, pois não é apenas um espaço de reivindicações e de concessões, mas um aparelho repressivo e ideológico, de integração social e de

---

<sup>12</sup> Grifos do autor.

organização burocrática, mediador da práxis social, determinante e determinado pela esfera econômica, espaço de hegemonia da classe dominante e de conquistas das classes dominadas:

[...] O Estado é hegemonia e dominação. A hegemonia representa a capacidade de orientar o conjunto da sociedade, de arbitrar os conflitos entre as classes e os conflitos de classe, de estabelecer uma certa coesão social. Pela dominação, o Estado impõe a repressão, a força e *manu militari*, destrói as oposições e resolve os conflitos. Esta natureza contraditória do Estado, somente pode ser compreendida de maneira histórica e concreta, de acordo com sua força ou sua fraqueza, em face à força à fraqueza das forças da sociedade civil. A ação do Estado se situa, então, em relação à correlação das forças sociais [...] (FALEIROS, 1980, p. 47).

Existe a possibilidade, segundo Faleiros (1980), de o Estado se posicionar amplamente a favor das classes populares em um determinado momento da correlação de forças sociais em jogo, embora tal conduta tenha objetivos imediatos subordinados a objetivos de longo prazo e duradouros. Pois, no modo de produção capitalista o Estado visa, em última instância, garantir a propriedade privada dos meios de produção e a acumulação de capital, baseada na exploração da força de trabalho, dentro de um clima social de paz.

O conjunto da produção e o conjunto da força de trabalho é, ao mesmo tempo, separado e articulado pelo Estado. Separado porque o conflito entre classes sai do âmbito da fábrica e é apresentado em um espaço tido como neutro. E articulado porque o Estado “[...] representa a organização geral da sociedade e o poder de se impor a ela pela força ao mesmo tempo que é reconhecido e legitimado pela sociedade” (FALEIROS, 1991, p. 36). Dessa forma, benefícios como saúde, educação, seguridade social e outros, necessários para a reprodução da força de trabalho, assumem um caráter político institucionalizado mediante pressões de forças sociais, garantem as relações de exploração, pacificam os conflitos entre classes, e dão suporte a empresas que isoladas não conseguiriam garantir os direitos mínimos dos trabalhadores.

### O Estado

[...] assume os investimentos não rentáveis para o capital, assume os investimentos que demandam recursos que superam a disponibilidade dos capitalistas, transforma os recursos públicos em meios de favorecer e estimular o capital, [...] e, sobretudo, gere a

moeda e o crédito em favor da acumulação de capital [...] (FALEIROS, 1980, p. 59-60).

Citando James O'Connor (1997), Faleiros aponta a acumulação do capital e a legitimação da ordem social como sendo as duas grandes funções do Estado capitalista, e entre elas que se divide as despesas públicas:

As despesas com o *capital social* sevem para manter a acumulação, enquanto que as *despesas sociais* reforçam as funções de legitimação. As despesas de *capital social* referem-se à acumulação privada, consistindo em *investimentos sociais* (aumentam a produtividade da força de trabalho, com os parques industriais) e *consumo social* (rebaixam o custo da reprodução da força de trabalho, como os seguros sociais). A categoria *despesas sociais* tem como função a manutenção da harmonia social, servindo de legitimação do Estado, como a assistência social (FALEIROS, 1980, p. 68).

Além desse apontamento, Faleiros (1980) acrescenta que as políticas sociais voltadas à assistência social e à força de trabalho excedente, não têm somente a função de legitimação da ordem social, mas também proporcionam a acumulação do capital, assim como as despesas públicas voltadas para a acumulação de capital, muitas vezes, servem para legitimar as ações do Estado.

Na análise que Faleiros apresenta podemos apontar como ênfase marcante a relação de subordinação do Estado ao mercado. Tal aprisionamento, que ocorre também em outras instituições, só pode ser superado, segundo o autor pelas forças sociais contrárias à lógica da competitividade, assim como ressalta em reflexão mais recente.

O desemprego provoca mais demanda social para o Estado, que por sua vez, se reduz em termos de garantias de direitos trabalhistas, de direitos sociais, de segurança, de inclusão.

O Estado não se constitui em uma praia segura na tormenta do desemprego pois também está aprisionado pelo capital internacional. As forças sociais de emancipação precisam lutar para desprivatizar ou desrelogiografar o Estado [...].

[...]. A construção de relações de autonomia e direito com o Estado e o mercado implicam relações de autonomia e direito nas relações sociais, incluindo as familiares, as existentes nos movimentos e nas instituições. É fundamental, em todas esferas da vida, a efetivação do direito à liberdade, à participação, à democracia e à identidade, versus o modelo único da competitividade (FALEIROS, 2006, p. 13).

Se em Faleiros a relação Estado, mercado e forças sociais é uma constante, em Evaldo Vieira encontramos, em sua análise do Estado, a consideração das formas de democracias e governos nas sociedades como algo que se destaca. Em seu livro *Democracia e política social*, Vieira (1992), não se refere às políticas econômicas e sociais relacionando-as somente ao Estado, mas ao governo. Entende o autor, que tais políticas são “estratégias de governo”. O Estado está relacionado à política como poder de força, como poder estatal, tal qual a Ciência Política entende. Isto é, “[...] o Estado retrata uma relação de dominação dos homens sobre os homens, baseada na força. Esta força se manifesta mais comumente através da imperatividade da lei”. Enquanto “[...] no cotidiano das lutas políticas, o governo vai fixando a orientação da política econômica e da política social” (VIEIRA, 1992, p. 20). É de preocupação do autor examinar na história a relação dos governos com as políticas sociais. Como o fez em seu livro *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*, onde constata que entre o período de 1951 a 1978 houve intervenções estatais no campo econômico e no campo social, no sentido de alterar relações sociais entre classes e dentro as classes e um estímulo do Estado à expansão do capitalismo monopolista no Brasil. No entanto, Vieira (1983) destaca que essas políticas se revelam fragmentárias e emergenciais, aplicadas conforme as pressões populares e interesses políticos do momento.

O Estado, segundo Evaldo Vieira (1992, p. 23), vem, na história do capitalismo, assumindo alguns reclamos populares, que assim, tornam-se direitos sociais. Ou seja, é no Estado que se formaliza juridicamente, através dos direitos sociais, “[...] aquilo que é aceitável pelo grupo dirigente do momento [...]” entre todas as reivindicações da classe trabalhadora. Da mesma forma, para o grupo dirigente, a concessão de algumas reivindicações populares também significa manter a dominação política. Dessa maneira, o autor entende que governo e Estado são ambientes distintos a serem analisados:

O governo não se confunde com o Estado. O governo constitui a direção do Estado, não constitui o Estado no todo. Assim, nas estratégias governamentais, essas ‘políticas’, dispõe de maior estabilidade com governo mais estável. Governo instável, com baixa hegemonia, com baixa capacidade de controle das mentes e sobretudo com baixo consenso, exhibe políticas sociais e políticas econômicas muito fugazes, extremamente rápidas por causa da recomposição permanente da classe dirigente, que lá está (VIEIRA, 2001b, p. 18).

O Estado de direito, segundo Vieira (2001), é entendido como democrático pela soberania popular, ou seja, a possibilidade do voto dá ao governo e ao Estado a legitimidade, mas só isso não garante a democracia. Pode haver governos escolhidos pela maioria e que sejam anti-democráticos ou autoritários. Portanto, outro ponto fundamental para garantir a soberania popular é o controle da administração pública pela sociedade. Segundo o autor, sociedades que permitem um maior controle social da administração pública estão em um processo mais avançado de democracia, um processo mais avançado de coletivização das decisões.

Evaldo Vieira entende que o Estado de direito representa a garantia formal das conquistas populares historicamente acumuladas, no entanto, a efetivação das garantias sociais depende de uma prática social da democracia. Esta é uma das grandes preocupações do autor na sua obra *Democracia e política social*. Ele enfatiza várias vezes que “[...] sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção [...]” (VIEIRA, 1992, p. 13). Nesse sentido, o autor faz uma descrição de Estado relacionando às duas configurações de democracia que se formaram a partir do século XVIII. A democracia totalitária e a democracia liberal.

Com base na obra de J. L. Talmon, Evaldo Vieira (1992) afirma que o século XVIII viu nascer ideias novas sobre liberdade e autoridade que vieram influenciar governos e Estados, sobretudo na Revolução Francesa de 1789 e no ideário de democracia que se constituiu desde então. Assim,

[...] as relações e a liberdade, a virtude e a razão formaram uma das convicções desse novo tempo principiado no século XVIII, concebidas como relações harmoniosas e tranqüilas, embora o curso da vida logo desmentisse tal entendimento [...] (VIEIRA, 1992, p. 34).

Dessa maneira, com a cisão entre a liberdade, a virtude e a razão desenhou-se na história não apenas uma ideia e uma prática de democracia, mas surgiram “democracias”. Formas diferentes de interpretar a liberdade que se revelam em atitudes diferentes ante a política, assim gerando a democracia totalitária e a democracia liberal.

Qual seria a concepção de Estado para Evaldo Vieira dentro das duas configurações de democracia mencionadas? Quanto à democracia totalitária, segundo Evaldo Vieira:

[...] particularmente no século XX toma a forma da ditadura do partido único, com centralismo democrático ou não, expressando-se *até recentemente* acima de tudo por intermédio do modelo soviético, ou do modelo de países chamados “subdesenvolvidos”, “do Terceiro Mundo”, “atrasados”, “de capitalismo tardio”, ou algo semelhante. De qualquer maneira, a democracia totalitária busca a felicidade terrena por meio de “uma verdade política única e exclusiva” de “um só plano de existência: o político”, nas palavras de Talmon. Ela abarca inteiramente a vida humana e garante-se com pretensões absolutas (VIEIRA, 1992, p. 53)<sup>13</sup>.

Verificamos, desse modo, que são dois modelos de Estado que ocorrem historicamente dentro da proposta da democracia totalitária. O primeiro citado por Vieira (1992) é o de modelo soviético. Este tem por fundamento promover a igualdade humana pela igualdade de classe, ou melhor, pela inexistência de classes e, conseqüentemente, da exploração entre as classes. Neste modelo de Estado busca-se abolir a estrutura jurídica-política do capitalismo, em que o ideal de igualdade humana é a igualdade de oportunidades e a liberdade de se promover como indivíduo é passar de uma classe para outra. É abolir o Estado classista pelo estabelecimento de uma “vanguarda revolucionária pertencente ao partido único”. É o típico plano socialista, estatizante e transitório para uma sociedade sem classes, de uma sociedade socialista como transição para o comunismo, buscando-se por fim, uma igualdade concreta e não apenas jurídica.

No modelo de países “subdesenvolvidos” ou “de capitalismo tardio”, segundo Vieira (1992), a democracia totalitária ocorre, muitas vezes, através de um movimento de massas de caráter nacionalista, formando assim, a hegemonia de um partido único. Historicamente tal situação ocorre, tanto pelos movimentos de independência no século XX, como, além da via revolucionária, pela esmagadora maioria de representantes no poder legislativo eleitos após movimento de libertação nacional. Assim, nesses países “subdesenvolvidos”, em poucos casos destaca-se a luta de classes, a vontade geral da sociedade se expressa pela ditadura dessa vontade para garantir a plenitude da liberdade e a dignidade humana, mesmo que

---

<sup>13</sup> Grifos do autor.

para isso sejam suprimidas liberdades políticas e direitos civis. Tal ditadura da vontade geral se estabelece pelo fácil acesso aos quadros do partido único e pela prioridade de metas, por exemplo, a independência nacional ou o desenvolvimento econômico, entre outras causas nacionalistas.

Partindo agora para as concepções de Estado, alicerçadas na configuração de democracia liberal, a interpretação de democracia toma um outro sentido, diferente daquele de democracia que ocorre na concepção de democracia totalitária. Segundo Evaldo Vieira:

A noção de democracia, que constitui a base da democracia liberal, se vincula à igualdade de oportunidades segundo a capacidade de cada indivíduo, e não à igualdade real na sociedade. Reconhecer a igualdade de oportunidades significa admitir como certo o direito de todas as pessoas participarem da competição, visando a retirar dela o maior benefício possível. Tal é a sociedade competitiva, apregoada pela democracia liberal, que herdou do liberalismo esta concepção. É a idéia de que os indivíduos se colocam no livre mercado, cada um com sua capacidade e seu esforço, concorrendo em função de interesses e de aspirações. O mercado e sua lei fornecem e regulam o valor das pessoas e das coisas. Como o liberalismo, a democracia liberal está alicerçada no capitalismo, agora na modalidade monopolista, acompanhando as vicissitudes e seguindo o destino da economia de mercado (VIEIRA, 1992, p. 70).

Na história do capitalismo, afirma Vieira (1992), a doutrina liberal de não interferência do Estado pouco ou nada se cumpriu. O Estado capitalista regulamenta, fiscaliza, restringe e apoia setores da sociedade e da economia em dados contextos históricos em que se faz necessária uma presença maior ou menor, ou até mesmo uma certa ausência do Estado em determinados setores. Nesse sentido, para proporcionar uma maior taxa média de lucro, ou então, para atender pressões sociais encaminhadas ao poder político, Estados liberais se apoiaram em doutrinas como a do “Estado restrito” ou “Estado mínimo” (ou como Vieira prefere chamar, “Estado diminuto”). Também a doutrina do “Estado providencial” ou “Estado-providência”. Assim,

[...] do século XVII ao século XX, o ‘Estado protetor’ metamorfoseou-se em ‘Estado providencial’, revelando-se antes do ‘Estado diminuto’. Ainda na gestação do liberalismo e em toda a sua existência, o ‘Estado protetor’ descobriu meios de manifestar-se, assim como os descobre na democracia liberal, assumindo, sobretudo no século XX, a feição de ‘Estado providencial’ (VIEIRA, 1992, p. 78).

O autor, portanto, conclui que a efetivação de tais doutrinas não significam mais do que ajustes do Estado a determinações sócio-históricas que ocorrem em certas sociedades. Das revoluções burguesas às crises cíclicas que assistimos na história do capitalismo é o Estado democrático-liberal buscando dar respostas a fim de conservar a acumulação capitalista e a propriedade privada.

O regime liberal-democrático é, segundo Vieira (1992), em seu interior, constituído pela correlação de forças entre governantes e governados. Pela capacidade destes fiscalizarem e eleger aqueles, estabelecendo assim, uma relação de troca de interesses e um equilíbrio de forças no plano político. Porém, o mesmo não ocorre no plano econômico. “[...] A sociedade criada pelo capitalismo leva a marca de uma grande maioria de despojados de capital, a qual trabalha para o capital de uma minoria bem reduzida, cada vez mais concentrada devido à exigência de crescente volume de investimento”. E assim, conclui-se que na democracia liberal “há desigualdade no exercício da liberdade” (VIEIRA, 1992, p. 71).

Evaldo Vieira dá uma grande importância à discussão da relação da sociedade e o Estado de direito democrático. Este Estado segue a linha da democracia liberal e, segundo o autor, a partir da década de 1990, foi possível assistir no mundo, e especificamente no Brasil, a instalação do Estado de direito democrático no campo jurídico-político, sendo expresso através da Constituição de 1988. Sobre esse ponto, o Estado de direito democrático, trataremos mais a seguir, quando iremos trabalhar a concepção de política social de Evaldo Vieira.

A concepção de Estado em José Paulo Netto pode ser verificada a partir de seu livro *Capitalismo monopolista e serviço social*, onde ele trata, dentre outras coisas, do surgimento do Serviço Social como profissão. Momento onde o assistente social, como categoria profissionalizada e assalariada, não é uma mera evolução natural dos agentes de instituições confessionais ou beneficentes, mas uma consequência das necessidades de um momento de ruptura na história do capitalismo: a passagem da fase concorrencial para a fase monopolista. Nesta fase, junto com a implementação de políticas sociais é necessária a atuação de

executores de tais políticas. Neste sentido, o autor se debruça no entendimento de uma concepção de sociedade a partir da ordem monopólica capitalista<sup>14</sup>.

Não cabe aqui examinar a história da passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista que, segundo Paulo Netto (1992), já foi amplamente levantada, mas se faz imprescindível destacar que a organização monopólica seguiu um objetivo primordial: controlar os mercados a fim de aumentar os lucros capitalistas, por meio de acordos entre as empresas, fusões, formação de cartéis e trustes. E, para alcançar tal objetivo, a organização monopólica implementa uma série de elementos na economia, que o autor considera importante elencar:

[...] a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (MANDEL, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo) (PAULO NETTO, 1992, p. 16)<sup>15</sup>.

A organização monopólica seguiu um objetivo primordial: controlar os mercados a fim de aumentar os lucros capitalistas, por meio de acordos entre as empresas, fusões, formação de cartéis e trustes. O capitalismo monopolista intensifica as contradições entre “socialização da produção e a apropriação privada”, com isso, o monopólio se internacionaliza e as disputas entre grupos monopolizados ganha teor de vida ou morte<sup>16</sup>. No entanto, este controle não fica somente na esfera econômica. Para que a acumulação e a valorização do capital possa “[...] efetivar-se com chance de êxito, *ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos*.

<sup>14</sup> Entende o autor que capitalismo monopolista ou “período do imperialismo clássico”, é identificado a partir dos estudos de Lênin, e que também é de consenso da maioria dos estudiosos que tal período acontece entre 1890 e 1940 (NETTO, 1992, p. 15).

<sup>15</sup> Segundo nota, Paulo Netto referencia: “Com poucas modificações, retomo aqui basicamente a lição de Sweezy (1977, p. 297-314), formulada originalmente em 1942 e que me parece ainda essencialmente correta” (PAULO NETTO, 1992, p. 16).

<sup>16</sup> Segundo nota do próprio autor: “Quando este controle foi posto em xeque pela concorrência intermonopolista em escala internacional, conheceu-se a solução ‘clássica’: a guerra imperialista” (PAULO NETTO, 1992, p. 20).

Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado”<sup>17</sup> (PAULO NETTO, 1992, p. 20).

Como afirma Paulo Netto (1992), em toda a história do capitalismo, nada tem de estranho a interferência do Estado como garantidor das “*condições externas da produção capitalista*”, mantendo o direito à propriedade dos meios de produção ou com defesas pontuais dos interesses da burguesia. Mas na fase monopolista “[...] a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. [...]. As funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as funções *econômicas*”<sup>18</sup> (PAULO NETTO, 1992, p. 20).

Dessa forma, o Estado ganha múltiplas funções, operando de forma direta e indireta na economia. Paulo Netto (1992) cita, entre as funções diretas, a implementação de empresas estatais em setores básicos e não rentáveis, a ajuda e o controle de empresas capitalistas em dificuldades, subsídios e investimentos estruturais para os monopólios com fundos públicos. E entre as funções indiretas estão as encomendas e compras do Estado aos grupos monopolistas, investimentos públicos em infra-estrutura, a formação institucional de mão-de-obra para o monopólio, a destinação de recursos à pesquisas e investigações para o mercado. “Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível de suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (PAULO NETTO, 1992, p. 22).

Para Paulo Netto (1992), esta gama de intervenções e ajustes na economia proporcionará implicações profundas na acumulação capitalista. De um lado aumentando a taxa de lucro no setor monopolista e de outro diminuindo a mais-valia dos setores não pertencentes ao monopólio. Com isso, gera-se um traço específico e fundamental para a compreensão do capitalismo monopolista: o grande aumento de trabalhadores disponíveis, formando um exército de reserva e os desdobramentos sociais e políticos daí decorrentes.

O Estado burguês não desconsidera a relação capital/trabalho. No entendimento de Paulo Netto (1992), cumprindo sua função política e econômica, o Estado monopolista precisa operar, tanto na manutenção da força de trabalho ativa

---

<sup>17</sup> Grifos do autor.

<sup>18</sup> Grifos do autor.

e excedente, como regular níveis de consumo e atender a pressões sociais culminantes:

Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (PAULO NETTO, 1992, p. 23)<sup>19</sup>.

José Paulo Netto, desse modo, considera essencial destacar a natureza de classe que tem o Estado capitalista até os dias de hoje. Carregando uma dupla função, o Estado de classe, “[...] por uma parte, ele é garantidor de todo o processo de acumulação capitalista; por outra, ele é também um fiador, um legitimador da ordem burguesa”. No entanto, alerta o autor, que essa dupla função se realiza e é operada, de forma distinta nos diferentes quadros políticos de representação democrática. O autor pondera: “[...] quem considera que a democracia política, mesmo contida no limite da representação e da formalidade, é de pouca valia ou esqueceu ou não viveu as restrições das ditaduras” (PAULO NETTO, 2003, p. 21). Do mesmo modo, Paulo Netto (1992) destaca que o Estado “capturado” pelo capitalismo monopolista, “[...] ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos”. É nesse processo de tensão entre os ditames monopolistas e os conflitos sociais, próprios da sociedade de classes, “[...] que as sequelas da ‘questão social’ [...] podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado [...] que a ‘questão social’ se põe como alvo de *políticas sociais*” (PAULO NETTO, 1992, p. 25). Fator este que destacaremos no próximo tópico quando o autor analisa a questão.

Como constatamos até aqui, Faleiros, Vieira e Paulo Netto, deixam marcado o caráter de classe que carrega o Estado, dentro do modo de produção capitalista. Aspecto que já os diferencia de qualquer concepção liberal e demonstra a convergência dos autores no campo das ideias que correspondem a uma

---

<sup>19</sup> Grifos do autor.

perspectiva revolucionária<sup>20</sup>, situando-os politicamente à esquerda. Além disso, a diferença entre os objetos focados pelos autores torna mais rica e ampliada as possibilidades que essas três fontes nos oferecem para entender o Estado do ponto de vista da classe trabalhadora.

### 1.1.2 Sociedade e política social no campo do pensamento da esquerda

Como já previsto anteriormente, traremos nesse subitem as concepções de sociedade e política social para Faleiros, Vieira e Paulo Netto. E aqui salientamos novamente: essa compartimentação que realizamos é apenas didática. Como será percebido, os autores demonstram sociedade, Estado e políticas sociais de maneira indissociável.

Vicente de Paula Faleiros sintetiza políticas sociais como: “[...] formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra-hegemonia da luta de classes” (FALEIROS, 1991, p. 80). Dessa maneira, o autor analisa as políticas sociais dentro do modo de produção capitalista, entendendo que, o fundamento desse modo de produção se dá a partir de relações sociais de exploração, onde “[...] o trabalhador que produz mercadorias ou serviços também produz suas condições de sobrevivência através do salário que recebe e gera riquezas que são apropriadas pelos capitalistas” (FALEIROS, 1991, p. 33).

Dentro do modo de produção capitalista, as políticas sociais representam mais um elemento de contradição do antagonismo entre as duas classes fundamentais. Trabalhadores e Capitalistas estão entrelaçados pelos interesses de classe que envolvem a mediação e a constituição do Estado capitalista.

Os trabalhadores, por sua vez, têm interesse em valorizar ao máximo sua força de trabalho, desenvolvendo lutas e greves para aumento de salários e benefícios e melhoria de seu meio de vida. [...]. Aos capitalistas não interessa a permanência do conflito aberto que perturbe a produção e possa levar ao questionamento da própria “ordem social”, ou seja, das relações de exploração. [...]. Os gastos estatais na área social compensam, assim, certas perdas e desgastes da força de trabalho e possibilitam sua reprodução num

---

<sup>20</sup> Como visto anteriormente em Gruppi (1987).

nível que ao mesmo tempo garanta a produção e a paz social e não modifique a relação fundamental entre os donos dos meios de produção e os assalariados. (FALEIROS, 1991, p. 34-35, grifos do autor).

Aquilo que o trabalhador produziu, a riqueza, o valor real de seu trabalho, expropriado pelo processo de mais-valia, de onde provém o lucro e a acumulação de capital nas mãos da classe proprietária dos meios de produção, a burguesia, é, em parte, devolvida aos trabalhadores através das lutas políticas desenvolvidas em um campo tido como “isento e justo”, o Estado, que no modo de produção capitalista, é dominado pelos interesses da classe dominante. Desse modo, a classe trabalhadora, além de perder autonomia sobre sua força de trabalho, perde também, a decisão de escolha do que ela quer consumir: se habitação ou lazer, se saúde ou alimentação, ou, ainda, se educação básica ou educação superior.

Segundo Faleiros, as políticas sociais não são descoladas da realidade política e econômica em que elas se encontram. São o resultado de conjunturas e articulações entre classes que expressam forças sociais em dado momento específico, mas que se insere em um contexto mais amplo: o modo de produção capitalista. Nesse modo de produção as políticas sociais estão ligadas às relações sociais de produção estabelecidas entre trabalhadores e donos dos meios de produção. Através dessa relação, se produz riquezas que são incorporadas ao capital pertencente à burguesia. O acúmulo e apropriação das riquezas produzidas socialmente, por parte dos capitalistas, só é possível perante a exploração da força de trabalho efetivada pela expropriação da riqueza que os trabalhadores produzem. Portanto, as “[...] relações sociais de exploração são o fundamento da sociedade capitalista. O capital se valoriza através da exploração da força de trabalho que não recebe tudo que produz” (FALEIROS, 1991, p. 33).

Para se perpetuar a acumulação de capital é necessário permanecer a relação social de exploração e para isso, portanto, é necessária a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho explorado. “O trabalhador e sua família precisam alimentar-se, vestir-se, morar, estudar, cuidar da saúde para colocar-se em condições de trabalhar e produzir riquezas” (FALEIROS, 1991, p. 34). Dessa maneira, as políticas sociais, tendo o estado capitalista como gerenciador, garantem a disponibilidade e a reprodução de força de trabalho passível de exploração pelo capital.

Para Faleiros (1980), a análise das políticas sociais não deve se pautar num esquema rígido e ideal. Levar em conta o movimento do capital e os limites físicos e sociais impostos a ele permite entender que as políticas sociais não são nem anjos nem demônios, mas ações geridas pelo Estado capitalista que obedecem conjunturas políticas e econômicas inscritas na correlação de forças sociais em uma dada realidade concreta:

As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologetas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação, e de pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária (FALEIROS, 1980, p. 55).

Faleiros (1980) não descarta o caráter ideológico presente nas políticas sociais. Há, segundo ele, uma ideologia da normalidade, que estigmatiza e controla uma parcela de desviados dos padrões da sociedade. Um padrão referente ao trabalho como pressuposto de vida normal; uma vida “produtiva”, mas dentro de relações sociais de produção dadas (de exploração); um discurso de culpabilização da vítima, onde o fracasso pessoal é a justificativa para os anormais. Mesmo com relação a doenças e deficiências, é atribuída à falta de informação, falta de cuidados com a saúde, má alimentação. Dessa forma, o ser humano normal deve ser não somente humano, mas ser força de trabalho para o capital.

Concorre com essa realidade desumanizadora, uma ideologia da “*humanização dos serviços*”, em que “[...] se manifesta no discurso da *preocupação* com os direitos humanos, com a valorização da pessoa, com a igualdade de oportunidades, com a melhoria da qualidade de vida, com a *dívida social*” (FALEIROS, 1980, p. 58, grifos do autor)

Vicente de Paula Faleiros (1991), aponta a característica de “bondade aparente” das políticas sociais. São programas sociais realizados por órgãos estatais e privados que funcionam de maneira conjunta. Instituições privadas recebem subvenções do Estado, doações da comunidade, de empresas, que podem descontar tais doações do imposto de renda, de outras instituições do exterior e,

juntos com órgãos estatais, prestam benefícios e serviços a parcelas distintas da população.<sup>21</sup>

Mesmo garantidas por lei, segundo Faleiros (1991), tais ações são apresentadas como auxílio ou benefício e utilizadas como mecanismos clientelísticos, como favores concedidos dos ricos para os pobres, ou dos políticos aos eleitores. Cria-se, dessa forma, uma noção de sociedade unida, solidária, onde os “desfavorecidos pela sorte” encontram amparo. Por exemplo, na previdência social, a contribuição dos jovens, dos saudáveis, e das empresas sustentam os incapazes para os trabalho. Portando, não é revelada a realidade complexa de que os próprios trabalhadores são os verdadeiros pagadores e financiadores dos programas sociais. Tanto como produtores de riqueza, como consumidores de produtos que, em última instância, embutem os impostos pagos pelas empresas.

Para a população, os benefícios e auxílios nunca podem ser fator de desestímulo ao trabalho. Por isso, segundo Faleiros (1980), as políticas sociais interferem diretamente na valorização e na validação da força de trabalho. O vínculo entre renda e esforço produtivo é fundamental que seja mantido para que a disciplina e a subsistência reproduzam a força de trabalho dentro de um padrão de vida normal, como foi comentado anteriormente. Assim, para que isso ocorra, alguns critérios sempre estão presentes nas políticas sociais:

[...] 1) o trabalhador pago com o salário indireto das políticas sociais, ganha somente um mínimo, inferior sempre ao salário-mínimo, estimulando-se assim a volta ao trabalho; 2) a situação de viver da *política social* é temporária; 3) os controles administrativos para eliminação dos *fraudulentos* são cada vez mais restritivos; 4) as pressões sociais para a volta ao trabalho são grandes (FALEIROS, 1980, p. 63, grifos do autor).

A partir dessa reflexão, podemos entender que o desafio das políticas sociais é transformar a população excedente em força de trabalho excedente. Nesse sentido, Faleiros (1980) ressalta que ter um exército de reserva vivo e controlado nos momentos de crise e apto ao trabalho nos momentos de expansão do capital é parte da lógica de acumulação capitalista. Bem como, levar em conta que o valor

---

<sup>21</sup> O autor diferencia benefícios de serviços: “O benefício consiste num auxílio dado em certos casos específicos de perda ou diminuição da capacidade de trabalho a fim de garantir um mínimo de subsistência ao trabalhador ou ao pobre desempregado. O serviço é uma relação entre uma instituição e uma clientela para atender problemas pessoais ou sociais” (FALEIROS, 1991, p. 10).

gasto com a reprodução da força de trabalho não pode ter um valor de uso maior que o produto produzido por esta força. Portanto, essa lógica leva a uma política de valorização da força de trabalho para diferentes categorias de trabalhadores, conforme o setor de produção em que estão filiados. Ou seja, o limite de valorização da força de trabalho do setor monopolista é maior que no setor concorrencial, diretamente proporcional à margem de mais-valia apresentada, pois, é apontado pelo autor, a valorização da força de trabalho como um fator de subtração da mais-valia, contribuindo com a instabilidade desta, as crises do capitalismo e as lutas de classes.

Faleiros (1991) descreve a mediação entre o político e o econômico, presente nas políticas sociais, através de quatro *complexos* que articulam diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho, com a subsistência do trabalhador e a acumulação capitalista. Esses quatro *complexos* são descritos pelo autor visando os países do capitalismo periférico, em especial o Brasil. No entanto, levando em conta que a primeira edição da obra citada é de 1986, e que, de lá para cá várias siglas e órgãos citados pelo autor mudaram de nomenclatura, deixaram de existir, foram anexados ou fragmentados e reorganizados, faremos o esforço para apresentar somente o essencial que compreende tais complexos.

O **complexo sócio-assistencial** atende os desempregados, subempregados, pobres e excluídos do mercado de trabalho. Crianças, velhos e incapazes para o trabalho também são atingidos por programas assistenciais que, “[...] distribuem roupas, alimentos, dinheiro, passagens, bolsas de estudo ou prestam serviços de informação e orientação” (FALEIROS, 1991, p. 46).

No Brasil, organismos públicos e privados fazem parte desse complexo sócio-assistencial. São instituições filantrópicas de cunho religioso, voluntarista ou humanista, que canalizam recursos a parcelas distintas da população, agindo em caráter emergencial, tanto em situações de catástrofes naturais, como no cotidiano das desigualdades sociais. Os recursos utilizados derivam de

[...] subsídios estatais, doações, cobranças de dízimos. No caso do Estado, essa ajuda provém dos impostos, recolhidos em grande parte das classes subalternas com a taxação da produção e da circulação de mercadorias. [...]. Em síntese, são os pobres que financiam seus próprios benefícios (FALEIROS, 1991, p. 48).

O **complexo sócio-industrial** tem como foco os trabalhadores produtivos desmonetarizados e monetarizados. Não isolado dos outros complexos de políticas sociais, busca articular legislação social e desenvolvimento industrial, a fim de garantir a acumulação capitalista mediante as diversas pressões sociais proporcionadas pela concentração operária, pelo desenvolvimento tecnológico (que resulta em menor demanda de mão-de-obra), e pelas crises do capitalismo (FALEIROS, 1991, p. 49).

Esse complexo visa, além de controlar os conflitos, garantir uma maior produtividade dos trabalhadores. Tais iniciativas, como serviços médicos, seguros, caixas de aposentadoria e até moradias, surgem, no Brasil, primeiramente dentro das grandes indústrias, para garantir o controle e a fidelidade dos trabalhadores. Posteriormente, até mesmo para encerrar parte da concorrência capitalista, o Estado organiza sistemas de saúde e seguridade social em que, com a própria contribuição dos trabalhadores, são constituídos os fundos dos recursos utilizados. Como é o caso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), utilizado como um seguro para a instabilidade no emprego. Todo esse sistema articula com o setor produtivo e de serviços a compra de equipamentos médicos, de informática, medicamentos, convênios médicos e de outros serviços (FALEIROS, 1991, p. 50-51).

O **complexo sócio-financeiro** articula o capital financeiro às políticas sociais, logicamente sem desvincular dos outros setores do capital. Compreende os bancos e seguros estatais e privados, as financeiras, enfim, o setor do capital que controla o crédito e os juros. Como é o caso do FGTS, os bancos cobram juros dos trabalhadores que desejam comprar sua casa própria, utilizando o dinheiro dos próprios trabalhadores, que têm seus salários descontados mensalmente para constituírem este fundo. Também os seguros de acidentes de trabalho estatais e principalmente privados, encontraram uma grande fonte de lucro, ao mesmo tempo que agilizaram os processos judiciais, atendendo as empresas e os trabalhadores com valores pré-fixados para cada tipo de indenização (FALEIROS, 1991, p. 53-54). Da mesma forma, outro exemplo citado pelo autor é que:

O governo também facilita o crédito para certos investimentos na área social, mas não há garantia de que as reduções concedidas não sejam repassadas ao consumidor, favorecendo-se a construção de edifícios e a compra de equipamentos para instituições particulares obterem lucros, mesmo sendo registradas como não lucrativas, como hospitais e colégios (FALEIROS, 1991, p. 54).

E finalmente, Faleiros (1991) cita o **complexo urbano-social**, que articulado diretamente ao complexo sócio-industrial, atende certas necessidades dos trabalhadores das cidades, promovendo infraestrutura para que a força de trabalho possa sobreviver e se reproduzir. Tal infraestrutura busca suprir “[...] exigências de transporte, recreação, espaços culturais, centros de saúde, além de outros serviços de utilidade pública que implicam a sobrevivência cotidiana, como água, luz, esgoto e segurança pública” (FALEIROS, 1991, p. 55).

O espaço urbano, segundo Faleiros (1991), é um lugar de conflito permanente, onde os movimentos sociais buscam avançar nas conquistas para a classe trabalhadora, diante de contradições explícitas: a necessidade de moradia e o mercado imobiliário administrando a propriedade, o solo nas mãos de poucos e a enorme desigualdade de serviços em bairros pobres e ricos.

Para Evaldo Vieira (1992), a análise da política social e da política econômica deve estar fundamentada no desenvolvimento contraditório da história. Tal análise deve examinar as políticas em dois níveis. “[...] Em nível lógico tal exame mostra as vinculações destas políticas com a acumulação capitalista. Em nível histórico, verifica se consistem em respostas às necessidades sociais, satisfazendo-as ou não [...]” (VIEIRA, 1992, p. 15). Dessa forma, o autor relaciona seu objeto de estudo com a acumulação capitalista questionando os diversos momentos e espaços em que se desenvolve. Ou seja, capitalismo concorrencial? Capitalismo monopolista? Na Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos ou Brasil? Assim, Vieira leva em conta a sociedade da qual se trata, qual a maturidade dessa sociedade em relação à democracia, a sua vivência política e ao Estado que se apresenta:

[...] O Estado não cria a sociedade, mas acontece o contrário. Determinada sociedade expressa em determinado Estado e em determinado governo suas necessidades individuais e grupais, suas ansiedades, seus preconceitos, suas contradições e sua maldade, os quais estão presentes em várias circunstâncias passíveis de análise (VIEIRA, 2001a, p. 14).

Vieira (2001a) afirma que é dentro do capitalismo que se entende uma sociedade constituída por homens iguais em seus direitos. E este é o limite da cidadania dentro deste modo de produção. Aliás, a igualdade jurídica é apontada pelo autor como um instrumento para compensar a desigualdade social, esta

desigualdade de possibilidades de cada indivíduo acumular riquezas e propriedades é inerente ao capitalismo. Assim, a cidadania só pode existir com as garantias de direitos, com a igualdade jurídica expressa no Estado de direito. No entanto, o autor aponta que tais garantias de cidadania são resultados de conquistas dos trabalhadores e dos despossuídos que, historicamente, alcançaram algumas de suas reivindicações e estas sendo transformadas em leis e ganhando imperatividade jurídica. Isto é o que possibilitou no contexto das guerras mundiais o aparecimento do “Estado de Bem-Estar Social” em alguns países industrializados, onde avanços econômicos refletiram em avanços sociais focalizados em determinados países.

A política social e a política econômica, segundo Evaldo Vieira, não podem ser analisadas isoladamente. A distinção entre uma e outra serve apenas como uma definição de campo. No entanto, campos que se relacionam formando uma unidade. Sendo assim, através destas políticas é possível perceber a interferência do Estado nas relações sociais entre as classes e dentro as classes sociais, influenciando na produção e constituindo o avanço do capitalismo em determinados países. Essas políticas se constituem em estratégias governamentais. “[...]. As estratégias governamentais pretendem intervir nas relações de produção (no caso da política econômica) ou intervir no campo dos serviços sociais (no caso da política social)” (VIEIRA, 2001b, p. 18).

Tais estratégias de governos são formadas por programas, projetos e planos identificados em uma série de documentos e que buscam determinados objetivos no campo da educação, saúde, habitação, lazer, previdência, assistência social, entre outras áreas que atuam na sociedade, influenciando direta ou indiretamente na economia que essa sociedade está envolvida.

[...] Por exemplo: nós podemos dizer que a política social se relaciona com a educação pública, com a saúde pública, com a habitação pública, com a previdência social, com o lazer, com as condições de trabalho, mas evidentemente que as questões relacionadas com financiamento têm diretamente vinculação com a política social, embora esteja no campo da política econômica (VIEIRA, 2001b, p. 18).

Apesar destas várias políticas se colocarem em uma totalidade, Vieira deixa claro que é sempre uma totalidade relativa. A análise das políticas sociais é sempre a análise de parte de algo.

[...]. Nas Ciências Humanas, o ato de explicar envolve a integração dos elementos no conjunto, a incorporação das partes no todo. Nestas Ciências, o uso do método se assenta na transposição do fato a ser estudado, convertendo-o em totalidade relativa e autônoma (VIEIRA, 1992, p. 21).

Com este método o autor leva em conta o contexto histórico, o lugar, as forças sociais envolvidas, as ideologias predominantes nas mentes da sociedade e da burocracia encarregada de elaborar, aplicar e avaliar as políticas econômicas e sociais. Tais políticas são estratégias governamentais que representam relações sociais, relações de produção apresentadas nos planos jurídico e político dentro do movimento histórico permeado de antagonismos de classes.

[...]. Enfim, o movimento da história destas e o de outras políticas são *elementos muito mais imprescindíveis à análise*. Sem tais elementos, qualquer tentativa de analisá-las não ultrapassará os limites do retrato inacabado, nem dos indícios mais ou menos óbvios (VIEIRA, 1992, p. 26, grifos do autor).

O autor conclui que intenções e condições de governos implementarem políticas econômicas e sociais não significam uma automática capacidade destas estratégias governamentais conseguirem ou não moldar a realidade social. A realidade social é mais complexa. Estado, política social e sociedade são elementos correlacionados por Evaldo Vieira constantemente. Um exemplo disso é a perspectiva do autor de que políticas sociais em sociedades capitalistas podem ser diferentes. Estados de direito democráticos são diferentes. Políticas sociais nesses Estados de direito são diferentes e, evidentemente, sociedades diferentes formam tais Estados.

Nesse sentido, o autor aponta o caso do Brasil, como também na maior parte da América do Sul, uma ausência de políticas sociais e a presença de políticas econômicas questionáveis. “[...] Portanto, edificam-se Estados de Direito Democrático em sociedades pouco democráticas, limitadas em suas manifestações e interesses, com forte presença autoritária, na prática política e na própria cultura” (VIEIRA, 2001b, p. 17). Desse modo, Vieira argumenta que o Estado de Direito Democrático no Brasil funciona só no nível jurídico-político. A sociedade não é mobilizada, suficientemente, em torno de serviços sociais e o Estado muitas vezes não permite uma maior democratização dessa sociedade.

Como já foi mencionada anteriormente, José Paulo Netto destaca que a passagem da fase concorrencial para a fase monopolista exigiu a implementação de políticas sociais e profissionais (como o assistente social) para implementá-las. A exigência de tais políticas é decorrente da chamada “questão social”<sup>22</sup>:

Como se explica a “questão social” e sua renovada reposição? Explica-se cabalmente pela lei geral da acumulação capitalista, que responde pela dinâmica da produção potenciada de riqueza social simultânea e necessariamente acompanhada pela produção de pauperização relativa (e, às vezes, não necessariamente, absoluta). No século XX, o modo de produção capitalista propiciou a produção de riquezas sociais em volume e em magnitude muito maiores do que todo o período anterior da vida da humanidade; desenvolvimento capitalista é produção expansiva de valores, mas é, necessariamente e simultaneamente, produção expansiva de pauperização relativa ou de pauperização relativa e absoluta (PAULO NETTO, 2003, p. 25).

A “questão social” passa a ser tratada pelo Estado, a partir do reordenamento monopólico, não mais de maneira pontual e em casos extremos, onde a mobilização da classe trabalhadora pudesse ameaçar a ordem burguesa, como ocorria na fase concorrencial. Conforme José Paulo Netto, este novo tratamento da “questão social”, pelo Estado aliado aos monopólios, ocorre de maneira ordenada às novas funções estatais do período monopolista. Funções econômicas e políticas *internas* à produção capitalista sendo efetivadas e “[...] se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe”<sup>23</sup> (PAULO NETTO, 1992, p. 26). Sem esquecermos o que já foi dito anteriormente, sobre a solução operada pela lógica monopolista, que é a “maximização dos lucros pelo controle dos mercados” (PAULO NETTO, 1992, p. 20).

A materialização da ilegitimidade da ordem capitalista transparece na chamada “questão social”. Dessa forma, segundo Paulo Netto (1992), a política social pública<sup>24</sup> opera de maneira sistemática, estratégias para administrar as

<sup>22</sup> Referindo-se ao termo “questão social”, explica o autor: “Quando a emprego por escrito, uso-a sempre entre aspas. Porque, em si mesma, esta é expressão conservadora. É a designação que o conservantismo do século XIX deu às manifestações das lutas de classes. A expressão não é inocente” (PAULO NETTO, 2003, p. 24).

<sup>23</sup> Grifos do autor.

<sup>24</sup> Conforme nota do próprio autor, “[...] outra questão é a das políticas sociais privadas, conduzidas com caráter não imperativo e não oficial por organizações religiosas [...] e laicas [...], formas de intervenção freqüentemente assistemáticas e embasadas fundamentalmente em motivações ético-morais. À parte o fato de precederem o Estado burguês no capitalismo monopolista, importa notar que, com o desenvolvimento deste, acabaram por ter – salvo em situações muito pontuais – uma ponderação marginal na vida social; realmente, com a consolidação da ordem monopólica, o que

sequelas da “questão social”, articulando funções políticas e econômicas de maneira a articular demandas de categorias da sociedade (ou de classes), buscando um consenso social que permita reproduzir a ordem. Segundo o autor, tal ação do Estado, representa a maturidade e a consolidação da sociedade burguesa. Assim, “[...] as políticas sociais podem ser entendidas como respostas do Estado burguês do período monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classes) vulnerabilizados pela ‘questão social’” (PAULO NETTO, 2003, p. 15). No entanto, tais políticas não são automaticamente implementadas pelo Estado somente porque há necessidade delas. Elas precisam, antes de tudo, ser requeridas pelos tais “protagonistas histórico-sociais” que se fazem presentes:

[...] No domínio da saúde, da habitação, da educação, da renda, do emprego etc., o foco das políticas sociais recai sempre sobre uma expressão ou expressões da chamada “questão social”. O Estado apresenta respostas quando os afetados por essas expressões são capazes de exercer, sobre ele, uma pressão organizada. Não basta que haja expressões da “questão social” para que haja política social; é preciso que aqueles afetados pelas suas expressões sejam capazes de mobilização e de organização para demandar a resposta que o Estado oferece através da política social (PAULO NETTO, 2003, p. 15).

O autor conclui a ideia acima lembrando que nem sempre o Estado aguarda o surgimento de pressões sociais reivindicatórias para implementar políticas sociais. Muitas vezes,

[...] e isso ocorre sobretudo a partir dos anos 30 do século XX”, há uma antecipação estratégica da aplicação de políticas sociais, para se evitar mobilizações organizadas e para neutralizar qualquer conteúdo transformador que determinadas demandas sociais possam ter (PAULO NETTO, 2003, p. 16).

Para Paulo Netto (1992), perante as determinações do monopólio, a função da política social é delimitada para atender a dois objetivos específicos. *Preservação* e *controle* da força de trabalho<sup>25</sup>. Sendo, a força de trabalho ocupada, pela

---

ocorre é a crescente e efetiva subordinação das políticas sociais privadas às públicas [...]” (PAULO NETTO, 1992, p. 26). No entanto, em 2003, o autor observa a necessidade de esclarecer a “[...] razoável confusão terminológica (política social pública, política social privada, políticas públicas, políticas de governo etc.). Creio que se deve manter o uso da terminologia política social para designar o conjunto das políticas sociais e também usá-lo para referir-se a uma política setorial” (PAULO NETTO, 2003, p. 15).

<sup>25</sup> Grifos nossos.

regulamentação das leis capitalistas. E a força de trabalho excedente, formadora do exército industrial de reserva, pelos sistemas de seguro social<sup>26</sup>. Sendo assim, as políticas sociais fazem parte de um campo de atuação específico e “[...] as intervenções do Estado na economia – diretas e/ou indiretas, como vimos, e que só forçadamente podem ser caracterizadas como políticas sociais [...]” (PAULO NETTO, 1992, p. 27). Entretanto, o autor é enfático ao afirmar a necessidade de considerar os vínculos entre política social e política econômica.

[...]. É urgente sublinhar, pela enésima vez, que as políticas sociais não podem ser pensadas como autônomas em face da orientação macroeconômica. Trocando em miúdos: não existe, por um lado, política econômica e, por outro, políticas sociais” (PAULO NETTO, 2003, p. 23).

As concepções de políticas sociais elaboradas pelos três autores aqui abordados podem ser entendidas partir de uma ideia colocada por Faleiros, mas que notadamente é acolhida pelos outros dois: que as políticas sociais não são totalmente boas em si mesmas e nem totalmente ruins em si mesmas. Não podem ser vistas como puro instrumento de manipulação das classes dominantes, pois representam avanços das classes trabalhadoras em suas reivindicações e conquistas relativas da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, nos três autores tais políticas são apresentadas como elementos ligados às relações sociais de produção, que fazem parte das contradições próprias do modo de produção capitalista.

## 1.2 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS NO CAMPO DO PENSAMENTO DA DIREITA

Situar posicionamentos teóricos e políticos no campo do pensamento da esquerda ou da direita não é uma tarefa que dependa de uma simples decisão. Como colocamos anteriormente, nesta pesquisa tomaremos esquerda e direita como parâmetros correlatos, ou seja, se no item anterior apresentamos uma perspectiva no campo do pensamento da esquerda, neste item a perspectiva que é apresentada

---

<sup>26</sup> Quanto às relações dos sistemas de seguros sociais com a economia capitalista-monopolista, José Paulo Netto indica Faleiros (1980).

como direita pode não ser assim situada por muitos, como também não se autodenominar em tal posição, mas confrontadas as duas perspectivas, devemos demonstrar a oposição entre elas em seus elementos essenciais.

Encontrar teóricos que tenham uma produção vasta e recente, que possam ser claramente distintos e situados politicamente no campo do pensamento da direita com relação aos autores que enquadramos no campo do pensamento esquerda e que tenham relevância acadêmica e política em questões relacionadas às políticas sociais e ao Estado, são aspectos que consideramos importantes ao eleger Luiz Carlos Bresser Pereira como autor a ser analisado. Além de sua produção acadêmica, sua vida política nos aponta seu posicionamento declaradamente de centro-esquerda. Em 1983, foi presidente do Banespa e, em seguida, Secretário do Governo de São Paulo na administração de Franco Montoro. Em abril de 1987, Ministro da Fazenda do governo Sarney, demitindo-se do governo no final do ano. Em 1988 desligou-se do PMDB e participou da fundação do PSDB. Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, assumiu o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), onde comandou a Reforma Gerencial do Estado de 1995. No segundo mandato, foi durante os primeiros seis meses, Ministro da Ciência e Tecnologia e, em seguida, assessor do presidente para assuntos de Terceira Via<sup>27</sup>.

Bresser-Pereira tem como sua principal obra *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, que de sua primeira edição, em 1968, com seis capítulos, teve suas posteriores edições ampliadas e na sua quinta edição, em 2003, além de contar com vinte capítulos, o acréscimo de um subtítulo à obra: *História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. Esta obra, primordial para entender pensamento do autor, entre outros livros e artigos que serão aqui abordados no esforço em extrair suas concepções de Estado e política social, para então verificar seu posicionamento político.

A subdivisão deste tópico seguirá a ordem do anterior, como já justificamos, onde primeiramente iremos tratar das concepções de Estado e depois as de política social, sempre relacionadas à ideia de sociedade proposta pelo teórico estudado. O autor possui vários estudos tratando diretamente da teoria do Estado, no entanto, como iremos demonstrar, não apresenta estudos sistemáticos, ou até mesmo não

---

<sup>27</sup> Dados de sua biografia, atualizada em setembro de 2008, disponíveis em seu *web site* <[www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br)>.

utiliza com frequência o termo política social. Então por que estamos utilizando Bresser-Pereira como referencial teórico para tal conceito? Por dois motivos básicos. O primeiro, por uma questão lógico-interpretativa: não mencionar literalmente um determinado termo não significa que não esteja expressando um conceito ou uma concepção sobre esse termo. E o segundo motivo por uma questão histórica, presente inclusive em nossa trajetória acadêmica: a influência para as políticas sociais no Brasil que a elaboração e execução do Plano Diretor da Reforma do Estado, onde o autor esteve diretamente empenhado, como Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, no primeiro Governo FHC. Através dessa participação efetiva, Bresser-Pereira passou a ser foco de pesquisadores das políticas sociais, tanto por sua ação direta como ministro da pasta, como suas defesas teóricas da reforma gerencial do Estado brasileiro, sendo apontado como promotor de reformas neoliberais.

Bresser-Pereira (1996, p. 13) não admite que a estratégia que defende – de superação da crise latino-americana da década de 1980 e 1990, caracterizada pelo autor como crise do Estado – para as reformas orientadas para o mercado sejam neoliberais. As denomina de como social-liberais. Tal interpretação da crise do Estado, segundo o autor, permite entender e fazer surgir

[...] o Estado Social-Liberal, que é social porque mantém suas responsabilidades pela área social, mas é liberal porque acredita no mercado e contrata a realização dos serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não-estatais que financia a fundo perdido com orçamento público (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 14).

Essa pequena amostra das opiniões de Bresser-Pereira nos dá uma pista de quão polêmica é sua influência para o estudo das políticas sociais, daí a importância de citá-la.

### 1.2.1 Sociedade e Estado no campo do pensamento da direita

Como já mencionamos, *Desenvolvimento e Crise no Brasil* pode ser considerada a principal obra de Bresser-Pereira. Um objetivo central do livro é explicar as variações de crescimento na história da economia brasileira, por meio da

análise dos modelos econômicos e dos pactos políticos ocorridos (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.19). Segundo o autor, resumidamente o livro poderia ser definido como “[...] uma análise da Revolução Nacional Brasileira inacabada. Uma análise histórica, econômica e política, escrita por alguém que participou dela com paixão, vivendo suas grandes esperanças e suas frustrações” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 22).

A modernização e a democratização que vem ocorrendo na sociedade brasileira, segundo Bresser-Pereira, leva a prestigiar uma interpretação do Brasil que é vital para as necessidades da nação brasileira. Uma interpretação que

[...] seja social porque rebela-se contra a injustiça e fortalece o Estado para combatê-la, que seja liberal porque democrática e baseada na coordenação pelo mercado, e que seja nacional porque voltada para a defesa dos interesses nacionais – para a autonomia e o desenvolvimento nacional (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 15).

Esses princípios (social, liberal e nacional), mais que fundamentos interpretativos, mostram-se como princípios políticos propostos para o desenvolvimento do país. A coordenação pelo mercado é imprescindível, segundo o autor, para que na fase atual ocorra o desenvolvimento entendido por ele.

Desenvolvimento, para Bresser-Pereira (2003, p. 31), como regra geral pode ser sinônimo de desenvolvimento econômico, pois este gera como resultado mais importante, ou mais direto, a melhoria no padrão de vida e bem-estar da população. Segundo o autor, esse aumento no padrão de vida “deve ser automático, autônomo e necessário, ou seja, auto-sustentado”, como resultado de transformações econômicas, políticas e sociais, em determinado país ou região, que superem relações de produção tradicionais para se tornar predominantemente capitalista ou socialista. Assim, o desenvolvimento ocorre “[...] quando o governo da sociedade, a administração da produção e a própria convivência social deixam de ser regidos por critérios tradicionais e se enquadram no espírito do racionalismo” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 15).

O autor, usando o que chama de “sentido moderno da palavra”, entende o desenvolvimento econômico como:

[...] historicamente situado, surge apenas quando o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista

ou socialista. Em uma sociedade ainda basicamente tradicional, pode ocorrer um processo de crescimento que forneça as bases para o posterior desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 33).

Segundo Bresser-Pereira (2003, p. 34), para o desenvolvimento econômico uma revolução política não é absolutamente necessária, porém é fundamental que a classe dominante tradicional, de caráter oligárquico e aristocrático, seja substituída por um grupo de classe média. Ou seja, no entendimento do autor uma nova elite deve deter o predomínio ou a exclusividade do poder político para que o desenvolvimento seja intensificado.

Nas sociedades capitalistas modernas continua tendo valor explicativo, segundo Bresser-Pereira (2003, p. 16), a composição pela burguesia, classe média profissional ou burocrática e classe trabalhadora como as três classes sociais básicas no envolvimento dos processos sociais e políticos contemporâneos. Mas salienta que houve uma importância cada vez mais relevante da “nova classe média profissional”, que apesar de sua fragmentação política, possui ideologias e interesses comuns.

Podemos perceber em Bresser-Pereira uma admissão da divisão da sociedade em classes, mas para ele essa divisão não parece ser essencial. Quando aponta as formas históricas de sociedade e Estado no Brasil<sup>28</sup>, afirma que no início do século XXI configura-se

[...] um Estado democrático, entre burocrático e gerencial politicamente. Este Estado regula uma economia capitalista inserida no sistema global e preside uma sociedade pós-industrial, que não é mais principalmente de classes mas de estratos (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 301).

Posteriormente, afirma que a sociedade que se tem hoje no Brasil é

[...] uma mal definida Sociedade Pós-Industrial na qual as elites burguesas e burocráticas, estas públicas e privadas, aumentam em tamanho e se diversificam internamente, o mesmo fenômeno ocorrendo com a classe trabalhadora. [...]. Com o aumento extraordinário da nova classe média de burocratas ou tecnoburocratas, trabalhando para grandes organizações ou como profissionais de serviços, a sociedade deixa de ser essencialmente uma sociedade de classes para ser cada vez mais uma sociedade de

---

<sup>28</sup> Bresser-Pereira (2003, p. 302), apresenta um quadro onde destaca três etapas históricas quanto à sociedade, ao Estado no plano político e ao Estado no Plano administrativo no Brasil.

camadas sociais, definidas menos pelo tipo de propriedade ou de relação de produção e mais pelo nível de educação, de prestígio social e de ocupação de cargos na hierarquia das grandes organizações públicas e privadas (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 323).

Em produção anterior à acima citada, o autor também questiona a explicação da sociedade baseada na divisão de classes. Aponta a complexificação da sociedade capitalista – que atribui crescente valor ao conhecimento técnico e organizacional dando poder à nova classe média burocrática, que também estratifica, torna técnica a classe operária e lhe atribui mais poder por meio dos sindicatos e do voto – como causadora de uma perda de nitidez das distinções de classe no mundo contemporâneo, especialmente entre uma classe operária oposta a uma classe burguesa. “O próprio conceito de classe perdeu parte de sua força explicativa, cedendo espaço para os estratos sociais e para as distinções étnicas e raciais, de um lado, e para as distinções religiosas e culturais de outro” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 90). Entretanto, destaca o autor que o papel do estado não perdeu sua importância na relação entre as classes sociais, “na medida em que continuou a ter um papel decisivo não apenas na garantia estável dos direitos de propriedade, mas também na distribuição do excedente econômico” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 90)<sup>29</sup>. Assim, podemos perceber que Bresser-Pereira não descarta a existência de classes na sociedade contemporânea, principalmente visível em seu entendimento de Estado.

Bresser-Pereira trata mais especificamente como entende o Estado em artigo intitulado: *Estado, sociedade civil e legitimidade democrática*<sup>30</sup>, no qual busca examinar o conceito de Estado fazendo uma distinção dos conceitos de aparelho de Estado e de Estado-nação, além de contrapor ao conceito de povo e de sociedade civil. Também é possível perceber nesse trabalho, a leitura que é feita sobre o capitalismo e a importância do Estado como coordenador desse sistema e do mercado. Posição insistentemente defendida na proposta de Reforma Gerencial do

---

<sup>29</sup> Bresser-Pereira referenda tal aspecto em Nicos Poulantzas (s/d): “[...] apesar de suas convicções marxistas, não hesitou em afirmar que as políticas do Estado deixaram de refletir simplesmente os interesses dos poderosos para se tornarem o resultado da condensação das lutas de classes” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 90).

<sup>30</sup> BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n. 36, 1995: 85-104. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil\\_LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil_LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf)>

Estado em curso na mesma época dessa publicação e que se coloca, segundo o autor, como contrária à leitura neoliberal onde o Estado deveria influir o mínimo possível no mercado.

Em qualquer circunstância, inclusive na sua forma liberal, o capitalismo é um sistema econômico complexo constituído por empresas capitalistas coordenadas pelo mercado e reguladas pelo Estado. O capitalismo contemporâneo, por sua vez, está muito longe do capitalismo liberal do século XIX: além de regulamentado é coordenado pelo Estado, embora seja altamente competitivo. Não há capitalismo, nem mercado capitalista, sem um Estado que o regule e coordene, não apenas criando as condições gerais para a produção capitalista, através da instituição do sistema legal com poder de coerção e de uma moeda nacional, mas também através de uma série de ações na área econômica, social e do meio ambiente (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 85).

O Estado, para Bresser-Pereira (1995, p. 86), surge da necessidade de dar legitimidade política à classe dominante, para que esta possa apropriar-se do excedente produzido pela sociedade. Tal excedente gerou uma divisão social em classes, fazendo com que houvesse a institucionalização de um estado-nação soberano e, como parte deste, um Estado. Para o autor “[...] o Estado é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte” (1995, p. 86).

Explica Bresser-Pereira que

[...] o estado-nação ou país é a entidade política soberana constituída por uma população que habita um certo território. [...]. Nesse país é possível distinguir uma sociedade civil e um Estado. A sociedade civil é constituída pelas classes sociais e grupos, que têm um acesso diferenciado ao poder político efetivo, enquanto que o Estado é a estrutura organizacional e política [...]. Em outras palavras, a sociedade civil é o povo, ou seja, o conjunto dos cidadãos, organizado e ponderado de acordo com o poder de cada indivíduo e de cada grupo social, enquanto que o Estado é o aparato organizacional e legal que garante a propriedade e os contratos (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 86).

Cabe aqui destacar os elementos essenciais constitutivos do estado-nação, já que seu desenvolvimento econômico está muito presente nas reflexões de Bresser-Pereira. Tais elementos são a sociedade civil e o Estado.

A sociedade civil, para Bresser-Pereira, “[...] engloba todas as relações sociais que estão à margem do Estado mas que exercem algum tipo de influência

sobre ele” (1995, p. 91). Ela, a sociedade civil, não deve ser confundida com povo ou população, mesmo em uma democracia moderna, onde teoricamente todos são iguais perante a lei.

[...]. O povo pode ser considerado como sendo o conjunto dos cidadãos detentores dos mesmos direitos; a sociedade civil é constituída pelos cidadãos organizados e classificados segundo o poder dos grupos ou associações a que pertencem. O Estado exerce formalmente o seu poder sobre a sociedade civil e o povo. Na verdade, a sociedade civil é a fonte real de poder do Estado na medida em que estabelece os limites e condicionamentos para o exercício desse poder (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 92).

Para Bresser-Pereira, Estado e sociedade civil podem ser entendidos como

[...] dois sistemas de poder: o sistema de poder centralizado e estruturado, representado pelo Estado, e o sistema de poder difuso, mas real, da sociedade civil, que se encontra nas empresas, nas associações e sindicatos, nas organizações religiosas e nas famílias [...]. (1995, p. 92).

Nas sociedades modernas, a ligação formal entre um e outro sistema de poder se dá por meio dos processos eleitorais, do parlamento e dos partidos políticos. “O Estado é, assim, um sistema de poder organizado que se relaciona dialeticamente com um outro sistema de poder — a sociedade civil —, cujo poder é difuso mas efetivo” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 92). É através da sociedade civil que, segundo o autor, as classes dominantes buscam se organizar para controlar e colocar a seus serviços o Estado, mesmo estando fora dele.

A sociedade civil, segundo Bresser-Pereira (1995, p. 93), pode apresentar diversos níveis de abertura política no que tange à participação do povo. Ser autoritária ou democrática depende de como a classe dirigente, esta que dirige mais diretamente o Estado, divide o poder com a classe dominada. Assim, a distinção entre uma classe e outra varia conforme a concentração e distribuição de poder, ficando menos clara quando a classe subalterna puder participar mais. Em uma sociedade que se torna democrática,

[...] a sociedade civil alarga suas bases e passa a incluir a classe média e, eventualmente, os trabalhadores, quanto mais próximos forem entre si a sociedade civil e o povo, quanto mais igualitários

forem os direitos políticos dos cidadãos, mais democrática será a sociedade civil (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 102).

Conforme Bresser-Pereira (1995, p. 87-89), são duas as correntes ou tradições básicas que influenciam os estudos do Estado, se diferenciando pelo método como veem o fenômeno. Uma corrente histórico-indutiva e outra lógico-indutiva<sup>31</sup>. Além de se complementarem, tanto uma como a outra corrente, levam em consideração que o Estado, como uma organização política, serve essencialmente para que a classe dominante economicamente possa garantir também o domínio político e assim a apropriação para si do excedente.

O Estado, como aponta Bresser-Pereira (1995, p. 89), tem como elementos constitutivos de seu aparelho o governo, a burocracia e a força pública. O governo é composto por membros da elite política, que normalmente são recrutados junto à classe dominante; a burocracia ou tecno-burocracia pública é composta por funcionários hierarquicamente organizados, que cuidam da administração; e a força policial e militar é incumbida de defender o país de ameaças externas e também de assegurar a obediência às leis e manter a ordem interna. Além desses três elementos que compõem propriamente o aparelho estatal, o autor, baseando-se em Max Weber, lembra que

[...] essa organização política detém o monopólio da violência *institucionalizada*, ou seja, tem o poder de estabelecer um sistema legal e tributário, e de instituir uma moeda nacional [...] por um ordenamento jurídico impositivo, que extravasa o aparelho do Estado e se exerce sobre toda a sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 89, grifos do autor).

Bresser-Pereira (1995, p. 89) complementa, afirmando que o Estado é a única organização que dispõe de poder “extroverso”. Ou seja, suas normas não se restringem à regulamentação interna da instituição, mas extrapolam o aparelho estatal e regulam toda a sociedade através de um grande conjunto de leis que recaem sobre um território e uma população.

---

<sup>31</sup> “[...] Uma corrente, histórico-indutiva, tem origem em Aristóteles, passa por Santo Tomás, Vico, Hegel, Marx e Engels, e os filósofos pragmáticos norte-americanos. A outra, lógico-dedutiva, está apoiada no contratualismo fundado por Hobbes, e continuado por todos os jusnaturalistas até Rousseau e Kant. O pensamento neoliberal contemporâneo, na medida em que se apóia em uma escola econômica também lógico-dedutiva — a escola neoclássica — adota uma perspectiva a-histórica. Isto não significa, entretanto, que toda visão lógico-dedutiva do Estado seja conservadora e que toda visão histórica seja progressista. Muito pelo contrário. Rousseau era lógico-dedutivo e revolucionário. Hegel, histórico, e conservador” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 87).

Em síntese, o Estado é a única organização dotada do poder extroverso. É o aparelho com capacidade de legislar e tributar sobre a população de um determinado território. A elite governamental, a burocracia e a força militar e policial constituem o aparelho do Estado. O Estado, porém, é mais do que seu aparelho, porque inclui todo o sistema constitucional-legal que regula a população existente no território sob sua jurisdição. Esta população, por sua vez, assume o caráter de povo, ao se tornar detentora do direito da cidadania, e se organiza como sociedade civil. Sociedade civil e Estado constituem o estado-nação (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 102).

“A legitimidade do poder do Estado, ou, mais precisamente, a legitimidade da elite política governamental que dirige o Estado em nome da sociedade, depende de sua capacidade de estabelecer sua hegemonia ideológica sobre o resto da sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 94). No entanto, segundo o autor, o Estado não é a única instituição propagadora de ideologia. Para ele, a análise de Althusser torna o aparelho do Estado muito amplo, não permitindo diferenciar de outros aparelhos ideológicos que fazem parte da sociedade civil. Não há razão, segundo Bresser-Pereira (1995, p. 94), para legar somente ao Estado a função de propagar a ideologia dominante, quando muitas outras instituições da sociedade civil também desempenham tal papel, mas pode sim ser considerado como o principal meio legitimador de ideias utilizado pela classe dirigente, além de possuir o poder coercitivo e de controle econômico sobre a sociedade, atuando com políticas econômicas de curto e longo prazo.

Se o conceito de Estado em Bresser-Pereira é constantemente relacionado à classes sociais organizadas na sociedade civil, também notórias são as problematizações que ele faz nessa relação. Como apontamos acima, o autor se refere a uma reconfiguração na sociedade contemporânea em que a divisão desta se dá mais por estratos do que por classes, mas que o Estado ainda representa em grande medida a disputa entre classes.

Para Bresser-Pereira (1995, p. 95), é uma simplificação denominar o Estado como representante de uma classe, pois nas sociedades capitalistas contemporâneas onde, ao lado da classe capitalista, surgiu uma classe tecnoburocrática ou uma classe de gerentes e técnicos assalariados, que é poderosa devido ao seu conhecimento técnico e organizacional. “[...] Com maior frequência o que temos hoje são pactos políticos, coalizões de classes. Nestas podem participar não apenas as classes dominantes mas também frações das classes dominadas”,

assim, nessas complexas relações entre Estado e classes sociais o Estado é o espaço onde os conflitos sociais se desenvolvem (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 95).

Explica o autor que

[...] à medida em que a democracia avança, as classes dominantes são forçadas a fazer concessões às classes dominadas, o Estado é transformado em um provedor de benefícios sociais, o que atenua e ao mesmo tempo legitima (O'Connor, 1973)<sup>32</sup> as relações de dominação (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 95).

Assim a contradição entre legitimar e atenuar as relações de dominação presentes no modo de produção capitalista são aspectos que marcam divergências teóricas sobre o assunto.

Analisando a teoria marxista do Estado, Bresser-Pereira aponta, entre os limites que identifica nas principais correntes, o que chama de uma solução para entender a relativa autonomia que tem o Estado.

Se retornarmos à tradição de Engels e reconhecermos que o Estado, além de ser uma relação política que dá forma legal às formações sociais capitalistas, é também um aparelho burocrático, seremos capazes de resolver o problema que tanto Poulantzas quanto os teóricos neo-ortodoxos não foram capazes de solucionar. **O Estado não é uma entidade puramente capitalista porque está fundada sobre uma organização burocrática ou um aparelho e não sobre uma relação mercantil.** Mas o Estado é uma parte essencial do capitalismo, seja ele um capitalismo liberal ou intervencionista. O Estado é uma estrutura política formada por uma organização burocrática e por um sistema jurídico-legal. **É uma estrutura política essencial ao funcionamento do modo de produção capitalista, que não tem ela própria caráter capitalista mas organizacional ou administrativo.** Estabelece-se, assim, uma curiosa contradição: o Estado segue a lógica do capital, na medida que estabelece as condições gerais para o funcionamento do capitalismo, mas ao mesmo tempo, é tecnoburocrático ou organizacional. Em outras palavras, **a instituição que garante a existência dos contratos e da propriedade — portanto, do próprio capitalismo — não é, ela mesma, capitalista, mas burocrática ou organizacional** (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 98)<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Aqui a referência feita pelo autor é O'Connor, James (1973) *The Fiscal Crisis of the State*. Nova York: St. Martin's Press.

<sup>33</sup> Grifos nossos.

Nessa citação encontramos um importante posicionamento teórico do autor: que o caráter do Estado, por ser organizacional, burocrático, ou administrativo, não é capitalista. É estabelecida uma oposição entre tais aspectos e ao mesmo tempo uma contradição, pelo fato de uma instituição não capitalista garantir o próprio capitalismo. Ao mesmo tempo, resume o autor, que o Estado

[...] jamais é uma entidade neutra, abstrata, como tanto a ideologia liberal como a tecnoburocrática sustentam. Sua ação é sempre o resultado da representação de interesses em conflito. Esses interesses agregam-se de várias maneiras, formando blocos históricos que se modificam conforme os interesses de classe se alterem em função das transformações do ambiente econômico (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 102).

O que percebemos é a posição teórico-política de Bresser-Pereira sobre sua concepção de Estado. Ele acaba dando ênfase para o caráter de neutralidade do Estado capitalista, quando tenta isentar a forma e o conteúdo da gestão do Estado escamoteando o conjunto de relações econômicas e políticas que o constitui. Com relação ao caráter classista ou não do Estado, talvez possa ser melhor compreendida ao analisarmos suas concepções de política social.

### 1.2.2 Sociedade e política social no campo do pensamento da direita

Como já mencionamos anteriormente, Bresser-Pereira não apresenta estudos sistemáticos, ou até mesmo não utiliza com frequência o termo política social, mas, conforme justificamos, sua importância para o tema e diante do que apresentamos em suas concepções de sociedade e Estado, iremos apresentar seu pensamento acerca das políticas sociais, que notadamente estão opostas às concepções teóricas e políticas de Faleiros, Vieira e Paulo-Netto.

Boa parte das reflexões de Bresser-Pereira quanto à temática da política social estão relacionadas à questão do desenvolvimento, que conforme apontamos acima, para o autor (2003, p. 31), como regra geral o desenvolvimento pode ser sinônimo de desenvolvimento econômico, pois este gera como resultado mais importante ou mais direto a melhoria no padrão de vida e bem-estar da população.

Bresser-Pereira (2003, p. 15) compreende que as transformações econômicas, políticas e sociais, em determinado país ou região, superando relações de produção tradicionais para se tornarem cada vez mais racionalistas, localizam historicamente o desenvolvimento e assim ocorre o aumento no padrão de vida da população de maneira automática, autônoma e necessária, sendo assim, autossustentado.

A racionalidade, para o autor, é requisito para que a sociedade e o Estado empreendam o desenvolvimento de maneira a articular economia e justiça social obtendo assim legitimidade política. Bresser-Pereira explica que

[...] os mercados e o dinheiro são as duas instituições econômicas por excelência. O desenvolvimento econômico é um dos objetivos estratégicos das nações capitalistas modernas, que elas alcançam através da combinação estratégica dessas instituições.

Para que haja desenvolvimento econômico é essencial que o estado seja forte, ou seja, que tenha legitimidade política e capacidade para cobrar impostos e impor a lei. [...]. **Para que um estado democrático seja realmente forte é necessário que tenha uma legitimidade** que só um estado grande, como o sueco ou o francês, possui, porque é através **dos gastos sociais que realiza que a concentração de renda é minorada, e uma relativa justiça social alcançada**<sup>34</sup>. Construir estados capazes de lograr uma relativa igualdade, sem que percam a flexibilidade e a energia necessárias, é um desafio que as sociedades democráticas modernas enfrentam (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 206-207)<sup>35</sup>.

Ao se referir às políticas sociais, Bresser-Pereira recorre normalmente aos termos “serviços sociais” ou “gastos sociais”. Na citação acima o autor se refere aos gastos sociais como fator que atribui legitimidade aos estados democráticos, tornando-os fortes, na medida em que contribuem para diminuir desigualdades e promover justiça social. Há a necessidade de um Estado forte com suas leis e cobranças de impostos respeitados para que ocorra desenvolvimento econômico. Ou seja, nesses termos podemos entender que políticas sociais entram como estratégias para o desenvolvimento econômico de um determinado país, mas também como resultado.

<sup>34</sup> Em nota o autor justifica: “[...]. Em português, a palavra ‘estado’ é comumente escrita com maiúscula, mas não me parece haver justificativa para essa prática. Em inglês, a confusão semântica é mais geral, porque *state* é geralmente sinônimo de *nation-state* ou de *nation*, enquanto que *‘government’* é o que estou chamando de ‘estado’. Em português, governo significa duas coisas: a cúpula dirigente do estado, e o processo de governá-lo” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 206).

<sup>35</sup> Grifos nossos.

Quanto a questão da legitimidade, Bresser-Pereira (2007) a discute nos governos democráticos relacionando-a ao nível de democracia e de igualdade existente entre o povo e a sociedade civil.

Em sociedades como a sueca ou a suíça, em que as desigualdades são relativamente pequenas, a sociedade civil é fortemente democrática, diferenciando-se pouco do povo. Assim, nessas sociedades, uma vez eleito pelo povo um governo de esquerda, esse governo, que reflete o poder da sociedade civil, fará uma administração de esquerda.

Enquanto isso, em sociedades menos democráticas e menos justas, como são as latino-americanas, o descompasso entre o povo e a sociedade civil é enorme. O povo não tende necessariamente a ser mais democrático do que a sociedade civil, [...] mas tende a ser mais de esquerda, na medida em que demanda do Estado políticas ativas mais distributivas. Dado esse descompasso, uma vez eleito um governo de esquerda, a tendência dos novos governantes, para alcançar “legitimidade” política junto à sociedade civil, será a de identificar-se rapidamente com as percepções e valores centrais dessa sociedade que é a fonte real de legitimidade (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 91).

Baseando-se em Max Weber, Bresser-Pereira afirma usar o conceito de legitimidade indicando o fato de que um governo contar com o apoio da sociedade civil, e emprega o conceito de legalidade para dizer que ele foi eleito pelo povo. “O primeiro é um conceito real – sociológico e histórico; o segundo, um conceito formal – jurídico no sentido estrito desta palavra” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 91).

Entende o autor que a aproximação entre legitimidade e legalidade representa a aproximação da sociedade civil com o povo. Ou seja, a aproximação entre os portadores de participação política efetiva dos portadores de direitos de cidadãos, promovendo assim uma democracia mais avançada

[...] Ora, isso acontecerá à medida que, em cada sociedade, aumentar o grau de igualdade de renda, de conhecimento, de capacidade de organização, e, portanto, de poder político real. Ou seja, aumentar o grau de justiça social existente nessa sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 90).

É clara a crença de Bresser-Pereira na democracia mais avançada, como promotora de desenvolvimento e justiça social. Segundo ele, no século XX, com a conquista da democracia pelos pobres e pelas classes médias, além do

desenvolvimento econômico, o Estado passa a ter como objetivo a distribuição de renda mais igualitária.

[...] O estado que Marx conheceu — o estado liberal do século dezanove — era, sob muitos aspectos, “o comitê executivo da burguesia”. No século vinte já não é mais. O estado e o direito não são a mais simples forma de exercício do poder pelas classes dirigentes; são também instrumentos de emancipação social. Cabe ao estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento e a distribuição, entre os lucros e os salários, entre os investimentos e as despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma freqüência, se opõem. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 214).

Bresser-Pereira, afirma que o conflito entre interesses de classes é permanente, embora também seja constante a “cooperação” entre elas e, dessa forma, é favorável tal situação ao desenvolvimento. Conforme o autor,

[...] já correram rios de tinta para demonstrar seja a racionalidade, seja a irracionalidade do conflito de classes. O certo é que é inevitável. E que não é incompatível com o desenvolvimento — pelo contrário, pode ser favorável se mantido dentro de limites razoáveis (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 214).

Percebemos que em Bresser-Pereira, na relação que ele entende entre classes, aparece o termo “conflito” e inclusive “cooperação”, mas não o termo exploração e contradição. Também a relação salário e lucro é vista pelo autor de forma mais amena que uma visão do pensamento da esquerda sobre essa temática.

[...] Os salários acabam sempre crescendo com o aumento da produtividade, e, portanto, não existe uma tendência à concentração indefinida da renda. Para os empresários basta que haja uma taxa de lucros satisfatória, relativamente alta, para que invistam. Seu objetivo não é aumentar indefinidamente essa taxa, maximizá-la, porque sabem que tal objetivo não seria realista. O que desejam é fazer suas empresas e sua riqueza crescerem indefinidamente, e, para isso, precisam de uma taxa satisfatória de lucro (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 214).

Bresser-Pereira (1996, p. 175) define a política salarial redistributiva como populista. Em vários momentos considera a elevada desigualdade social, mas defende políticas redistributivas, nunca defende um maior ganho salarial, a não ser

que este ganho esteja relacionado às disparidades salariais entre trabalhadores, como entre o setor público e o privado. De qualquer forma, entende o autor que um maior ganho salarial não deve afetar a taxa de lucros dos empresários. Para ele,

[...] meios eficientes de redistribuir renda incluem a industrialização conduzida pelas exportações, política industrial orientada para a produção de bens de salário (bens de consumo simples), reforma agrária, reforma tributária progressista e orientação dos gastos públicos para os pobres. Essas idéias são ainda raramente aceitas pela esquerda populista (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 176).

Se contrapondo ao aumento salarial e aos defensores desse, os enquadrando em uma “esquerda populista”, cabe aqui verificarmos como Bresser-Pereira define sua filiação política:

[...] a centro-esquerda reconhece a impossibilidade de uma transição para o socialismo dentro de um prazo previsível, e, usando uma frase de Michel Rocard, trata de “governar o capitalismo mais competentemente que os capitalistas”. Ou seja, é uma esquerda reformista que, durante o século vinte, foi social-democrata, mas que está se transformando em uma centro-esquerda social-liberal, na medida em que os partidos de esquerda na Europa vêm reformando suas economias e seu Estado no sentido de manter a garantia aos direitos sociais e aprofundar a igualdade, ao mesmo tempo que aceitam um papel mais ativo de mercados regulados na coordenação do sistema (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 83).

A oposição entre o pensamento da esquerda e o pensamento da direita pode não ser tão evidente, mas constatarmos que existem oposições entre reforma e revolução, conflito e exploração, cooperação e contradição, salário e lucro podem servir como parâmetros importantes para o estudo do Estado e da política social contemporânea e os embates entre as posições e interpretações teóricas e políticas divergentes.

## **2 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NOS DISCURSOS DO PRESIDENTE LULA**

Neste capítulo iremos analisar alguns dos discursos do presidente Lula e apreender concepções subjacentes de Estado e política social, buscando identificá-las com interpretações da esquerda e da direita, que apresentamos no capítulo anterior. Faremos, à luz de perspectivas teóricas e políticas distintamente posicionadas, uma análise nos discursos do presidente, de como é concebido Estado e política social em suas falas.

Entendemos, pois, que os discursos do presidente Lula podem não representar a totalidade do que é a política social em todo o seu governo, mas defendemos que nos discursos transparecem justificativas declaradas para compreendê-las como respostas às reivindicações ou demandas da sociedade, bem como declarações acerca da função do Estado nessa relação.

## 2.1. O ESTADO NOS DISCURSOS OFICIAIS DO PRESIDENTE LULA

Não encontramos nos discurso do presidente sistematizações teóricas sobre o que é o Estado, o que certamente não faria muito sentido, mas é bastante presente a defesa de como o Estado deve ser entendido por todos, de como ele entende que deva ser a sua função perante a sociedade, o que não deixa de conter uma interpretação teórica de quem fala representando institucionalmente o Estado brasileiro em um determinado momento histórico.

Ao apontarmos aqui alguns momentos dos discursos do presidente Lula, percebemos alguns destaques de como se justifica o papel do Estado nas falas do presidente e como tais entendimentos se aproximam ou se distanciam, ao estarmos refletindo e dialogando com interpretações e concepções dos teóricos e de outros interlocutores que pensam o Estado e suas políticas de uma concepção de direita ou de esquerda.

Em um primeiro momento, está bastante presente a ideia de que o Estado é limitado e com o poder menor do que as pessoas imaginam.

[...]. Porque, se é verdade que nenhuma economia do mundo vai para a frente se os juros oferecidos pelo Governo forem maiores do que as taxas de lucro advindas da produção, é verdade também que não há na História da Humanidade nenhum país no mundo que foi para a frente sem antes investir na educação do seu povo. E por que, muitas vezes, isso não foi feito? Isso não foi feito porque, no Brasil, sempre se passou a idéia de que o Estado era poderoso e tinha que fazer tudo. Eu estou convencido de que o papel do Estado deve ser o papel muito mais de indutor do que de executor (BRASIL, 2003e, p. 6)<sup>36</sup>.

Há, desde o início dos discursos, em 2003, um chamamento à participação da sociedade para atuar em áreas sociais e essa tônica persiste em momentos posteriores.

Quero saudar os deputados aqui presentes, quero saudar o nosso governador, os nossos ministros e dizer para vocês uma coisa: o que eu vi aqui, hoje, é uma afirmação que venho fazendo, pelo menos há

---

<sup>36</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do presidente da Associação Comercial de São Paulo - Clube Monte Líbano – São Paulo – SP, 27 de março de 2003, p. 6.

20 anos: Se o Estado brasileiro confiar na sociedade brasileira, se o Estado brasileiro confiar nas instituições já organizadas da sociedade brasileira e, através dessas instituições e dessas entidades, fizer parcerias para políticas públicas no campo social, a possibilidade de termos sucesso é infinitamente maior do que se tentarmos fazer através da burocracia, da máquina pública, seja ela municipal, estadual ou federal (BRASIL, 2003i, p. 1)<sup>37</sup>.

É muito presente nos discursos do presidente Lula a tentativa de convencimento de que a sociedade e o Estado devem ter uma responsabilidade partilhada sobre os problemas urgentes a serem enfrentados. Como é o caso da fome no país.

Eu acho esse gesto de vocês extraordinário e quero dizer que eu continuo acreditando numa coisa que norteia a minha vida há muitos anos – aqui, inclusive, tem companheiros sindicalistas que conviveram comigo, pelo menos nos últimos 30 anos – eu sempre disse que não é possível, a nenhum governo, resolver todos os problemas de uma nação se ele não tiver habilidade política de envolver a sociedade para fazer aquilo que, normalmente, o Estado não tem condições de fazer.

Criou-se no Brasil a idéia de que o Estado pode tudo, e nós queremos provar que o Estado pode menos do que as pessoas imaginam, mas que o poder de indução do Estado é tão grande, que se o Estado fizer a política correta de envolvimento da sociedade, eu não tenho dúvida nenhuma de que a gente consiga fazer o milagre de acabar com a fome neste país (BRASIL, 2003h, p. 3)<sup>38</sup>.

De fato, a busca de apoio da sociedade pelo governo é justificável. Pelos dois parâmetros teóricos que estamos utilizando (concepções da esquerda e da direita), o Estado e suas ações são decorrentes, em grande medida, das características socioeconômicas de suas sociedades. Como já destacamos em Vieira (2001a, p.14), não é o Estado que cria a sociedade, mas esta expressa em um Estado e em um governo necessidades, ansiedades, preconceitos, contradições, enfim, fatores os quais devem ser considerados na análise política. Também para Bresser-Pereira (1995, p. 86), o Estado, como uma parte da sociedade, se sobrepõe a ela como uma estrutura política e organizacional que ao mesmo tempo dela faz parte. Assim, podemos perceber nos discursos do presidente Lula um grande esforço para envolver a sociedade em projetos sociais de seu governo,

---

<sup>37</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Fazenda do Menor de Feira de Santana - Feira de Santana - BA, 12 de setembro de 2003, p. 1.

<sup>38</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Petrobrás - Fome Zero - Palácio do Planalto, 1º de setembro de 2003, p. 3.

especialmente no início do primeiro mandato referente ao programa Fome Zero<sup>39</sup>, e também uma grande crença em tal envolvimento.

O Estado como indutor das ações que a sociedade necessita e não como executor, é uma proposta constante nos discursos do presidente. Essa lógica de atuação é condizente com as funções do Estado capitalista diante de sua atuação nas políticas sociais. Como nos explica Faleiros (1991), com repasses diretos do Estado, doações de empresas e de pessoas físicas, que assim recebem isenções de impostos, recursos financeiros são aplicados por organizações públicas e privadas em programas sociais que visam atender necessidades básicas de pessoas que não são supridas por suas próprias rendas. Como na questão da fome, mencionada no discurso acima, ou da educação, no anterior, são direitos constitucionais, não atendidos integralmente pelo Estado, mas que aparentam ser dádivas aos pobres, concedidas pelos ricos.

Essa articulação feita pelo Estado, dá às políticas sociais a característica de “bondade aparente”, funcionando como mecanismo clientelista e também passando a impressão de uma sociedade unida e solidária. Vela-se assim, a complexa realidade da produção capitalista, onde os trabalhadores são os verdadeiros financiadores dos recursos destinados às políticas sociais, através da riqueza que produzem, que é apropriada pelos capitalistas e dos impostos que pagam como consumidores finais (FALEIROS, 1991). A aparente solidariedade é visível na seguinte fala, onde o presidente Lula participa da inauguração de um Restaurante Popular<sup>40</sup> da Coca-Cola:

O presidente da Coca-Cola me disse, agora há pouco, que ele está impressionado com a capacidade de assimilação dos empresários brasileiros, porque com todas as pessoas que ele tem conversado

---

<sup>39</sup> “O Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”. Esse conceito e outras informações acerca do Programa Fome Zero estão disponíveis em: <<http://www.fomezero.gov.br/>>, acesso em 2 mai. 2010.

<sup>40</sup> “Restaurantes Populares são Unidades de Alimentação e Nutrição destinadas ao preparo e à comercialização de refeições saudáveis, oferecidas a preços acessíveis à população, localizadas preferencialmente em grandes centros urbanos de cidades com mais de 100 mil habitantes. [...]. O MDS [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome] apóia a instalação de Restaurantes Populares através do financiamento de projetos de construção, reforma e adaptação de instalações prediais, aquisição de equipamentos permanentes, móveis e utensílios novos”. Essa definição e outras informações sobre os Restaurantes Populares estão disponíveis em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/restaurante-popular>>, acesso em 2 mai. 2010.

sobre o trabalho que a Coca-Cola vem fazendo nessa área, ele disse ter ficado surpreso em ver como os empresários ficam sensibilizados e como querem contribuir ou criar alguma coisa semelhante para ajudar a população.

Quem me acompanha de perto sabe que há muito tempo eu digo que a solução dos problemas do Brasil não será obra apenas do Estado brasileiro. Ou a sociedade brasileira se conscientiza que a situação à qual nós chegamos é da responsabilidade de todos ou nós iremos continuar como se vivêssemos num país em que tivéssemos castas: aqueles que podem mais ou menos e aqueles que não podem nada, como uma grande parte da nossa população. Como todos nós sonhamos com um cantinho no céu, é bom a gente fazer as coisas boas agora, enquanto podemos fazer, porque depois pode ser que o Homem não queira mais nos receber. Então, vamos tratar de sermos bons, solidários, de estender a mão para aqueles que não tiveram a mesma oportunidade. Por isso eu fico feliz de estar aqui, feliz por esse gesto (BRASIL, 2004c, p. 4)<sup>41</sup>.

Este discurso não demonstra a real e complexa condição de produção econômica da sociedade capitalista, onde a exploração da classe trabalhadora pelos detentores dos meios de produção permite, em última instância, a acumulação privada do capital. Mas como nos alerta Faleiros (1980, p. 47), o Estado deve ser entendido como uma relação social. Nem um árbitro neutro das relações entre classes e nem um puro instrumento das classes dominantes, mas, situado entre as diversas correlações de força da sociedade, busca manter uma certa coesão social dentro de um consenso que, forjado por uma estrutura econômica, quer conservar-se garantindo a propriedade privada dos meios de produção e a acumulação de capital, baseada na exploração da força de trabalho.

Bresser-Pereira (1995, p. 102) entende que o Estado é o resultado da representação dos conflitos de interesses das classes, que formam blocos históricos e se configuram conforme as transformações das condições econômicas. Para o autor o Estado nunca é uma entidade neutra e abstrata, como tanto a ideologia liberal e a tecno-burocrática querem sustentar. Mas ao mesmo tempo, ele defende que o Estado possui uma relativa autonomia da sociedade capitalista, por ser este burocrático ou organizacional. Estabelecendo-se assim o que chama de contradição, o fato de em sua estrutura interna (não capitalista e sim tecno-burocrática), o Estado garantir os contratos e a propriedade privada, elementos essenciais do capitalismo (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 98).

---

<sup>41</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de inauguração do Restaurante Popular da Coca-Cola - Belo Horizonte, MG, 18 de março de 2004, p. 3.

Entendemos que a contradição defendida por Bresser-Pereira é na verdade a expressão de uma concepção liberal de Estado. Na estrutura organizacional do aparelho do Estado, como ilustra Mandel (1977), “a hierarquia no aparelho de Estado é um espelho da hierarquia na sociedade capitalista”.

Se examinarmos, por exemplo, o método de recrutamento do funcionalismo público, veremos que para ser um empregado de um ministério, é preciso passar num exame. De facto, esta regra parece ser muito democrática. Por outro lado, ninguém pode submeter-se a exame para qualquer nível de emprego. O exame não é o mesmo para o cargo de secretário geral de um ministério, ou de chefe do estado-maior do exército, ou de terceiro oficial de uma pequena repartição governamental. Também, à primeira vista, parece ser absolutamente normal. Mas — e eis aqui um grande *mas* — há uma progressão nestes exames que lhes confere carácter seletivo. O candidato tem de possuir certos diplomas, teve de seguir certos cursos para se candidatar a certas posições, especialmente às mais importantes. Um tal sistema exclui vasto número de pessoas que não puderam obter instrução universitária ou equivalente, porque uma igualdade de oportunidades de instrução não existe na realidade. Ainda que o sistema de exame para cargos públicos seja democrático superficialmente, não deixa de ser um instrumento selecionador (MANDEL, 1977, [s.p.]).

Uma administração pública mais democrática, segundo Vieira (2001a, p. 13-14), depende de um maior controle da administração pública pela sociedade. Só a possibilidade do voto universal não garante uma democracia mais efetiva e pode até referendar governos antidemocráticos. Portanto, sociedades que estão em um processo mais avançado de democracia, um processo mais avançado de coletivização das decisões são as que permitem um maior controle social da administração pública.

A defesa de uma administração democrática e participativa é tônica constante nas falas do presidente Lula desde o início de seu governo. O Conselho de Desenvolvimento<sup>42</sup> Econômico e Social, ao ser instalado pelo presidente, é descrito como um meio de ampliação democrática.

---

<sup>42</sup> “O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES - é um órgão majoritariamente da sociedade civil, de carácter consultivo da Presidência da República. [...]. O CDES tem o papel de colaborar na formação do juízo político do Governo, como instituição representativa da sociedade. Seu desafio é estabelecer o diálogo entre as diversas representações da sociedade civil a fim de e discutir as políticas públicas e propor as medidas necessárias para alavancar o crescimento do País”. A descrição desses objetivos e outras informações sobre o conselho estão disponíveis em: <<http://www.cdes.gov.br/>>, acesso em 2 mai. 2010.

Este Conselho é um instrumento de construção de soluções. Foi criado para subsidiar o Poder Executivo, com propostas de ação assumidas pelas partes sociais.

Sou eu, como Presidente da República, e no âmbito exclusivo das atribuições do Poder Executivo, que quero ouvir o que a sociedade tem a dizer. Não quero tomar decisões de modo tecnocrático, sem ouvir a sociedade. Não quero ficar prisioneiro de debates puramente ideológicos, desvinculados da vida cotidiana do povo, nem da burocracia do Governo, que muitas vezes acha que sabe e pode tudo.

O Conselho não vai, em hipótese alguma, substituir nem tampouco relativizar o poder do Congresso Nacional, fórum por excelência, na democracia brasileira, das deliberações estratégicas do país.

No entanto, como ocorre em várias das maiores democracias do mundo, que possuem os seus Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social, a busca do consenso na sociedade, a busca de um verdadeiro acordo social estratégico, pode ser muito útil ao trabalho do Executivo e do próprio Legislativo, sem retirar-lhe nenhuma de suas prerrogativas, ao contrário: valorizando-as muito mais (BRASIL, 2003d, p. 5)<sup>43</sup>.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e outros conselhos criados posteriormente, são mecanismos constantemente referenciados pelo presidente como expressão da participação da sociedade em seu governo. Segundo ele, o Estado deve servir como aglutinador de opiniões de diversos segmentos da sociedade, e assim garantir que os interesses sejam ouvidos. Na solenidade de instalação do Conselho Nacional da Juventude<sup>44</sup>, em agosto de 2005, é um exemplo de como essa prerrogativa é expressa pelo presidente.

[...]. O papel do Estado, portanto, não é dizer o que fazer, o papel do Estado, quando cria este Conselho, é dizer a vocês: nós, governo e Estado brasileiro, não temos condições de saber todas as coisas que interessam para melhorar as condições e a qualidade de vida da juventude brasileira. E ao invés de fazermos uma pesquisa, porque poderíamos ter feito para saber o que acontece na juventude brasileira, saber os anseios de vocês, nós preferimos a idéia consagrada, inclusive dos nossos queridos deputados, de consolidar o Conselho, para que o Estado brasileiro, neste e em outros governos, tenha a capacidade, a inteligência de não perder de vista,

---

<sup>43</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Palácio do Planalto, 13 de fevereiro de 2003, p. 5.

<sup>44</sup> “O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) é espaço de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude brasileira. É um órgão consultivo e tem por objetivo assessorar o governo federal na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadão [...]”. Essa descrição do Conselho e outras informações a respeito estão disponíveis em: <<http://www.juventude.gov.br/conselho>>, acesso em 2 mai. 2010.

de não perder a oportunidade, de sempre ouvir o clamor dos mais diferentes segmentos da sociedade, porque assim nós, e quem quer que seja que venha depois de nós, errará menos do que se não ouvir a nossa sociedade (BRASIL, 2005a, p. 5)<sup>45</sup>.

No discurso de posse de seu segundo mandato, o presidente Lula anuncia a necessidade de “construir consensos” e ressalta a importância e os esforços de seu primeiro governo em proporcionar a democracia participativa.

Temos no Brasil um desafio pela frente.

Desafio para as forças que se identificam com este governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas.

Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas.

Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social. Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas.

Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam.

Meu governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo (BRASIL, 2007a, p. 12-13)<sup>46</sup>.

Neste tom, o Estado aparece como um ideal a se alcançar. O presidente vislumbra um consenso, ao mesmo tempo que afirma que a participação popular já estava presente no seu governo anterior, através de Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Não menciona o caráter de classe que tal representatividade apresenta, como podemos perceber em momento anterior, num discurso logo no início de seu primeiro mandato.

O Estado pode induzir as coisas a acontecerem neste país. Por isso nós constituímos o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com 82 empresários e trabalhadores. A crítica da imprensa não foi por que eu tinha colocado mais trabalhadores do que

---

<sup>45</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de instalação do Conselho Nacional da Juventude - Palácio do Planalto, 2 de agosto de 2005, p. 5.

<sup>46</sup> Discurso de posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional – Brasília, DF: Congresso Nacional, 1º de janeiro de 2007, p. 12-13.

empresários, a crítica foi de que o meu Conselho tinha mais empresários do que trabalhadores, e lá no Conselho também ninguém foi perguntado a que partido pertencia, a que central sindical pertencia, qual a sua religião ou qual a sua origem. Nós convocamos personalidades e com eles queremos discutir as reformas de que este país precisa (BRASIL, 2003e, p. 6)<sup>47</sup>.

Aqui, na cerimônia de posse do presidente da Associação Comercial de São Paulo, o presidente Lula menciona a vantagem numérica que os empresários levam na composição deste conselho, ao mesmo tempo em que indica uma despretensão na escolha dos conselheiros quanto às suas origens políticas e econômicas. Isto revela como a relação democrática entre sociedade e Estado pode ser complexa.

Entre os quatro autores que nos subsidiam na análise do Estado e das políticas sociais é consensual que a democracia pode representar um avanço na diminuição das desigualdades sociais e uma possibilidade de as classes dominadas apresentarem suas demandas, mas em suas considerações a essencialidade que tem o caráter de classe nas funções do Estado marcam as diferenças nas posições teóricas quanto aos limites da democracia burguesa. Como podemos constatar em Paulo Netto (2003, p. 20-21), a democracia política é o espaço possível, dentro da ordem burguesa, para que as políticas sociais possam representar conquistas relevantes para as “classes subalternas”. Seriam as ditaduras condições ainda mais restritivas que os limites do Estado liberal democrático burguês. Nesse sentido, o autor defende que a análise do Estado nunca pode perder de vista a contribuição da interpretação teórico-metodológica marxista que denuncia sua natureza de classe. A dupla função que o Estado tem de garantir a acumulação capitalista e de legitimar a ordem burguesa atendendo às demandas sociais devem ser entendidos como um limite, mas que historicamente mostram-se em uma dinâmica entre uma função e outra. Assim, destaca o autor a importância que tem a democracia política para o tensionamento positivo para as demandas sociais.

Em Vieira (1992, p. 70-71) também a democracia é relativizada pela divisão de classes. A democracia liberal, configuração das chamadas democracias modernas, permite um certo equilíbrio de forças entre governantes e governados, por estes poderem elegê-los e assim fiscalizá-los. Também permite que no plano jurídico-político os homens sejam colocados como iguais. Perante a lei essa

---

<sup>47</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do presidente da Associação Comercial de São Paulo - Clube Monte Líbano – São Paulo – SP, 27 de março de 2003, p. 6.

igualdade deve constar que a todos seja permitida a liberdade de competirem entre si por melhores condições de vida. Entretanto, segundo o autor, no plano econômico o exercício dessa liberdade encontra a desigualdade real de sociedade capitalista, onde uma grande maioria se submete a vender sua força de trabalho para uma minoria possuidora do capital que, como há uma crescente tendência de investimento, tende a ser cada vez mais concentrada.

Para Bresser-Pereira (1995, p. 95), como foi visto no primeiro capítulo, nas sociedades capitalistas contemporâneas, ao lado da classe capitalista, há uma classe média tecno-burocrática. São técnicos assalariados que, pelos seus conhecimentos técnicos e organizacionais, constituem uma classe poderosa. Para o autor, considerar o Estado como representante de uma classe apenas é uma simplificação. Segundo ele, o que tem ocorrido são pactos políticos, coalizões de classes, onde, além das classes dominantes, frações das classes dominadas também estão envolvidas. Nesse sentido, explica Bresser-Pereira, com o avanço da democracia, as classes dominantes são forçadas a fazer concessões às classes dominadas e o Estado vai se tornando um provedor de benefícios sociais, assim atenuando e legitimando a dominação.

Com tal afirmação e aquela que Bresser-Pereira argumenta que o Estado, em sua estrutura interna, não é capitalista e sim tecno-burocrático, podemos situar uma clara divergência sua perante as concepções da esquerda que utilizamos aqui. As interpretações no campo do pensamento da esquerda que trazemos para contribuir com a análise do Estado consideram a importância da democracia por estar cada vez mais presente na estrutura do Estado, mas não perdem de vista que tal Estado é capitalista e em seu limite irá manter a exploração do capital sobre o trabalho. Entendem que a simples criação de espaços deliberativos que interfiram nos governos não suprime os interesses antagônicos de classe que emergem das relações de produção da sociedade. Nesse sentido, no exemplo que nos dá o presidente Lula, mencionando a despretensão política ao indicar maioria de empresários para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, os nossos teóricos da esquerda não entenderiam dessa forma. Como nos mostra Faleiros (1991, p. 59), o Estado tem esse poder de ser um articulador mediante os diversos interesses de classes que garanta aos blocos coligados das classes dominantes a manutenção do processo de acumulação capitalista.

Outra noção, recorrente nos discursos do presidente Lula, é a de que o Estado é responsável por fazer o que não dá lucro à iniciativa privada. Como podemos verificar em suas justificativas para o Programa Luz para Todos<sup>48</sup>:

[...]. Possivelmente, se a gente for contar, os transformadores de Porto Alegre não chegam à metade disso, de São Paulo e de outros lugares. Porque essa é a tarefa e essa é a obrigação do Estado porque, como não é economicamente viável, nenhuma empresa terá o coração tão grande para levar tanto cabo, tanto poste, tanto transformador, se economicamente não tem retorno. Mas é obrigação do Estado e somente o Estado é capaz de fazer política desse tipo. Se for para iluminar a Esplanada dos Ministérios, pode ver que tem 80 empresas fazendo concorrência, mas peça para levar lá no Sertão, onde mora a dona Lucrecia, que não aparecerá uma empresa para a licitação de um processo porque economicamente não é rentável. O Estado não está pensando em renda, o Estado está pensando em cidadania. E isso nós vamos cumprir, custe o que custar (BRASIL, 2007b, p. 6)<sup>49</sup>.

[...]. Colocar luz numa cidade é até mais barato, você chega num prédio de apartamentos e com um poste você coloca luz para todo mundo. Nós estamos gastando hoje, meu caro Silvino, na região da Amazônia, 5 mil reais por cada ligação, que é financiada pelo governo federal, com parcela dos governos dos estados. É caro? É. Era melhor não fazer? Não era, porque aquilo que dá lucro, os empresários querem fazer, aquilo que dá prejuízo, ninguém faz, e o Estado tem que assumir a responsabilidade de garantir a luz como benefício para as pessoas (BRASIL, 2007i, p. 7)<sup>50</sup>.

Podemos perceber nos discursos do presidente, tanto a justificativa de que o Estado deve ser um promotor da cidadania, sem pensar em lucro, como também um promotor do consumo e da produção.

Um dia desses, nós estávamos discutindo o programa Luz para Todos neste País, a eficácia e o sucesso do programa Luz para

---

<sup>48</sup> “O Governo Federal lançou em novembro de 2003 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. É o Programa Luz Para Todos, que tem a meta de levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. [...]. Durante a execução do Programa, novas famílias sem energia elétrica em casa foram localizadas e, em função do surgimento de um grande número de demandas, o Luz para Todos foi prorrogado para ser concluído no ano de 2010”. Essa descrição do Programa e mais informações estão disponíveis em: <[http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o\\_programa.asp](http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp)>, acesso em 2 mai. 2010.

<sup>49</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao atendimento de 5 milhões de pessoas pelo Programa Luz para Todos - Palácio do Planalto, 02 de janeiro de 2007, p. 6.

<sup>50</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Fortaleza-CE, 03 de julho de 2007, p. 7.

Todos. Então, eu dizia o seguinte: nós já colocamos, no Brasil, 470 mil quilômetros de fios, já colocamos 2 milhões e 780 mil postes, já colocamos 380 mil transformadores e, por conta de tudo isso, já foram comprados 380 mil televisores e 360 mil geladeiras [...](BRASIL, 2007h, p. 3)<sup>51</sup>.

Explica-nos Faleiros (1980, p. 59-60) que quando os investimentos não são rentáveis ou estão além da capacidade de investimento dos capitalistas, o Estado utiliza de recursos públicos para estimular a produção e favorecer a acumulação capitalista.

Como vimos em Vieira (1992, p. 78), a doutrina liberal de não interferência do Estado não se concretizou. Há regulamentação, fiscalização, restrição ou apoio do Estado capitalista a setores da sociedade e da economia em dados contextos, onde é necessária uma presença maior ou menor do Estado em determinados setores. Nesse sentido, para proporcionar uma maior taxa média de lucro, ou então, para atender pressões sociais encaminhadas ao poder político, Estados liberais se apoiaram em doutrinas como a do “Estado de bem-estar social” em alguns momentos e em outros, como a do “Estado restrito” ou “Estado mínimo”. Assim, o Estado é responsável pela inclusão social até que a iniciativa privada não se interesse em atuar em áreas onde as pessoas não tenham renda suficiente para pagar pelos serviços.

[...]. Eu tenho um sonho, que é levar médico, levar dentista, levar oftalmologista e levar otorrino dentro das escolas para fazer exame nas crianças. Eu tinha isso na década de 60. Está certo que nós tínhamos pouca gente na escola, mas na década de 60 o Estado brasileiro oferecia dentista para cuidar dos dentes das crianças. Se vocês andarem pelo Nordeste brasileiro, apesar de tudo que nós já fizemos com o Brasil Sorridente, nós ainda temos muitas meninas e meninos de 18 ou 19 anos sem dentes. Quem vai cuidar disso? A iniciativa privada só vai cuidar disso se essa pessoa tiver renda para pagar. Se ela não tiver, é o Estado que tem que fazer. Na hora em que o Estado cumprir com as suas obrigações, podem ficar certos de que as próprias pessoas vão tratar de exigir que o Estado seja cada vez menos intrometido nas coisas que não precisa se intrometer. Mas sem o Estado não haverá inclusão social neste País, sem o Estado a gente não consegue recuperar um século de descaso com parte da população mais pobre deste País. E é por isso que nós

---

<sup>51</sup> Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de renovação do compromisso com o pacto “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro” de 2007 a 2010 - Palácio do Planalto, 26 de junho de 2007, p. 3.

estamos vivendo este momento (BRASIL, 2008a, p. 22)<sup>52</sup>.

Perante a última crise econômica mundial que emergiu em 2008<sup>53</sup>, o Estado passa a ser valorizado de maneira mais aberta nos discursos do presidente Lula. Há uma crítica severa sobre os defensores de um Estado menor e mais subordinado ao mercado.

A relação Brasil-Paraguai, Brasil-Argentina, Brasil-Uruguai, Brasil-outros países está longe de ter atingido a plenitude do seu potencial. Está longe. Nós ainda não utilizamos o potencial extraordinário que nós temos, e é isso que essa crise vai exigir de nós. Para enfrentar uma crise de recessão, nós temos que apostar em mais capacidade de investimentos do Estado. É a vez do Estado, outra vez, recuperar o prestígio que durante 30 anos o Consenso de Washington colocou de forma equivocada. Durante 30 anos nós fomos doutrinados. Aqui no Brasil, chegou-se a criar a teoria do pensamento único. Durante muitos anos, quem falasse contra, não saía uma palavra no jornal, não dava entrevista na televisão, não dava entrevista em rádio.

O pensamento único elaborado pelo Consenso de Washington, em que o mercado seria responsável por tudo e que o mercado saberia regular a economia, que o mercado sabia fazer política social, que o Estado só gastava dinheiro, que o Estado não sabia administrar, acabou. E acabou por uma razão: esse mercado que dava tantos palpites... Eu cansei de ver delegações do FMI chegando ao Brasil para dizer “pode fazer estrada ou não pode”.

Eu fui agora à República do Congo e o Presidente me dizia: “Eu quero fazer uma estrada ligando uma cidade à outra, que vai ajudar no desenvolvimento, mas o FMI veio aqui e disse que eu não posso fazer. Eu não posso fazer porque eu tenho problema fiscal”. Ou seja, o Estado não faz a rodovia, o Estado não se desenvolve, então o Estado vai se atrofiando. Os países que estão aqui passaram por isso durante 20 anos. Vinte anos em que os nossos presidentes disputavam, entre si, quem era mais amigo dos europeus ou quem era mais amigo dos americanos.

Ora, o que aconteceu com essa crise é que as pessoas que antes se auto-intitulavam senhores absolutos do mundo, na hora em que entra a crise, a quem eles pedem socorro? Ao Estado. É o Estado, que

---

<sup>52</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na mesa de negócios do The Economist Newspaper Group - Blue Tree – Brasília-DF, 12 de março de 2008, p. 22.

<sup>53</sup> Conforme Daniela Magalhães Prates (2009, p. 6.), “(...) a crise financeira atual originou-se no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco e contaminou, logo nos seus primeiros meses, os demais países desenvolvidos. No primeiro semestre de 2008, começou a se espalhar para alguns países emergentes e, em meados de setembro, quando ela se converteu num fenômeno sistêmico (após a falência do banco de investimento Lehman Brothers), observou-se seu transbordamento praticamente generalizado para esses países, dentre os quais o Brasil. Nem mesmo aqueles com bons fundamentos e políticas econômicas consideradas saudáveis ficaram incólumes” (Jornal da Unicamp, 30 mar. 2009, p. 6-7). Nesse mesmo número, a publicação traz na sessão “Cenários da Crise”, de maneira concisa, aspectos da referida crise econômica em perspectivas de análise distintas, para autores como Cláudio Salvadori Dedecca, Francisco Luiz C. Lopreato e Ricardo Antunes. A respeito da natureza da crise e a situação do Brasil perante ela, consultar Mazzucchelli (2008) e Carneiro (2009).

não valia nada, que tem que pagar os bancos. Vamos analisar a diferença dessa crise com a crise asiática, com a crise russa e com a crise do México. As três crises juntas envolveram o montante de dinheiro de US\$ 200 bilhões, e aqui, no caso do Brasil, nós quebramos três vezes. Essa crise de agora envolve mais de US\$ 4 trilhões até agora, e o Brasil, de janeiro a setembro, criou 2 milhões e 47 mil novos empregos formais (BRASIL, 2008d, p. 8-9)<sup>54</sup>.

Aquela tônica que havia nos discursos do presidente Lula, no início de seu primeiro mandato, onde “o Estado não pode tudo” para atuar nas políticas sociais, passa a ser invertida nesse momento. Há agora uma ênfase na defesa de que o Estado deve “recuperar seu prestígio”, fazendo investimentos. Uma declaração antineoliberal para justificar o socorro ao mercado. Como também podemos verificar no próximo discurso, ocorrido em setembro de 2009.

Eu penso que a nossa geração, a geração que tem mandato agora, que termina em 2010, ou a geração que tem cargo no governo, vai se transformar em uma geração vitoriosa do ponto de vista da mudança da economia mundial. É uma coisa que pode demorar um pouco mais, um pouco menos, mas é irreversível, porque todos têm a compreensão de que as coisas não podem continuar do jeito que estavam. E aí não tem mais presidente de direita, de esquerda, de centro, ou seja, todo mundo, quase por unanimidade, está convencido de que é preciso mudar a ordem econômica mundial. E eu acho que isso é uma coisa importante porque os países ricos, que antes tinham todas as verdades, agora estão muito humildes, estão ouvindo mais. Todo mundo, Arthur, todo mundo falou da necessidade de recuperar os empregos, todo mundo falou. Coisa que a palavra emprego nem entrava nas conversas anteriores, porque todo mundo está sabendo que nós não podemos continuar reféns de um sistema financeiro desregulado ou de um mercado que fingia ser Deus, como nós vivemos nas últimas décadas.

Todo mundo está compreendendo que o Estado tem que ter um papel mais importante, um papel mais incisivo, um papel de indutor e um papel de coordenador e regulador das coisas que acontecem, porque a geração anterior à nossa acreditava que o Estado não valia nada, que o Estado poderia desaparecer, que não era preciso o Estado coisa nenhuma. Teve gente que pensou até que a educação poderia ser privada, que a iniciativa privada faria muito melhor do que o Estado. E hoje as pessoas começaram a compreender que exatamente no momento da turbulência, a única instituição a ter confiabilidade da sociedade foi o Estado. E foi o Estado que tomou iniciativas para que as coisas pudessem ser reguladas. Imaginem se o dinheiro que foi dado para o sistema financeiro, Meirelles, tivesse sido dado para fazer política social nos países pobres do mundo, a

---

<sup>54</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião dos governadores e prefeitos da Rodada de Integração Produtiva do Foro Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul (FCCR): Eixo Sul - Foz do Iguaçu-PR, 07 de novembro de 2008, p. 8-9.

gente teria levado todos os pobres à classe média do mundo. É uma coisa engraçada isso porque, muitas vezes, muitos países que não tiveram dinheiro para fazer política social, na hora em que o sistema financeiro entrou em crise eles conseguiram encontrar o dinheiro para salvar o sistema financeiro, coisa que poderiam ter feito política social com os trilhões que foram colocados no mercado. Bem, mas isso está avançando (BRASIL, 2009, p. 2)<sup>55</sup>.

Como é possível verificarmos, há tônicas diferentes nos discursos do presidente Lula quanto ao papel do Estado no início do primeiro governo para este momento de final do segundo mandato. Aqui se apresenta a defesa de que o Estado é quem pode agir e a iniciativa privada e o mercado não são capazes de atuar isoladamente, por exemplo, na educação. Até mesmo a demonstração, nesse discurso, da lógica contraditória da destinação de recursos, os “trilhões que foram colocados no mercado” para salvar o sistema financeiro, por muitos países e que não estavam disponíveis anteriormente para políticas sociais. Assim, podemos destacar nas concepções presentes nos discursos do presidente Lula, fortes tensões socioeconômicas e uma correspondente articulação de interesses divergentes, demonstrando a capacidade política do dirigente do Estado em promover mediações conciliatórias que não rompem com as bases estruturais e os interesses econômicos e políticos hegemônicos.

A contraposição entre Estado e “mercado” ou Estado e “iniciativa privada”, que se apresenta nos discursos do presidente Lula para analisar a crise econômica, denota uma subjacente separação entre sociedade e Estado. Algo que, como já verificamos, é rejeitado pelos teóricos da esquerda posicionados e também é expresso por Bresser-Pereira, mas este visualizando a existência de uma ordem burocrática e não capitalista dentro do Estado que, como já apontamos anteriormente, é uma interpretação que desconsidera a composição de tal burocracia como uma componente do ordenamento capitalista de seleção dos privilegiados.

O que podemos concluir, pelo que evidenciamos, é que a separação entre Estado e sociedade não está **manifesta** ou expressa diretamente nos discursos do presidente Lula, mas que só pode ser exposta quando seus argumentos são confrontados com as concepções de Estado e sociedade para determinadas

---

<sup>55</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de posse do ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha. Palácio Itamaraty, 28 de setembro de 2009, p. 2.

interpretações no campo da esquerda. De modo geral os discursos presidenciais não revelam o caráter de classe da sociedade brasileira e manifestam forte inclinação às interpretações socioeconômicas e políticas predominantemente de cunho liberal democrático.

## 2.2 A POLÍTICA SOCIAL NOS DISCURSOS OFICIAIS DO PRESIDENTE LULA

Em pronunciamento após cerimônia de posse, em 1º de Janeiro de 2003, vindo de uma vitória em segundo turno com 61,27% dos votos, contra 38,72% do segundo candidato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatiza um dos principais projetos de sua campanha e o que também se tornaria tentativa de sensibilização e aglutinação de variados setores da sociedade, o Programa Fome Zero. Além de “acabar com a fome” no país, o presidente menciona que seus compromissos, mais “morais e éticos” do que programáticos, estão em cuidar da educação, da saúde, da reforma agrária e da Previdência Social.

Eu tenho plena consciência das responsabilidades que estou, junto com os meus companheiros, assumindo neste momento histórico da nossa vida republicana.

Mas, ao mesmo tempo, tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas.

[...].

O meu papel, neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é de dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos. **Cuidar da educação, da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais compromissos morais e éticos**, que eu quero assumir, aqui, nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui, hoje, tomando posse.

[...].

E quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome. E tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa, todo santo dia, tomar café, almoçar e jantar, porque isso não está escrito no meu programa. Isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia e está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. E isso nós vamos

fazer juntos (BRASIL, 2003a, p. 1-3)<sup>56</sup>.

São compromissos firmados na esfera das políticas sociais, mas o combate à fome serve também como uma primeira chamada de consenso político em torno do novo governo, tanto no âmbito nacional como no internacional. Nos encontros fora do país a questão da fome no Brasil e no mundo é colocada como pauta de discussão. Como é o caso do seguinte discurso do presidente no XXXIII Fórum Econômico Mundial em Davos – Suíça em janeiro de 2003, onde Lula, como presidente da república, participa pela primeira vez.

A face mais visível dessas disparidades são os mais de 45 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. O seu lado mais dramático é a fome, que atinge dezenas de milhões de irmãos e irmãs brasileiras.

Por essa razão, fizemos do combate à fome nossa prioridade. Não me cansarei de repetir o compromisso de assegurar que os brasileiros possam, todo dia, tomar café, almoçar e jantar.

Combater a fome não é apenas tarefa do Governo, mas de toda a sociedade. A erradicação da fome pressupõe transformações estruturais, exige a criação de empregos dignos, mais e melhores investimentos, aumento substancial da poupança interna, expansão dos mercados no país e no exterior, saúde e educação de qualidade, desenvolvimento cultural, científico e tecnológico.

[...].

**A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política.**

**Mais de dez anos após a derrubada do Muro de Berlim, ainda persistem “muros” que separam os que comem dos famintos, os que têm trabalho dos desempregados, os que moram dignamente dos que vivem na rua ou em miseráveis favelas, os que têm acesso à educação e ao acervo cultural da Humanidade dos que vivem mergulhados no analfabetismo e na mais absoluta alienação (BRASIL, 2003c, p. 2-3)<sup>57</sup>.**

Dois dias antes desse discurso, o presidente Lula comenta sua participação em Davos no III Fórum Econômico Mundial de Porto Alegre, em 2003. Ou seja, o presidente, participando desse evento, que de alguma forma faz frente àquele, busca conciliar e justificar o seu trânsito por esses dois fóruns. Para quem “um outro

<sup>56</sup> Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse - Parlatório do Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2003, p. 1-3. (Grifos nossos).

<sup>57</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial - Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2003, p. 2-3. (Grifos nossos).

mundo é possível” e para aqueles que “o possível não deva ser outro”, a questão da fome é colocada como pauta principal.

Agora, quando surgiu o convite para Davos, a princípio, falei: o que vou fazer em Davos? E, aí, tomei a seguinte decisão: sou presidente de um país que é a oitava economia mundial. Sou presidente de um país que tem 45 milhões de pessoas que não consomem as calorias e as proteínas necessárias. Sou presidente de um país que tem História e que tem um povo. E não é em qualquer dia, em qualquer mês, em qualquer século, que um torneiro mecânico ganha a Presidência da República deste país. Portanto, tomei a decisão. Muita gente que está em Davos não gosta de mim, sem me conhecer. **Quero fazer questão de ir a Davos e dizer em Davos exatamente o que eu diria para um companheiro qualquer que esteja aqui neste palanque. Dizer em Davos que não é possível continuar uma ordem econômica onde poucos podem comer cinco vezes ao dia, e muitos passam cinco dias sem comer no planeta Terra.** Dizer a eles que é preciso uma nova ordem econômica mundial, em que o resultado da riqueza seja distribuído de forma mais justa, para que os países pobres tenham a oportunidade de ser menos pobres. Dizer a eles que as crianças negras da África têm tanto direito de comer como as crianças de olhos azuis que nascem nos países nórdicos. Dizer a eles que as crianças pobres da América Latina têm tanto direito de comer como qualquer outra criança que nasça em qualquer parte do mundo. Dizer a eles que o mundo não está precisando de guerra, o mundo está precisando de paz, o mundo está precisando de compreensão (BRASIL, 2003b, p. 6)<sup>58</sup>.

Conforme nossos grifos nos dois discursos citados acima, o presidente Lula indica a necessidade de uma “nova ordem econômica mundial” para a superação da fome e da miséria, mas percebemos que no discurso em Davos a justificativa de “inteligência política” é dada à tal necessidade, relacionando-a aos anos que se passaram da queda do Muro de Berlim e a persistência das grandes desigualdades no mundo. Assim, a sutil comparação que argumenta em favor de a uma ordem mais “justa e democrática”, tanto pode supor uma estratégia para que essa ordem não se altere totalmente, como também uma pressão política para que diminuam as desigualdades sociais.

De fato, levantar a questão da fome como um problema político é constante nos discursos do presidente Lula. Essa necessidade é anunciada, por exemplo, em seu discurso na cerimônia de posse dos novos membros que compõe o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) em maio de 2004.

---

<sup>58</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial - Anfiteatro Pôr do Sol – Porto Alegre – RS, 24 de janeiro de 2003, p. 6. (Grifos nossos).

Mandei uma carta, ministro Patrus, para todos os presidentes de todos os países do mundo, convidando-os para que em setembro, antes da abertura da reunião das Nações Unidas, onde o Brasil é quem faz a abertura todos os anos, para que a gente tenha, na véspera, uma reunião com um conjunto de presidentes da República de países, para discutir a política de combate à fome e a constituição de um fundo, que pode ser sobre o comércio exterior, sobre dinheiro dos paraísos fiscais, sobre o comércio de armas, que pode ser, sei lá, a gente pode pensar mil formas, mas nós temos que criar um fundo em que um país como o Brasil não precise recebê-lo. O Brasil tem tamanho e riqueza suficiente para resolver os seus problemas. Mas existem países mais pobres do que nós, e se nós não tivermos uma política efetiva de ajuda, não apenas dando dinheiro, mas ajudando no seu desenvolvimento sustentável, a gente não combate a fome como deveríamos combater.

Nós estamos indo para a China agora. Na China vamos para Xangai – já fui informado que o ministro Patrus não pode ir, mas vai a Ana Fonseca, porque foi convidada – onde o Banco Mundial vai fazer uma grande conferência também sobre a questão da fome.

Eu vou terminar lembrando a vocês: a fome só vai ser combatida, definitivamente, quando ela for transformada num problema político. Por enquanto, a fome é um problema social. Os famintos estão quietos, os famintos estão esperando. Só será tratado com a dimensão que precisa ser tratado por governantes do mundo inteiro, quando os famintos resolverem, juntos, gritarem que estão com fome (BRASIL, 2004d, p. 8)<sup>59</sup>.

No referido encontro do discurso acima, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza em Xangai, China, em de maio de 2004, o presidente Lula reitera em seu discurso a sua tese anunciada meses antes.

[...] nós iremos vencer o problema da fome no mundo quando nós conseguirmos transformar a fome num problema político, porque enquanto a fome for um problema social servirá para belas teses acadêmicas, servirá para belos discursos, mas nós não chegaremos a eliminá-la. Quando transformarmos a fome num problema político e econômico, que seja determinado como prioridade por todos os governantes do mundo, a partir dos mais ricos até os mais pobres do mundo, e quando os pobres do mundo saírem do silêncio e começarem a gritar, aí então eu penso que todos nós iremos colocar a fome como prioridade zero.

O ser humano pode ficar sem muitas coisas na vida, mas tem direitos elementares que estão na Bíblia, que estão em todas as Constituições e que estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos: todos têm direito a tomar café, almoçar e jantar todo dia. Esse é o direito mais elementar, portanto deve ser a obrigação mais elementar para que cada governante do mundo permita que seu

---

<sup>59</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da nova composição do Consea - Palácio do Planalto, 12 de maio de 2004, p. 8.

povo tenha acesso a esses bens mínimos que a humanidade tanto precisa (BRASIL, 2004e, p. 7)<sup>60</sup>.

No seguinte discurso, realizado em abril de 2007 na sede da representação da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para a América Latina e o Caribe, em Santiago, o presidente Lula também ressalta que a questão da fome deve ser vista pela “comunidade internacional” como uma questão política. Além disso, descreve como seu governo estava encaminhando a política social sobre esse assunto.

Ao concebermos a política social do meu governo, partimos do diagnóstico de que, no Brasil, não existe problema de oferta de alimentos. Tínhamos, sim, falta de renda e as conseqüentes dificuldades de acesso aos alimentos. Sobre essa base, determinei que o direito à alimentação passasse a fazer parte das políticas de Estado para atacar na raiz os problemas sociais que produzem a fome. Por isso, defendemos a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a concessão de créditos e assistência técnica e a comercialização dos produtos agrícolas.

Um dos programas centrais de nosso governo no combate à fome e à miséria é o programa Bolsa Família. Trata-se do maior programa de distribuição de renda da história do Brasil, que hoje transfere recursos diretamente a mais de 11 milhões de famílias pobres do Brasil. Ao proporcionar boa alimentação e renda mínima a tantos brasileiros, estamos contribuindo para que essas pessoas recuperem sua dignidade, tenham mais saúde e possam aprender melhor nas escolas.

A aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, em 2006, elevou o acesso à alimentação à condição de política permanente de Estado. Por meio do novo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o poder público e a sociedade civil estão atuando conjuntamente na implementação de ações destinadas a assegurar o direito da população brasileira a uma alimentação saudável. Destinar recursos para a área social não é gasto, e nós já aprendemos que é investimento.

Um dos nossos principais objetivos é contribuir para que cumpramos com as Metas do Milênio das Nações Unidas, reduzindo pela metade, até 2015, o número de pessoas afetadas pela fome. Considero intolerável que cerca de 850 milhões de pessoas sofram hoje de desnutrição crônica nos quatro cantos do mundo.

A fome, a pobreza e a exclusão são problemas essencialmente políticos e não apenas sociais ou estatísticos. Tenho procurado mobilizar a comunidade internacional para ampliar significativamente os recursos disponíveis para combater esses flagelos, oferecendo

---

<sup>60</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza - Xangai, China, 26 de maio de 2004, p. 7.

oportunidades de desenvolvimento aos países mais pobres (BRASIL, 2007f, p. 2-3)<sup>61</sup>.

Já percebemos aqui, em 2007, uma segura definição, nas palavras do presidente, da política de combate à fome em seu governo, onde o Bolsa Família é o principal programa nessa área. Mas essa definição não é estabelecida desde o início do governo, em 2003. Em pronunciamento à nação, referente aos cem dias de governo, era o Fome Zero o programa “carro chefe” das políticas sociais. Aqui ele é mencionado e enaltecido, mas também se buscava justificar o seu atraso e as dificuldades para que fosse efetivamente implementado, o que evidencia a inexistência de um planejamento prévio e concreto que desse conta do programa nos planos de governo.

Começamos o Fome Zero. Este é o maior programa contra a fome que já foi feito no Brasil. É verdade que tivemos alguns tropeços no início, mas este é um programa complexo, que implica várias mudanças estruturais no país. É por isso que nunca foi feito antes. Quero aproveitar para agradecer a todos que nos têm ajudado. Já disse, e não me canso de repetir: ficarei realizado se, ao terminar o meu Governo, nenhum brasileiro ou brasileira depender de doação de cesta básica para se alimentar. Mas, vocês sabem, não se consegue isto sem muita luta (BRASIL, 2003f, p. 3)<sup>62</sup>.

Posteriormente verificaremos como é apresentada pelo presidente Lula essa mudança de política de distribuição de alimentos, para uma política de transferência de renda, mas como indicamos antes, o Fome Zero, além da proposição anunciada pelo próprio nome (acabar com a fome no Brasil), serve como argumento sensibilizador da sociedade, o que permite a Lula a edificação de um novo capital político, mais conciliador de classes do que a sua referência herdada do sindicalismo, de representante da classe trabalhadora.

Eu queria lembrar que, poucas vezes na História do Brasil, um programa teve a capacidade de sensibilizar a sociedade brasileira como teve o Programa Fome Zero. Ou seja, empresas multinacionais, empresas nacionais, pessoas de classe média, pessoas pobres, é uma infinidade de pessoas que querem contribuir, e, muitas vezes, nós não temos estrutura ou capacidade de organizar

---

<sup>61</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da representação da FAO para a América Latina e o Caribe - Santiago-Chile, 26 de abril de 2007, p. 2-3.

<sup>62</sup> Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre os Cem Dias de Governo - Palácio do Planalto, 07 de abril de 2003, p. 3.

toda sociedade brasileira que quer contribuir (BRASIL, 2004c, p. 4)<sup>63</sup>.

São vários os discursos onde o presidente Lula busca sensibilizar para uma maior participação dos empresários nas políticas sociais, evocando a necessária solidariedade para suas implementações. No seguinte trecho, em outubro de 2003, Lula valoriza a ação da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) por envolver-se na construção de cisternas e de Oded Grajew, então assessor especial do presidente que buscava apoio dos empresários em projetos sociais.

[...] Um dia, o Oded entra na minha sala – eu, já Presidente da República – e fala para mim o seguinte: “Presidente, vou fazer um ato e queria a sua presença, porque a Febraban vai fazer um acordo com a ASA<sup>64</sup> nacional e vai assumir o compromisso de fazer algumas cisternas neste país”. Eu participei do ato da assinatura do acordo. E aquilo que parecia impossível aconteceu: a Febraban não só fez o acordo assumindo o compromisso de construir 10 mil cisternas, como eu não tenho dúvida de que à Febraban parecia impossível esse acordo. Vieram ontem, de carro, de Recife para cá. E, Gabriel, eu quero dizer na sua frente: duvido, depois de você conhecer uma cisterna, ao vivo, e depois de você ver o povo de Lagoa Seca, que a Febraban não vá assumir o compromisso de construir mais 10 mil cisternas, depois destas que vocês estão concluindo agora. E, depois, mais outras 10 mil. Porque não vamos parar. E eu quero dizer que isso se deve ao trabalho deste companheiro chamado Oded Grajew, que tem dedicado o seu tempo para ajudar a conscientizar os empresários de que eles podem participar, de forma mais solidária, de várias políticas públicas que o governo federal pode fazer (BRASIL, 2003l, p. 2-3)<sup>65</sup>.

Em junho de 2007, já em seu segundo mandato, o presidente Lula comenta sobre importância que tem as cisternas para quem convive com grandes períodos de seca referindo-se ao ato da Febraban que citamos acima, mas aqui faz uma cobrança, comparando aos lucros que tem os bancos.

---

<sup>63</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de inauguração do Restaurante Popular da Coca-Cola - Belo Horizonte, MG, 18 de março de 2004, p. 4.

<sup>64</sup> “A ASA, Articulação no Semi-Árido Brasileiro, é um fórum de organizações da sociedade civil, que vem lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro, desde 1999. Atualmente, mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, fazem parte da ASA”. Esses dados e outros da ONG estão disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>, acesso em 2 mai. 2010.

<sup>65</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato público comemorativo do programa Um Milhão de Cisternas Rurais - Lagoa Seca-PB, 30 de outubro de 2003, p. 2-3.

Da mesma forma que para muita gente parecia estranha a luta dos companheiros da ASA para construir a chamada cisterna, parecia uma coisa ilusória, “isso não vai dar certo”... Obviamente que, para quem mora na beira do rio Amazonas, uma cisterna não quer dizer nada, para quem recebe água encanada em casa à vontade, não quer dizer nada, mas para quem fica meses e meses esperando chegar o dia de São José para ver se chove, e não chove, e passa meses e meses à mercê da benevolência de um prefeito que leva um caminhão d’água para encher um bando de latas ou de tambores, sabe que a cisterna é um meio milagre. Não é um milagre ainda, é apenas meio milagre. Portanto, nós vamos continuar, Maria, com essa política da cisterna e a sociedade civil precisa aprender... os bancos fizeram 20 mil, se não me falha a memória. É pouco, viu Márcia, porque pelos lucros que os bancos têm, poderiam fazer 200 mil cisternas que ainda era barato, poderiam contabilizar sem nenhum prejuízo (BRASIL, 2007h, p. 6)<sup>66</sup>.

Apesar de alguns momentos de crítica a setores empresariais, o que podemos reconhecer nos discursos do presidente Lula é uma constante tentativa de sensibilização e envolvimento dos empresários para serem coautores nas políticas sociais ou então para que concordem com o que o governo investe nessa área. Podemos perceber que nos discursos onde o público direto é composto por empresários o teor dos discursos é sempre voltado para reconhecer o que fazem e estimulá-los a “contribuir” mais. Há um tom de conciliação com os empresários, como pode ser visto no seguinte discurso, realizado na abertura do 23º Salão Internacional do Automóvel de São Paulo, em outubro de 2004, onde o presidente Lula fala com representantes da indústria automobilística.

Primeiro, quero agradecer à organização desta Feira que inova, realmente, na abertura de uma Feira dessa magnitude, certamente a mais importante da América Latina, vendendo ingressos a 150 reais e destinando esse dinheiro para instituições que fazem política social no Brasil, em coordenação com o governo federal. Isso é um dado muito positivo, e eu penso que demonstra claramente que cada um de nós pode ter um gesto para ajudar aqueles que não tiveram chance na vida.

A segunda coisa é dizer que é muita alegria estar aqui. Eu estou encontrando aqui companheiros, eu digo companheiros com quem já tive muitas desavenças, muitas brigas, na década de 70. Alguns deles eu estou vendo, encontrei com o Schaik, da Mercedes-Benz; estou vendo o Mauro Marcondes, aqui, que estava na Volkswagen; estou vendo o Nildo Masini, que estava na FIESP. Tivemos boas brigas que, eu penso, ensinaram a todos nós. Brigas essas que têm

---

<sup>66</sup> Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de renovação do compromisso com o pacto “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro” de 2007 a 2010 - Palácio do Planalto, 26 de junho de 2007, p. 6.

continuidade com o nosso companheiro Marinho, mas é uma briga muito mais azeitada, agora, porque há uma evolução na consciência negocial, tanto dos empresários quanto dos trabalhadores. E eu penso que a conquista desse espaço foi resultado das inúmeras brigas que nós fizemos, não é, meu caro Mauro? Muitas e boas brigas, na década de 70 (BRASIL, 2004g, p. 2)<sup>67</sup>.

O tom de conciliação também se coloca aos trabalhadores. Como no próximo exemplo, onde o presidente Lula se refere ao movimento sindical em um discurso no Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores em junho de 2003.

Eu sei que muita gente tem afinidade, é ligado, como eu, às corporações. Eu sei. Eu sei que é difícil, às vezes, o companheiro falar: “os meus amigos são do sindicato tal”. Eu não estou falando isso agora. Quem me conhece sabe que já faz, aproximadamente, oito anos que eu estou fazendo o seguinte discurso para o movimento sindical: vocês precisam deixar de ser corporativos, de pensar apenas no aumento de salário e começar a pensar no tipo de Brasil que nós queremos construir. O sindicato precisa ser mais aberto, o sindicato precisa pensar naqueles que não estão no mercado de trabalho, naqueles que não estão na escola. Não há tempo para defendermos apenas o pão da gente. O que nós queremos é repartir o pouco que temos até termos condições para criar o muito que nós precisamos (BRASIL, 2003g, p. 8)<sup>68</sup>.

A característica do presidente “Lula conciliador” também é verificada na análise feita por Kamel (2009, p. 96-102). Segundo o autor, “[...] a análise da fala de Lula permite ver nele, hoje o típico político brasileiro, conciliador, advogado da harmonia entre as classes, muito distante do revolucionário clássico, um “Lulinha paz e amor” na presidência [...]” (KAMEL, 2009, p. 98). Além dessa evidência que havíamos verificado, podemos ter claro, conforme demonstramos, que a questão da fome e da miséria é um dos elementos para o concílio entre classes e que sua superação não depende de uma “revolução”, mas da simples tomada de consciência e solidariedade das pessoas, como defende o presidente Lula em vários momentos e como podemos verificar nesse próximo discurso.

---

<sup>67</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 23º Salão Internacional do Automóvel - São Paulo, SP, 20 de outubro de 2004, p. 2.

<sup>68</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores - Hotel Blue Tree Towers – Brasília-DF, 27 de junho de 2003, p. 8.

Eu volto para o Brasil com a certeza de que vocês acenderam ainda mais a esperança daquilo que eu acredito que é possível fazer. Eu digo sempre assim: o ser humano não é 100% bom, mas o ser humano também não é 100% ruim. Ou seja, todo mundo tem alguma coisa a oferecer para alguém. E eu acho que o que nós temos que extrair de dentro de nós é aquilo que a gente pode oferecer. Que a gente possa estender a mão às pessoas que não podem estar onde nós estamos, porque quem está com fome não pode nem gritar que está com fome. Quem está com fome não pertence a partido político, quem está com fome não pertence a sindicato. Muitas vezes, não tem nem tempo de ir a uma igreja.

**Houve um tempo em que eu acreditava que quem estivesse com fome ia fazer a revolução. Quem está com fome não faz revolução, quem está com fome se subordina aos responsáveis pelo fato de ele ter fome. A fome leva à submissão do ser humano, enfraquecido, e eu diria até, moralmente combatido para enfrentar a situação.**

Eu penso que nós temos que estender as mãos a essas pessoas, porque se fizermos isso, nós teremos enormes chances de, ainda na nossa passagem pela Terra, ter, pelo menos os mais jovens, quem sabe, a alegria de saber que nós conquistamos a paz. Não existe arma de destruição em massa maior do que a fome. Ela não mata soldados, ela mata crianças, ela mata mulheres, ela mata adolescentes.

E eu acho que nós temos a responsabilidade, com gestos, muito mais gestos, e com ações, por mais pequenas que sejam, mas práticas, de mudar um pouco a história da humanidade. Está nas nossas mãos. Devemos assumi-las (BRASIL, 2004f, p. 9-10)<sup>69</sup>.

No discurso acima, em um evento internacional ligado à ONU, o presidente reitera o que apontamos no parágrafo anterior. Além disso, o reconhecimento internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um porta voz do combate à fome ocorre rapidamente, já no primeiro ano de seu mandato essa é sua marca principal fora do país, como vemos em seu discurso, ao receber um prêmio internacional em outubro de 2003.

Recebo este prêmio com orgulho em nome do povo brasileiro. Manifesto meus agradecimentos à Fundação Príncipe de Astúrias por meio de seu presidente, príncipe Felipe. Agradeço também à Universidade de Oviedo e ao Conselho das Universidades espanholas por este galardão de ressonância universal. Interpreto a escolha de meu nome, como uma manifestação da importância atribuída pela Fundação Príncipe de Astúrias à cooperação internacional para a superação do principal desafio global do início do século XXI: o combate à fome, à pobreza e à

---

<sup>69</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do "Global Compact Leaders Summit" - Nova Iorque-EUA, 24 de junho de 2004, p. 9-10. (Grifos nossos).

exclusão social (BRASIL, 2003k, p. 1)<sup>70</sup>.

Com tal reconhecimento, que ao final de 2003 já é bem consolidado, o presidente Lula busca avançar no debate de outras questões, como da regulamentação do mercado internacional com argumentos mais incisivos contra o protecionismo dos países ricos. Como no exemplo abaixo, na Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza, realizada em Xangai, em maio de 2004.

Mas há também muito o quê fazer no plano externo, notadamente em prol dos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza. É preciso promover a expansão do mercado mundial para os produtos de países em desenvolvimento e favorecer um comércio internacional livre, equilibrado e capaz de oferecer oportunidades de distribuição da riqueza a todos que dele participam.

E isso passa pelo fim dos escandalosos subsídios que muitos países desenvolvidos concedem a sua produção e exportação agrícolas, gerando graves distorções e assimetrias na economia mundial.

Não é possível que as vacas, em alguns países desenvolvidos, recebam mais de 2 dólares em subsídios a cada dia, enquanto metade da população do globo tem que sobreviver com menos do que isso (BRASIL, 2004e, p. 3)<sup>71</sup>.

O combate à fome carrega em si um elemento moral e ético que o presidente Lula utiliza como um forte argumento político em seus discursos. Transformar a fome em uma questão política, algo explícito em seus discursos, também nos indica o implícito: exercer e manejar interesses políticos através da questão da fome. Não acreditamos, pois, que a preocupação de Lula com a fome existente no Brasil e em outros países seja demagógica ou apenas uma representação, tanto porque, nossa preocupação não é essa, de fazer um julgamento moral e pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que estamos apontando, através de seus discursos, é que a questão da fome e da miséria servem politicamente como um impulso à crença de que a união de todos para ajudar os mais necessitados, que a solidariedade entre as diferentes classes e entre diferentes nações possam ser a solução. Nesse sentido, os discursos do presidente convergem com o ideal de harmonia social possível pela tomada de consciência individual e pelo diálogo político e democrático.

---

<sup>70</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do prêmio Príncipe de Astúrias - Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003, p. 1.

<sup>71</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza - Xangai, China, 26 de maio de 2004, p. 3.

Como nos ajuda analisar Vieira (2001b, p. 18), o governo é a direção do Estado, não constituindo assim, o Estado como um todo. Para que haja políticas sociais mais estáveis, que não sejam precárias e focalizadas, se faz necessário o consenso político e uma alta capacidade de controle ideológico. Isso torna possível que a classe dirigente que está no governo permaneça nele por mais tempo e assim também tenha maior permanência suas estratégias governamentais: políticas econômicas e sociais.

Nas palavras do presidente Lula, como conciliador de classes em torno da questão da fome e da miséria, podemos identificar o seu papel de estadista que, segundo Paulo Netto (1992), cumprindo a função política e econômica dentro do capitalismo monopolista, o Estado precisa operar, tanto na manutenção da força de trabalho ativa e excedente, como regular níveis de consumo e atender a pressões sociais culminantes. Como já citamos anteriormente,

[...] para exercer no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele [o Estado] deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (PAULO NETTO, 1992, p. 23)<sup>72</sup>.

Nem sempre o Estado aguarda o surgimento de pressões sociais reivindicatórias para implementar políticas sociais. Muitas vezes, “e isso ocorre sobretudo a partir dos anos 30 do século XX”, há uma antecipação estratégica da aplicação de políticas sociais, para se evitar mobilizações organizadas e para neutralizar qualquer conteúdo transformador que determinadas demandas sociais possam ter (PAULO NETTO, 2003, p. 16). Essa possibilidade é apontada pelo presidente Lula, quando no discurso a seguir, justifica a necessidade de garantir a democracia e desestimular uma possível “revolução”:

[...]. E posso hoje, aqui no Palácio do Governo do Rio de Janeiro, dizer o que eu tenho dito nesses últimos quatro meses: não existe nenhum momento na história econômica deste País em que as condições estejam tão favoráveis para que a gente dê o passo seguinte. A economia está toda equilibrada, as contas estão totalmente certas, eu já desmistifiquei esse negócio de déficit da

---

<sup>72</sup> Grifos do autor.

Previdência, porque fica nego querendo consertar a casa dos outros. Eu quero dizer que o que muitos entendem como déficit, é política social que o Congresso Nacional aprovou, em 1988.

Nós vamos instalar, no dia 12, o Fórum Nacional de Reforma da Previdência, e vamos ter que discutir com carinho a Previdência para as futuras gerações. Nós temos que garantir o direito adquirido das pessoas, porque se nós não estivéssemos cuidando de 7 milhões de trabalhadores rurais que recebem o salário mínimo, se nós não tivéssemos a LOAS, e se nós não tivéssemos o Estatuto do Idoso, e se não tivéssemos o Bolsa Família, se não tivéssemos o ProJovem, se não tivéssemos o ProUni, **certamente nós teríamos gente se matando na rua mais do que está se matando e, quem sabe, tivesse gente falando em revolução todo dia neste País**, quando hoje a grande palavra-chave é como consolidar a democracia neste País (BRASIL, 2007d, p. 8)<sup>73</sup>.

Como podemos constatar, os discursos do presidente apresentam e justificam as políticas sociais, tanto como conquistas históricas de direitos dos cidadãos, como medidas de legitimação da ordem estabelecida. Se a própria política social do Estado capitalista, como vimos apresentadas pelos teóricos aqui abordados, tem em seu caráter uma eminência contraditória, nos discursos do presidente as contradições só podem ser ressaltadas e ganhar contornos evidentes, se analisadas por uma base teórica crítica. Ou seja, se por um lado apresenta-se nos discursos do presidente Lula a necessidade de se fazer cumprir a Constituição de 1988, também lhe é claro que o poder da aplicação de políticas sociais pode gerar uma alta hegemonia e controle ideológico, como vimos anteriormente com Evaldo Vieira. É o que se pode notar a seguir, quando o presidente comenta a vitória na reeleição, mediante o ataque que sofrera da oposição:

Eu falo, sem medo de errar, e não vou mais fazer aqui comparação, porque agora eu tenho que me comparar com o primeiro mandato, que nunca houve na história do País qualquer situação que chegasse perto do que nós conseguimos fazer nos primeiros quatro anos. É por isso que muita gente ficou atônita, **porque depois do massacre que o governo sofreu as pesquisas mostravam que nós íamos ganhar eleições. É porque milhões e milhões de almas brasileiras, mulheres e homens, que recebiam o benefício diretamente na sua casa, seja na agricultura familiar, seja na política de urbanização de favelas, seja no Bolsa Família, seja nos programas para a juventude brasileira**, muitas vezes não tinham sequer condições de ter acesso aos jornais ou a um jornal na televisão. Mas essas pessoas passaram a contar na política brasileira, porque em poucos momentos da história essas pessoas passaram a ser sujeitos da própria história e não mais coadjuvantes

<sup>73</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre o governo do Rio e o Ministério dos Transportes para construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro-RJ, 06 de fevereiro de 2007, p. 8. (Grifos nossos).

que assistiam de longe os formadores dizerem o que eles tinham que fazer, elas resolveram fazer pelas suas próprias mãos. E é assim que nós precisamos construir um país, onde um ser humano não precise ficar dependendo do outro para ter informação correta, um ser humano não precise de informação de outro para tomar a decisão em quem vai votar, em quem vai escolher para ser vereador, prefeito, deputado, governador ou presidente da República (BRASIL, 2007e, p. 4)<sup>74</sup>.

Apesar dessa relação explícita que o presidente Lula faz de sua reeleição com as políticas sociais empreendidas no primeiro mandato, ele afirma não admitir que se utilize a miséria das pessoas para fins eleitoreiros, como é possível observarmos no seguinte discurso ocorrido em outubro de 2003 na de abertura da 1ª Conferência Nacional das Cidades em Brasília.

Nós conseguimos, agora, criar um cadastro e lançamos a unificação dos programas. Na questão habitacional, também, a proposta é fazer a mesma coisa, porque, às vezes, a prefeita ou o prefeito faz 10 casas num lugar, o governo do estado já faz 10 em outro lugar, e o governo federal faz 10 em outro lugar, sem que haja uma conexão entre eles. É preciso parar, de uma vez por todas neste país, de se utilizar políticas que são nossa obrigação, como instrumento político para dizer que é dessa ou daquela pessoa. Não é possível que se utilize a miséria das pessoas para dizer: essa aqui é a minha marca, ou seja, não precisa-se de marca, precisa-se de casa, de saneamento básico, de água. É disso que as pessoas precisam. No programa que nós fizemos para unificar a política social, essa era uma preocupação. O que eu disse? No cartão vai a bandeira do Brasil, vai a bandeira do estado e vai a bandeira da cidade. Pronto. Não precisa colocar um nome diferente, não precisa colocar a cara do presidente, do governador ou do prefeito. O nosso prazer é saber que fizemos alguma coisa que possa ter melhorado a vida de um ser humano neste país. E na questão habitacional, nós vamos fazer isso, para que a gente possa ordenar (BRASIL, 2003j, p. 9)<sup>75</sup>.

Assim também fala o presidente em discurso mais recente, em março de 2008, referindo-se ao Bolsa Família.

O programa Bolsa Família, eu não conheço uma pessoa que tem um cartão. O prefeito, que eu não sei se é do PFL, do PSDB, do PT, do

---

<sup>74</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - Palácio do Planalto, 23 de março de 2007, p. 4. (Grifos nossos).

<sup>75</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 1ª Conferência Nacional das Cidades - Minas Brasília Tênis Clube, 23 de outubro de 2003, p. 9.

PMDB, do PSB, do PDT, do PSN, do PRB, do PR, do PTB, eu não sei de que partido é o prefeito, ele sabe que recebe o Bolsa Família, eu não sei. A Maria Fernanda também não sabe, a presidente da Caixa Econômica. Porque a nossa relação não pode ser uma relação mesquinha, do favor. Tem que ser uma relação republicana, em que não importa quem seja o prefeito. O que importa, é que se lá estiver um pobre que está enquadrado dentro das diretrizes do Programa, essa pessoa vai ter que ser atendida. E na hora em que essa pessoa estiver comendo, almoçando, jantando e tomando café, essa pessoa vai evoluindo e vai deixando de ser massa de manobra (BRASIL, 2008b, p. 4)<sup>76</sup>.

Como vemos, a argumentação do presidente reside também na ideia de que as políticas sociais de assistência aos pobres lhes permite maior autonomia para suas escolhas políticas. Deixar de fazer da pessoa pobre “massa de manobra” e de usar da miséria como uma “marca” política deve ser objeto das políticas sociais nas palavras do presidente Lula. No entanto, como vimos nos momentos antes citados, transparecem também nas políticas sociais o papel de conter ameaças de possíveis “revoluções” e de garantir votos das pessoas que são beneficiadas por algumas políticas. Esse aspecto contraditório das políticas sociais não aparece constantemente nos discursos do presidente Lula. Podemos perceber na maioria de seus discursos um sentido transformador atrelado às políticas sociais e não aos seus aspectos conservadores. As políticas sociais são apresentadas mais como avanços, conquistas e concessões para as classes populares e menos como legitimadoras da ordem socioeconômica capitalista.

Tal ênfase dada às políticas sociais pelo presidente, está relacionada ao seu objetivo de conciliar interesses diversos de classe, como já vimos, e buscam demonstrar que seu governo não traz apenas paliativos, soluções emergenciais ou transitórias, mas que há um integração de programas sociais que levam a uma política social que seja definitiva e estrutural. Assim, por exemplo, é como o presidente Lula descreve o Programa Fome Zero em março de 2004, durante cerimônia oficial de entrega do cartão Bolsa Família em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Porque muita gente nem compreende o que que é isso. Investir em saneamento básico é garantir que as pessoas recebam água com

---

<sup>76</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade – MDS 4 anos: Superando a Fome e Reduzindo as Desigualdades Sociais - QG do Exército, Setor Militar Urbano - Brasília-DF, 12 de março de 2008, p. 4.

qualidade, é as pessoas perceberem que a gente está tratando de fazer a coleta dos esgotos das suas casas, levando isso para o reservatório, tratando, que é o ideal, para jogar esse esgoto, já, como água tratada, nos rios menos poluídos.

Por que estou falando isso para vocês? É porque o Programa Fome Zero não é o Bolsa Família. Não é dar um vale de 75, de 100 ou 200 reais. O Programa Fome Zero tem como objetivo fazer as mudanças estruturais que o Brasil precisa, para que a gente possa garantir que cada homem e cada mulher, se estiverem na plenitude da sua saúde, possam levar o alimento para casa; vestir as suas famílias às custas do seu salário e não ficar dependendo de favor nem de prefeito, nem de governador, nem de presidente da República. Este é o objetivo final do nosso projeto, num jogo combinado com a política de reforma agrária; num jogo combinado com política de incentivo à agricultura familiar; num jogo combinado de incentivo ao fortalecimento da nossa indústria, da micro, pequena e média empresa.

É por isso que nós tomamos algumas decisões para colocar dinheiro em circulação. É por isso que nós fizemos um acordo com a CUT, com todas as Centrais Sindicais, para que os trabalhadores de uma fábrica possam tomar dinheiro emprestado no banco, em qualquer banco, a juros de 1,75% ao mês, a juros de 2% ao mês, para não ficarem no cheque especial, pagando 10%, ou no cartão de crédito pagando 12%.

É por isso que nós vamos anunciar para os 19 milhões de aposentados brasileiros a possibilidade deles tomarem dinheiro emprestado a juros de 1,5%, a 2% nos bancos, para não ficarem penhorando o seu relógio de pulso, a sua aliancinha de ouro, para poder pegar 30 ou 40 reais emprestados.

Tudo isso está ligado ao Programa Fome Zero e à Política de Renda Mínima. Ou seja, nós queremos que essa política de transferência vá combinando, até a gente gerar emprego. Quem sabe a gente não precise atingir 11 milhões de pessoas, porque as pessoas vão arrumar emprego e não vão precisar (BRASIL, 2004b, p. 8-9)<sup>77</sup>.

Assim também faz o presidente, ressaltando o caráter estrutural da política social em seu governo, em sua fala na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades” que aconteceu em Nova Delhi em janeiro de 2004.

O Programa Fome Zero distribui um cartão alimentação, em que a pessoa pode ir ao supermercado e comprar uma quantidade de alimentos. Mas não é apenas o cartão alimentação. O Programa Fome Zero tem parcerias com pequenos produtores, sobretudo das regiões mais pobres do Brasil, com os quais, no ano passado, assumimos o compromisso de comprar a produção de feijão de grande parte de sua produção. Por conta do compromisso de comprarmos o feijão deles, o preço no mercado não caiu e eles puderam vender a um preço até melhor do que aquele que nos

---

<sup>77</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de entrega do cartão Bolsa Família-Auditório do Palácio das Artes, Belo Horizonte-MG, 18 de março de 2004, p. 8-9.

dispusemos a pagar. Estamos, agora, com um programa inovador, da compra de leite para as crianças carentes. Esse leite é comprado de pequenos produtores.

**Mas, ao mesmo tempo, resolvemos unificar todas as políticas sociais que tínhamos no Brasil, porque, habitualmente, não tínhamos política de Governo. Tínhamos política de ministros. Cada Ministério tinha criado uma pequena política social. E nós, então, resolvemos unificá-las. Criamos o Bolsa Família.**

É importante lembrar que, até outubro do ano passado, a média de dinheiro que os pobres brasileiros recebiam era de apenas 22 reais. Essa era a média, incluindo todos os programas sociais. Nós, hoje, estamos distribuindo, para 3 milhões e 615 mil famílias, totalizando, aproximadamente, de 13 a 15 milhões de pessoas, uma média de 72 reais, praticamente três vezes mais do que se distribuía anteriormente.

Mas o mais importante do Bolsa Família é que estamos obrigando as famílias que recebem esses recursos a cumprirem alguns compromissos, para o bem da própria família. Por exemplo, para receber esses recursos, uma mulher gestante tem que fazer todos os exames que a medicina exige que faça. Para receber esse benefício, uma mulher que tem filho com menos de 6 anos é obrigada a dar todas as vacinas que a medicina exige para uma criança dessa idade. Para receberem esses recursos, as famílias que têm filhos de 7 a 14 anos são obrigadas a colocar os seus filhos na escola. Se as crianças faltarem, a família poderá perder essa ajuda. E as famílias que têm adultos analfabetos são obrigadas a alfabetizá-los, como condição para que possam receber esse dinheiro (BRASIL, 2004a, p. 5-6)<sup>78</sup>.

As justificativas dadas às políticas de transferência de renda e de outras políticas sociais realizadas pelo governo aparecem nos discursos do presidente Lula atreladas a vários argumentos, além desse que as coloca como políticas integradas e estruturais. Nos discursos, o presidente busca mostrar que o objetivo final das ações do governo é que os indivíduos vivam de seu próprio trabalho.

Nós queremos garantir para as pessoas o direito de trabalhar. É por isso que eu disse, antes, durante e depois da campanha: gerar empregos é uma obsessão, porque é o emprego que dá dignidade ao ser humano. Um cidadão ou uma cidadã trabalhar e viver com o seu salário é que lhe dá o direito de andar de cabeça erguida, de não vender o seu voto na época da eleição, de não ficar dependendo de favor desse ou daquele político numa cidade, num estado ou no governo federal. Mas enquanto isso não vem, nós vamos fazer o programa Fome Zero atender à plenitude das pessoas que estão com fome neste país (BRASIL, 2003l, p. 4)<sup>79</sup>.

<sup>78</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades” - Hotel The Grand Intercontinental – Nova Delhi – Índia, 27 de janeiro de 2004, p. 5-6. (Grifos nossos).

<sup>79</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato público comemorativo do programa Um Milhão de Cisternas Rurais - Lagoa Seca-PB, 30 de outubro de 2003, p. 4.

Como já apontado anteriormente, Faleiros (1980, p. 58) explica que as políticas sociais carregam como característica uma ideologia da normalidade, onde ser normal pressupõe viver do próprio trabalho e da renda que este gerar, ser autosuficiente para sustentar-se a si e a família. Para aqueles que não conseguem ter sucesso e não se enquadram nesse parâmetro, também perdem sua “dignidade”, como mencionado acima nas palavras do presidente, e determinadas políticas sociais precisam atuar nesses “desvios”. Visto como fracasso individual, este é o aspecto ideológico que o autor indica como “culpabilização da vítima” que está presente na política social e que só pode ser desmistificado quando tal situação é confrontada com a política e o Estado capitalista.

Para Faleiros, não se trata de entender a política social de maneira maquiavélica, com o Estado capitalista dominando a totalidade das relações sociais para a submissão dos trabalhadores, mas “[...] a política social é uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social [...]” (FALEIROS, 1980, p. 59). Nesse sentido, podemos visualizar nos discursos do presidente Lula um esforço em demonstrar que o desenvolvimento econômico é totalmente compatível com desenvolvimento humano, desenvolvimento social e que as políticas sociais em seu governo buscam essa harmonia. Em alguns discursos há uma defesa de que a política social de seu governo tem um olhar humanista sobre o desenvolvimento, como o seguinte, onde o presidente Lula comenta sobre o Programa Luz para Todos, em uma cerimônia em janeiro de 2007.

[...]. Tem muita gente que fala: bom, mas o governo está gastando 6 bilhões e meio de reais nesse programa e não tem viabilidade econômica, porque se estivesse fazendo uma estrada poderia ser melhor.

Pensado do ponto de vista eminentemente econômico é verdadeiro, mas pensado do ponto de vista do humanismo, do social, pode ter maior benefício do que a gente levar modernidade para a casa das pessoas que trabalharam a vida inteira e que não têm culpa de morar lá, não têm culpa de não ter energia elétrica, não têm culpa de não ter tido acesso a muitas coisas? (BRASIL, 2007b, p. 4)<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao atendimento de 5 milhões de pessoas pelo Programa Luz para Todos - Palácio do Planalto, 02 de janeiro de 2007, p. 4.

Conclui o presidente, no mesmo evento acima citado, defendendo o desenvolvimento humano além do econômico e como um projeto nação:

Faz parte desse esforço coletivo, portanto, a melhoria de serviços públicos básicos, como segurança, educação e saúde, introduzindo, a médio e longo prazo, nesses setores, a filosofia de metas de produção, de gerenciamento por resultados e controle de qualidade. Nenhum país pode se desenvolver sem incorporar toda a sociedade nesse esforço de superação e crescimento. **A política de desenvolvimento, como temos repetido, tem que ser inclusiva e não segregadora de setores inteiros da sociedade. Mais desenvolvimento não é somente o crescimento do PIB e melhoria de variáveis macroeconômicas, tampouco é só acumulação de renda e capital. Ela deve ser, antes de tudo, desenvolvimento humano.** Para alcançarmos isso, temos que aperfeiçoar nosso sistema de idéias e nossas instituições. **A cultura produtiva, aliada a um novo humanismo, deve ser o motor para transformar o País.** O melhor de tudo é que conseguimos implantar bases bem sólidas para que isso aconteça. Hoje, na síntese final e completa da soma dos resultados econômicos, social e político, o Brasil, sem sombra de dúvida, se coloca em uma posição privilegiada no mundo. Aqui não se cresce sacrificando a democracia, aqui não se fortalece a economia enfraquecendo o social, aqui não se cria ilusões de distribuir o que não se tem, nem de gastar o que não se pode pagar. Aqui, o econômico, o político e o social estão plenamente enlaçados em um moderno projeto de nação (BRASIL, 2007c, p. 4)<sup>81</sup>.

O atrelamento da política social ao desenvolvimento econômico e social é uma constante nos discursos do presidente Lula desde o início de seu primeiro mandato, como vemos no exemplo a seguir, ocorrido em maio de 2004 na cerimônia de posse da nova composição do Consea.

A nossa política social almeja muito mais do que transferir renda às populações mais pobres. O desafio que queremos compartilhar com o Consea é fazer da política social um acelerador do desenvolvimento sustentável do país. Essa é a essência da Política Nacional de Segurança Alimentar que estamos e vamos construir. Para tanto é necessário fortalecer ainda mais o que já estamos fazendo: desenvolver a agricultura familiar; avançar na reforma agrária; combater o desperdício; multiplicar os bancos de alimentos; bem como expandir a rede de restaurantes populares, como tem feito o ministro Patrus; reforçar a merenda escolar e investir na educação alimentar.

---

<sup>81</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - Palácio do Planalto, 22 de janeiro de 2007, p. 4. (Grifos nossos).

Trata-se, enfim, como diz o mestre Celso Furtado, de reconstruir os fundamentos de uma população, portanto, as bases do próprio país e do seu desenvolvimento. Somente assim a geografia da fome, descrita por Josué de Castro nos anos 40, será substituída pela geografia da cidadania nacional (BRASIL, 2004d, p. 5)<sup>82</sup>.

Tal argumentação, de conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social também serviu para rebater as críticas que o governo Lula sofrera mediante os baixos índices de crescimento econômico. Críticas que foram apontadas pela oposição, principalmente mediante os resultados econômicos do primeiro mandato, onde se comparava com as economias da China e da Índia, além do bom momento econômico mundial que se verificava entre 2003 e 2007. Assim podemos verificar no próximo discurso do presidente Lula, proferido em maio de 2007, a defesa que se faz das prioridades de seu governo não estarem calcadas somente no âmbito econômico.

Se houve um momento, na história deste País, em que alguém se contentava com pouco, eu não me contento com pouco. Acho que o Brasil não pode, em hipótese alguma, jogar fora essa oportunidade que vocês e que nós criamos. **E essa oportunidade de crescimento, ela tem que vir combinada com uma política social que durante muito tempo se esqueceu.** Não adianta o País crescer a 7%, a 8%, se atrás não houver o crescimento da participação das pessoas nessa distribuição de renda.

E quando eu digo isso, eu me lembro, todo dia: em 1973 a economia brasileira cresceu 14%, entretanto, o salário mínimo decresceu. E nós estamos provando que, mesmo crescendo um pouco menos, fazendo política de distribuição de renda, as coisas vão acontecendo. É por isso que no Nordeste o consumo cresceu 38%, é porque uma parcela da população teve acesso ao elementar para comer, e nós queremos continuar fazendo isso (BRASIL, 2007g, p. 7)<sup>83</sup>.

Também é presente na argumentação do presidente Lula que todos devam ganhar quando a economia se desenvolve e que a política social representa essa possibilidade do Estado ajustar as disparidades econômicas da sociedade.

Aliás, esta semana, dia 24, eu e o Guido vamos fazer uma reunião com os 100 maiores empresários brasileiros para discutir uma estratégia para os empresários brasileiros, porque as pessoas precisam. Se a gente fizer um levantamento hoje, Guido, e

<sup>82</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da nova composição do Consea - Palácio do Planalto, 12 de maio de 2004, p. 5.

<sup>83</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 20º Congresso Nacional de Siderurgia - São Paulo-SP, 28 de maio de 2007, p. 7.

apresentar... Luiz Henrique, eu posso te dizer uma coisa, se pegar as mil maiores empresas deste País e se pegar as cem maiores de Santa Catarina, eles estão ganhando hoje mais do que ganharam a vida inteira, muito mais, porque o momento é extraordinário, as pessoas estão ganhando dinheiro e, por isso, aumenta a carga tributária. Quando as pessoas fazem críticas, as pessoas não apontam qual a alíquota que nós aumentamos, porque não aumentamos.

Aumentamos o PIS e Cofins para importação porque os empresários nos pediram, Luiz Henrique. Mas, obviamente que se a empresa está ganhando mais, ela vai pagar mais. E obviamente que vai aumentar a capacidade de arrecadação do estado, e é por isso que o estado pode fazer política social. Como é que a França atingiu o estágio que ela tem? Como é que a Suécia atingiu? Como é que a Dinamarca e a Alemanha atingiram? É porque a economia foi crescendo e um pouco do crescimento era distribuído para que as pessoas pudessem ter acesso aos bens construídos pela sociedade. É por isso que nós precisamos fazer política social, porque nós não queremos o modelo de 1973, em que a economia cresceu 14,3% e o salário mínimo decresceu. Depois que terminou o famoso Milagre Brasileiro, qual era o resultado, Luiz Henrique? Uma concentração de miseráveis neste País.

Então, ao governo cabe a tentativa de estabelecer essa justiça, de fazer com que uma parte do quinhão que a gente produz chegue até os mais pobres. É por isso que os trabalhadores rurais brasileiros sabem o que significa o aumento do dinheiro do Pronaf, é por isso que as pessoas sabem o que significa o crédito consignado, é por isso que as pessoas sabem o que a Caixa Econômica está fazendo de investimento em habitação, é por isso que as pessoas sabem o que significa o PAC (BRASIL, 2007j, p. 7)<sup>84</sup>.

Outro argumento que busca justificar a política social empreendida pelo seu governo está na constante afirmativa do presidente Lula de que ela não deve ser vista apenas como gastos, mas como investimento. Assim menciona o presidente no seguinte discurso, realizado em novembro de 2005, quando relata sobre o investimento em educação e saúde, e como estes podem proporcionar contribuintes e trabalhadores mais produtivos.

Eu, por exemplo, quando viajo para um estado, eu vejo a Universidade Federal Agrícola, em Recife. Ora, por que ela não tem um braço numa cidade do sertão? Por que as universidades não podem se espriar por todo o território nacional? É preciso que a gente mude a cabeça das pessoas, para que entendam que o dinheiro que a gente põe na saúde não pode ser tratado como: “Esse governo está gastando muito”. Não, educação, saúde, significa investimento.

Quando a gente constrói uma universidade, ela pode custar algum dinheiro no começo, mas quando o aluno entra na universidade, em

---

<sup>84</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de celebração de contrato para incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina pelo Banco do Brasil - Florianópolis – SC, 05 de outubro de 2007, p. 7.

pouco tempo o curso que ele faz dá para ele uma condição de cidadania, e o retorno de tudo o que o Estado investiu vem nos próprios impostos que ele paga, em função do seu salário.

É por isso que nós não temos que ter preocupação ao investir em saúde e educação. Na saúde também. Quando a pessoa está perfeitamente bem de saúde, ela produz muito mais no trabalho, ela é muito mais alegre, ela está sempre sorrindo, ela não tem problemas. Quando ela está doente, ela não produz, está mal-humorada. Então, nós precisamos cuidar desses dois itens com carinho excepcional (BRASIL, 2005b, p. 6)<sup>85</sup>.

Podemos perceber em alguns discursos do presidente Lula o motivo e a quem são endereçados os argumentos que relacionam política social à investimento. Como é o caso do discurso abaixo, onde o presidente Lula se refere ao “preconceito” de uma “parte da elite” resistente à investimentos destinados aos pobres.

Mas eu queria, Patrus, dizer para você o seguinte: o Ministério do Combate à Fome é um ministério em formação. Até porque todos nós, quando lançamos o programa Fome Zero, depois criamos o Ministério, depois criamos o Bolsa Família, nós tínhamos clareza de que era importante a gente ir aprendendo o que significaria fazer política social para milhões e milhões de brasileiros que, muitas vezes, passaram décadas sem ver a figura do Estado, seja da União, dos estados e dos municípios, batendo na sua casa ou passando na sua rua.

E o desafio foi importante, **porque o grande adversário do Ministério e dos programas foi enfrentar o preconceito, um preconceito cultural, um preconceito que está arraigado na cabeça de uma parte da elite brasileira** que acha que tudo o que a gente dá para ela é investimento, e tudo o que a gente dá para os pobres é gasto. Não têm dimensão cultural para fazer uma inflexão e perceber que o que nós investimos em políticas sociais significa um investimento tão importante quanto qualquer outro investimento. Porque por menos que você dê para uma pessoa pobre, você estará transformando essa pessoa numa espécie de consumidora dos bens de consumo populares que nós mesmos produzimos no Brasil (BRASIL, 2008b, p. 1-2)<sup>86</sup>.

Também podemos verificar os argumentos do presidente, sobre a relação entre investimento e política social, quando feitos diretamente em um evento de

<sup>85</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Decreto de Desapropriação do Terreno, entrega do Termo de Compromisso de Doação e anúncio da liberação de recursos para a construção do campus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e de Mucuri, em Teófilo Otoni - Teófilo Otoni-MG, 10 de novembro de 2005, p. 6.

<sup>86</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade – MDS 4 anos: Superando a Fome e Reduzindo as Desigualdades Sociais - QG do Exército, Setor Militar Urbano - Brasília-DF, 12 de março de 2008, p. 1-2. (Grifos nossos).

caráter empresarial, onde a palavra “preconceito” é substituída pelo termo “distorção conceitual” e é enfatizado também nesse discurso como a política de transferência de renda pode significar um investimento importante no mercado de consumo.

**No Brasil tem uma coisa que eu queria que vocês compreendessem bem: tudo o que a gente faz para o pobre é gasto; tudo o que a gente faz para os setores mais ricos – que precisamos fazer também – é investimento, o que é uma distorção conceitual muito séria.** Quando nós damos uma Bolsa Família de 75 ou 80 reais para uma mulher pobre, ela se transforma numa consumidora em potencial de alimentos, de roupas, de coisas de primeira necessidade, que é um sonho que nós tínhamos, de criar um mercado de massa, que os pobres pudessem adentrar... E não faz muito tempo... Há 20 anos eu, que era um trabalhador qualificado, para comprar danoninho para os meus filhos, eu comprava medido, por semana, só podia tomar um, se tomasse dois era castigado, só faltava colocar cadeado na geladeira. E eu era considerado classe média operária. Se tivesse trabalhado na fábrica de alguns aqui, quem sabe eu tivesse ganho um pouco mais, mas eu estava na Villares, então, não estava ganhando tão bem. Mas hoje uma pessoa de um meio de comunicação importante no Brasil ficou indignada porque uma mulher do Bolsa Família comprou uma geladeira. Obviamente que ela não comprou com o dinheiro do Bolsa Família, mas o dinheiro do Bolsa Família pode ter ajudado a pagar a prestação. Isso porque não fizemos o nosso programa de renovação de geladeira que vamos fazer, se Deus quiser. A imprensa foi lá e entrevistou essa moça. Ela falou: “não só eu comprei a geladeira, como estou de sandália nova porque eu pude comprar, eu compro sandália para os meus filhos”. Antes do Bolsa Família, tinha mulher que comprava um lápis e partia ao meio para dar para dois filhos ou para dar para dois netos. Hoje, ela se dá o prazer de comprar uma caixa de lápis para cada um. Isso não é investimento? Isso não é distribuição de renda? Isso não é investimento sadio? Então, no Brasil nós ainda temos que mudar determinados conceitos que foram criados ao longo do tempo (BRASIL, 2008a, p. 14-15)<sup>87</sup>.

Como podemos perceber, os discursos do presidente tem um tom de esforço de convencimento para que parte da sociedade aceite as políticas sociais que seu governo implementa. A defesa mais recorrente nos discursos do presidente Lula está para os programas de transferência de renda, para o combate à fome, para os gastos destinados diretamente à população pobre. No discurso seguinte, o argumento para que as empresas invistam nas melhoria de vida das pessoas pobres

---

<sup>87</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na mesa de negócios do The Economist Newspaper Group - Blue Tree – Brasília-DF, 12 de março de 2008, p. 14-15. (Grifos nossos).

é que elas precisam de muito pouco, muito menos que o público de empresários a que destina-se a fala podem imaginar.

[...]. Então, eu estou aqui muito mais em agradecimento a vocês, porque eu acho que a política social da Firjan, a preocupação da Firjan com a formação técnica, com a formação educacional e a gratidão que vocês me deram com aquele curso de alfabetização, em que eu tive o prazer de participar, é algo que apenas confirma aquilo que eu acredito: o Estado, sozinho, não tem condições de resolver grande parte dos problemas acumulados durante décadas e décadas. A sociedade brasileira precisa ser parceira e assumir uma tarefa.

Às vezes, fazer uma coisa por uma ONG, ou por uma entidade, é muito mais barato, muito mais fácil e muito mais eficaz do que fazer pelo aparelho, muitas vezes tecnocrático e burocrático, do Estado brasileiro. É por isso que eu vim na posse de hoje. É um agradecimento ao trabalho que vocês vêm fazendo. Eu acho que é um trabalho muito importante. Eu acho que vocês devem continuar fazendo muito mais, até eu ser convidado daqui a alguns meses.

Nós aumentamos de seis para oito meses o curso de alfabetização do MEC, porque também nós não queremos brincar de alfabetizar, dar um diploma para uma pessoa que não aprendeu nada. Então, nós preferimos aumentar um pouco, mas qualificar melhor a formação, **porque a alegria estampada no rosto daquelas pessoas pobres que falaram ali, ou seja, o fato de elas aprenderem a escrever o nome delas tem a mesma importância que tem para um de vocês, quando viram o filho de vocês se formar em engenharia, em advocacia ou coisa parecida. Essa gente precisa de pouco, essa gente reivindica pouco e essa gente precisa muito menos do que a gente pensa que elas precisam** (BRASIL, 2004h, p. 18-19)<sup>88</sup>.

No mesmo sentido argumentativo, de que é muito barato cuidar de pobre, fala o presidente aconselhando a outros governantes de estados que estavam presentes em evento no Palácio do Planalto em junho de 2007.

Então, eu queria dizer para vocês o seguinte: vamos dedicar esses próximos três anos e meio, Wagner... do seu mandato, só faltam três anos e meio, não tem mais quatro, viu Déda? Então, o tempo passa rápido. Eu queria pedir a vocês para que a gente, junto com a sociedade civil, tentasse, não apenas este Pacto, mas todas as outras políticas sociais que visem melhorar a vida do povo pobre deste País, que a gente não vacilasse, que a gente não permitisse que uma ajuda à parte excluída da sociedade ficasse em segundo plano, porque tem problema financeiro. Eu posso dizer para vocês o seguinte: **tem problema financeiro, mas cuidar do pobre é muito**

<sup>88</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da Diretoria da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro – Firjan - Rio de Janeiro, RJ, 21 de outubro de 2004, p. 18-19. (Grifos nossos).

**mais barato do que qualquer outra coisa que a gente faça neste País** (BRASIL, 2007h, p. 6)<sup>89</sup>.

Também falando a governantes, no mesmo sentido acima, agora em março de 2008, podemos ver o seguinte exemplo do entendimento do presidente Lula.

Por isso é que nós precisamos passar confiança e tranquilidade e não temos que ter vergonha de dizer claramente que só há uma razão de ser para a gente ser governante. É a gente atender aos direitos daqueles que nunca tiveram direito, **porque não tem nada mais barato para um governante do que cuidar dos pobres. Tudo o que as pessoas mais pobres querem é quase nada.**

Lamentavelmente no Brasil, em muitos lugares, o pobre só é tratado com valor no dia da eleição, porque no dia da eleição, o pobre mais pobre, tem o mesmo direito do maior banqueiro. Com dois na fila de votação, é capaz de o candidato falar mal do banqueiro e abraçar o pobre, mas depois das eleições, ele é capaz de jantar com o banqueiro e não convidar o pobre. Essa é uma lógica da política nacional que nós precisamos mudar, precisamos inverter e fazer com que o povo deixe de ser coadjuvante, para que o povo se transforme em sujeito da história de transformação neste País. É isso que nós brigamos. A vida inteira, Luiz Henrique, nós brigamos por isso (BRASIL, 2008c, p. 13)<sup>90</sup>.

Outro exemplo revelador de como argumenta o presidente Lula, é ao comparar como um investimento para resolver os problemas dos pobres é menos oneroso do que exige a resolução de problemas dos “ricos”, de empresários.

[...]. Vou pegar aqui o Programa do Leite. O pequeno criador que tem uma ou duas vaquinhas vende o litro de leite, no mercado, a 30 centavos. Nós entramos pagando 70 centavos pelo litro do leite de vaca e um real pelo litro do leite de cabra, e gastamos por volta de 270 milhões. Eu não sei bem a quantia, apenas para demonstrar a compra desses alimentos e a compra desse leite, e o fato de você poder fazer com que esse leite e os outros alimentos cheguem à merenda escolar ou cheguem à casa das pessoas necessitadas. Está explicado por que, com tão pouco dinheiro, a gente resolve um problema desse tamanho.

Minha querida representante do Unicef, uma coisa que está muito clara para mim, e é uma deficiência estrutural mundial, é que os problemas dos pobres são mais fáceis de resolver do que os problemas dos ricos. Ninguém imagina o que se pode fazer para

<sup>89</sup> Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de renovação do compromisso com o pacto “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro” de 2007 a 2010 - Palácio do Planalto, 26 de junho de 2007, p. 6. (Grifos nossos).

<sup>90</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do programa de revitalização do Maciço do Morro da Cruz e de assinatura dos termos de doação de telecentros a municípios do estado de Santa Catarina - Florianópolis-SC, 20 de março de 2008, p. 13. (Grifos nossos).

atender milhões de pobres com 500 milhões ou 600 milhões de reais e, muitas vezes, 1 bilhão de reais não atende à dívida de um empresário que está numa situação econômica difícil, que não é o caso hoje, porque a economia está bem e os empresários estão ganhando muito dinheiro (BRASIL, 2007h, p. 4)<sup>91</sup>.

Os discursos acima citados, onde aparece o argumento de que “é barato cuidar dos pobres” ou que “pobres precisam de pouco”, podem ser entendidos como justificativas aos gastos para essas políticas sociais focalizadas. Justificativas para os gastos de seu governo, que o presidente apresenta como investimento, como vimos anteriormente, mas que, de fato, são a parte do que foi produzido socialmente e que foi destinado a uma determinada parcela da população. Neste caso mencionado, aos “mais pobres”.

Essa tarefa, de argumentar ou justificar o que se aplica de recursos financeiros em políticas sociais, presentes nos discursos do presidente, ora buscando demonstrar que devem ser vistas como investimento, como integradas e compatíveis com o desenvolvimento econômico, ora ligadas ao predicado da humanização e ora defendendo que com “pouco” que se gasta já é o bastante para os “pobres”, traduz, de certa forma, uma **indeterminação** nos discursos que escamoteia a determinação real das políticas sociais dentro da lógica capitalista. Conforme Vieira (1992, p. 23), “[...] tem-se assistido na evolução do capitalismo ao predomínio da política econômica sobre a política social. A prioridade ficara toda com a política econômica e o restante, principalmente no Brasil, torna-se resto mesmo”. Compara o autor, que nos países chamados socialistas, há um planejamento central e não um planejamento de mercado, caso dos países capitalistas, assim não aparecendo distinção entre política econômica e social, pois são critérios coletivistas que determinam a distribuição dos bens e não o critério mercado. Podemos concluir, parcialmente, é claro, que ao apresentar justificativas ou argumentos sobre as políticas sociais de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apenas personifica o discurso hegemônico da lógica do mercado, que está presente na sociedade como um todo, pois a promoção ou menção de qualquer ato que possa promover maior igualdade na sociedade precisa ser desculpada. A igualdade formal, presente nas leis, não basta para o convencimento.

---

<sup>91</sup> Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de renovação do compromisso com o pacto “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro” de 2007 a 2010 - Palácio do Planalto, 26 de junho de 2007, p. 4.

Conforme nos aponta Faleiros, no mercado capitalista estrutura-se uma condição desigual entre indivíduos e grupos que vai contra a igualdade jurídica, formal.

[...]. As trocas são desiguais, baseadas no capital, na propriedade e nos ativos, [...] quanto mais riqueza há, mais probabilidade de acumulação e de distanciamento entre segmentos, grupos e classes e mais concentração de poder e riqueza entre os dominantes (FALEIROS, 2006, p. 5).

Além disso, destaca o autor, que apesar da grande maioria dos brasileiros perceberem as grandes desigualdades sociais, há um aceite passivo de tal situação<sup>92</sup>. Segundo Faleiros,

[...] essa percepção não provoca revolta, pois aparece como natural, seja pela aceitação passiva de um destino, seja pela falta de uma fundamentação política na percepção das relações sociais, ou mesmo de falta de informação em grande parte da população. A desigualdade passa a ser aceita como um dado natural sem perspectiva de mudança, pois se torna constitutiva da ordem social existente. O chamado “jeitinho brasileiro” talvez seja uma forma de enfrentar a “falta de jeito” político coletivo e organizado para a mudança, entendendo-se nesse jogo de palavras que o jeito é um processo que se joga com forças em confronto (FALEIROS, 2006, p. 5).

As políticas sociais determinadas pela política econômica nos países capitalistas, como a pouco destacamos em Vieira (1992), não possuem critérios coletivistas e a lógica do mercado capitalista e como acima descreve Faleiros, corrobora contra a igualdade jurídica e a favor da desigualdade econômica, tomando-a como natural às relações sociais. Assim, as justificativas e argumentos do presidente Lula acerca do que se gasta em políticas sociais no seu governo, marcadas pelo que chamamos anteriormente de indeterminação, parecem transitar entre a tentativa de convencer e o constrangimento de defender políticas que promovam maior igualdade social em uma sociedade eminentemente individualista.

Apesar de tal indeterminação nos discursos, eles precisam mostrar-se coerentes para quem os recebe. E a coerência é relativa ao modo hegemônico de se pensar sobre as políticas sociais nas ideologias políticas que reforçam a ordem

---

<sup>92</sup> Para tal afirmação, o autor aponta o seguinte estudo: GACITÚA-MARIÓ, Estanislao e WOOLCOCK, Michael. (Orgs). **Exclusão social e mobilidade no Brasil**. Brasília: IPEA: Banco Mundial, 2005.

econômica atual. Nessas ideologias, assim como se acredita que no capitalismo possa ser realizada a plenitude da justiça social, também é aceita a possibilidade de conciliar conflitos entre classes para o constante desenvolvimento econômico. Assim como vimos no capítulo anterior sobre o entendimento de Bresser-Pereira (2006, p. 214) a respeito da relação capital trabalho, onde defende que para os empresários basta uma taxa “satisfatória” de lucro para que possam investir e crescerem “indefinidamente” que os salários “acabam sempre crescendo com o aumento da produtividade”. Nessa perspectiva, de relação entre salário e lucro que o autor apresenta, como em sua visão de desenvolvimento e política social que observamos anteriormente, o discurso coerente está em aceitar a comunhão entre capital e trabalho, salário e lucro, política social e política econômica. Acreditar e defender que os conflitos são apenas conflitos e não contradições insuperáveis do capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que há de manifesto e latente quanto às concepções de Estado e políticas sociais em alguns dos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode refletir os desdobramentos de seu governo nas ações que se relacionam a tais conceitos?

Acreditamos que sim. Mesmo entendendo que suas opiniões, expressas em seus discursos (mesmo que neles fosse possível evidenciar a totalidade do que pensa o presidente), não são uma automática projeção do todo de seu governo, ainda assim, mostram-se condizentes com o papel do Estado e das políticas sociais para a conservação da ordem capitalista vigente e para as políticas econômicas e sociais que vem sendo tomadas no Governo Lula, demonstrando as mediações possíveis na definição da conciliação entre os interesses sociais e econômicos em jogo.

No capítulo anterior, tivemos a preocupação em demonstrar alguns aspectos dos discursos do Presidente Lula que denotam concepções subjacentes de Estado e políticas sociais, analisando-as à luz de algumas interpretações teóricas politicamente situadas e procurando constatar as possíveis aproximações dos discursos presidenciais a um posicionamento mais no campo da esquerda ou mais no campo da direita ideologicamente. Não tivemos como fim último um obrigatório enquadramento dos discursos do presidente Lula a um posicionamento no campo da esquerda ou no campo da direita, mas sim o de abordá-los calcados em algumas interpretações teóricas, as quais foram sumarizadas no primeiro capítulo.

A abordagem que empreendemos objetiva ressaltar nos discursos presidenciais que foram analisados, as ideias mais recorrentes relacionadas às concepções de Estado e de políticas sociais. Procuramos destacar as defesas e argumentos, presentes nos discursos do presidente Lula, sobre o papel do Estado e de como as políticas sociais são reveladas. Assim, suas concepções para tal temática não foram perseguidas como um tratado teórico, mas como um posicionamento teórico-político que pudesse indicar linhas e referências de seu governo examinadas a partir dos discursos presidenciais.

A relação presidente e governo, assim como a relação indivíduo e sociedade, conforme nos ensina Carr (1978, p. 34), não congrega a fragmentação usualmente utilizada, predominantemente, pelas interpretações teóricas e políticas

liberais. Segundo o autor, “[...] não chegamos a qualquer compreensão real, quer do passado quer do presente, se tentarmos operar com o conceito de um indivíduo abstrato permanecendo fora da sociedade” (CARR, 1978, p. 34). Não se trata, dessa forma, em nossa análise dos discursos presidenciais, de buscar as opiniões pessoais de Luiz Inácio Lula da Silva, mas examinar nos discursos do presidente explicações socioeconômicas e políticas pautadas na coletividade do governo, Estado e sociedade do referente momento histórico onde tais discursos são produzidos e também assimilados social e politicamente.

Podemos afirmar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma das grandes personalidades do nosso tempo, tanto por sua trajetória pessoal e política, como pela liderança carismática que representa. Além disso, como personalidade política da história recente do Brasil, foi candidato a Presidência da República nas primeiras cinco eleições diretas do período de redemocratização pós governos militares. Candidato do partido que ajudou a fundar, o Partido dos Trabalhadores, o maior e mais proeminente partido de esquerda do Brasil e também grande depositário das esperanças que grande parte da esquerda brasileira alimentava com relação a conquistas para a classe trabalhadora.

Não é objeto do presente trabalho, remeter a uma apresentação pormenorizada do presidente Lula<sup>93</sup>, mas devemos considerar que sua trajetória e sua história, por si, são formas de se comunicar, de ser reconhecido, além de seus discursos e declarações proferidas publicamente. A comunicação entre o Presidente Lula e a sociedade certamente influencia e tem demonstrado efeitos, pois os altos índices de popularidade e aprovação do governo por uma ampla maioria da população é um fato expressivo.

Encontramos em Carr (1978), o que ele chama de a melhor descrição que conhece para demonstrar a conexão existente entre os “grandes homens” e a história em que estão inseridos. Citando Hegel, afirma o autor que “O grande homem de uma época é aquele que sabe pôr em palavras a vontade de sua época, aquele que diz à sua época qual é sua vontade e a realiza. O que ele faz é o centro e a essência de sua época; ele atualiza sua época” (HEGEL, 1942, apud CARR, 1978, p. 49). Não precisamos todos concordar que a personalidade do presidente

---

<sup>93</sup> Encontramos em <<http://www.presidencia.gov.br/presidente/>> um panorama biográfico sintético do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e em Meneguello (1989) e Mendes (2002), aspectos da trajetória de Lula e do Partido dos Trabalhadores.

Lula seja de fato um “grande homem” de nossa época, mas referenciamos-nos em tal descrição para questionarmos essa tal época em que vivemos e como ela pode depositar tanta esperança ou conformação na liderança do presidente Lula e também em que ele diz.

A pesquisa CNT/SENSUS (2010) demonstra um histórico da avaliação que os entrevistados fazem do governo do presidente Lula que, como apresentamos a seguir, revelam como positiva a opinião da maioria dos entrevistados desde fevereiro de 2008.

#### Avaliação do Governo:

GOVERNO	MAI 05 %	JUL 05 %	SET 05 %	NOV 05 %	FEV 06 %	ABR 06 %	MAI 06 %	JUL 06 %	AGO 06 %	ABR 07 %	JUN 07 %
<b>Positivo</b>	39,8	40,3	35,8	31,1	37,5	37,6	38,3	41,0	43,6	49,5	47,5
<b>Regular</b>	38,3	37,1	38,2	37,6	40,0	36,7	37,5	38,5	39,5	34,3	36,5
<b>Negativo</b>	18,8	20,0	24,0	29,0	21,4	24,1	22,2	19,3	15,6	14,6	14,0

GOVERNO	OUT 07 %	FEV 08 %	ABR 08 %	SET 08 %	DEZ 08 %	JAN 09 %	MAR 09 %	MAI 09 %	SET 09 %	NOV 09 %	JAN 10 %
<b>Positivo</b>	46,5	52,7	57,5	68,8	71,1	72,5	62,4	69,8	65,4	70,0	71,4
<b>Regular</b>	35,9	32,5	29,6	23,2	21,6	21,7	29,1	23,9	26,6	22,7	22,0
<b>Negativo</b>	16,5	13,7	11,3	6,8	6,4	5,0	7,6	5,8	7,2	6,2	5,8

Fonte: (CNT/SENSUS, 2010, p. 7).

Na mesma pesquisa, o histórico que se apresenta da avaliação do desempenho pessoal do presidente Lula, demonstra que a opinião pública se mostra mais satisfeita ainda.

#### Desempenho do Presidente:

LULA	MAI 05 %	JUL 05 %	SET 05 %	NOV 05 %	FEV 06 %	ABR 06 %	MAI 06 %	JUL 06 %	AGO 06 %	ABR 07 %	JUN 07 %
<b>Aprova</b>	57,4	59,9	50,0	46,7	53,3	53,6	53,9	55,8	59,3	63,7	64,0
<b>Desaprova</b>	32,7	30,2	39,4	44,2	38,0	37,6	37,8	37,0	32,5	28,2	29,8
<b>NS/NR</b>	10,0	9,9	10,7	9,1	8,7	8,9	8,4	7,3	8,3	8,2	6,3
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

LULA	OUT 07 %	FEV 08 %	ABR 08 %	SET 08 %	DEZ 08 %	JAN 09 %	MAR 09 %	MAI 09 %	SET 09 %	NOV 09 %	JAN 10 %
<b>Aprova</b>	61,2	66,8	69,3	77,7	80,3	84,0	76,2	81,5	76,8	78,9	81,7
<b>Desaprova</b>	32,5	28,6	26,1	16,6	15,2	12,2	19,9	15,7	18,7	14,6	13,9
<b>NS/NR</b>	6,3	4,7	4,7	5,7	4,6	3,9	4,0	2,9	4,6	6,5	4,4
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: (CNT/SENSUS, 2010, p. 8).

Como é possível constatarmos nos índices dos períodos em que o governo tem as mais baixas taxas de aprovação popular, a avaliação dos que aprovam o desempenho pessoal do presidente Lula não cai na mesma medida. Ou seja, em todos os momentos pesquisados a avaliação do presidente Lula é melhor que a do governo e nas piores avaliações do governo essa diferença aumenta. Percebemos assim um descolamento da personalidade presidente Lula do governo Lula, mas ao mesmo tempo em ambas as situações de avaliação do desempenho do presidente Lula e do governo os indicadores são bastante satisfatórios.

A personificação da história, da política e de governos é uma marca da cultura política brasileira e especialmente dessa tal época em que vivemos. Como nos aponta Oliveira (2006a, p. 44), a clássica “cordialidade”, que Sérgio Buarque de Holanda descreve, e o patrimonialismo, impregnados na política, no Brasil são constantemente atualizados pela enorme desigualdade social, assim perdendo a possibilidade da “modernização das relações sociais” e de uma democracia mais concreta. Segundo o autor, ao analisar o primeiro governo do presidente Lula e suas perspectivas, a liderança carismática do presidente joga um papel relevante, mas avesso à política:

[...]. Há, aqui, um efeito interessante: o carisma do presidente tem atuado como um poderoso anestésico sobre as demandas populares que cresciam sob o governo FHC, e opera uma espécie de seqüestro da sociedade organizada; é próprio do carisma sobrepor-se a quaisquer outras determinações da divisão da sociedade, e ele anula, sobretudo, a divisão de classes. O carisma é da ordem do mito e este é o avesso da política. A transferência do PT para o interior do governo imediatamente provoca a paralisia dos movimentos sociais. Aqui, em termos gramscianos, o amplo “movimento” da conquista do governo anula as “posições” anteriores, pois o partido da oposição transforma-se no partido da ordem. A perplexidade dos adversários e dos aliados, e principalmente dos próprios petistas de esquerda, é total (OLIVEIRA, 2006a, p. 29).

Enorme carisma e cordialidade do presidente Lula também é destacada por Kamel (2009) relatando os contatos diretos que já teve com ele como jornalista:

Não há jornalista que tenha estado de algum modo diante do presidente Lula que não admita que ele é uma pessoa cativante [...]. Lula tem sempre um sorriso nos lábios, faz referências a contatos

anteriores, conta uma ou outra piada ou situação engraçada. Até no gestual Lula exercita sua simpatia [...] (KAMEL, 2009, p. 15).

E além dessas impressões, o autor destaca a grande capacidade de comunicar-se com o povo, como uma característica ligada a tal carisma.

Mesmo entre os críticos mais ácidos de Lula, ninguém duvida de sua imensa capacidade de comunicação. Esse é um dos mais relevantes traços do presidente: fazer-se entender de modo simples e eficaz, tanto pelo erudito quanto pelo iletrado. [...]. A novidade que a leitura de seus discursos revela é que o “método Lula de discursar”, [...] é absolutamente consciente. [...] seu objetivo é se comunicar com todos, mas, prioritariamente, com o “povão”, que compõe a massa de cidadãos. Para isso, Lula transforma o que muitos veriam como deficiência – sua sintaxe popular e sua falta de sofisticação gramatical – numa poderosa arma de comunicação (KAMEL, 2009, p. 23).

Tal carisma do presidente Lula é revelado também pela sua alta popularidade, sempre maior que seu próprio governo, como constatamos nos índices pesquisados. Aliada essa característica a um posicionamento político (de esquerda ou de direita) proclamado nos discursos presidenciais podemos levantar algumas questões acerca do que as concepções de Estado e políticas sociais podem revelar, identificando alguns aspectos que expressam o posicionamento dessas questões a partir dos discursos oficiais.

No primeiro capítulo, buscamos apontar algumas relações dos discursos do Presidente com as concepções teóricas de Estado e políticas sociais dos referenciais que utilizamos no capítulo I, agora retomaremos alguns pontos, além de trabalhar alguns novos.

O esforço no segundo capítulo estava focado em apresentar, nos discursos do Presidente Lula, o que se refere às concepções de Estado e políticas sociais, considerando os aspectos teóricos e políticos dessas questões, como, por exemplo, o caso do seguinte discurso do presidente Lula, apresentado no verbete “esquerda” do dicionário de Kamel (2009), onde apresenta a visão do presidente Lula sobre esquerda e direita.

Passei vinte e poucos anos criticando o Delfim Netto [...], e agora Delfim Netto é meu amigo eu sou amigo dele. E por que eu estou dizendo isso? Porque eu acho que é a evolução da espécie humana. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, quem é mais de

esquerda vai ficando socialdemocrata, menos à esquerda, e as coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo e de acordo com a responsabilidade que você tem, não tem outro jeito. Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela está com problema. Se conhecer uma pessoa muito nova de direita, também está com problema (KAMEL, 2009, p. 303)<sup>94</sup>.

Nesse exemplo, extraído de um discurso do presidente Lula, a radicalidade de posicionamento, “esquerdista”, é atribuída a falta de maturidade, o presidente Lula coloca que uma “evolução” natural, leva a um direcionamento ao posicionamento político de centro. Essa definição encontrada converge politicamente com os argumentos teóricos apresentados por Bresser-Pereira (2007).

[...]. O grande objetivo tanto da esquerda quanto da direita é conquistar o centro, porque, quando o conquista, se torna governo. Como esse centro se move ciclicamente ora para um lado ora para outro, toda a luta ideológica entre a esquerda e a direita nas democracias modernas se trava em torno de empurrar esse centro mais para a esquerda ou mais para a direita (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 85).

Encontramos nessas relações de concepções sobre o comportamento teórico e político da esquerda e da direita uma das bases do posicionamento teórico e político liberal, que expressa a rejeição do posicionamento radical, revolucionário, assim demonstrado nas concepções do socialismo conservador ou burguês descritas por Marx e Engels no Manifesto Comunista.

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e a dissolvem. [...], a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos (MARX/ENGELS, s/db. p. 23).

O argumento teórico e político que desconsidera o conflito entre capital e trabalho também é um argumento teórico e político expresso no discurso do presidente Lula e na análise de Bresser-Pereira sobre a tendência “natural” da esquerda e da direita confluírem ao centro. Há uma descaracterização,

---

<sup>94</sup> 11/12/06, São Paulo – SP. Entrega dos prêmios: Brasileiro do Ano, pela revista IstoÉ; Empreendedor do Ano, pela revista IstoÉ Dinheiro; e Personalidade do Ano, pela revista Isto É Gente.

principalmente da esquerda, como um campo político proposto às transformações socioeconômicas profundas na relação entre capital e trabalho. Os discursos do presidente Lula, preponderante no concílio entre classes, convergem com tal concepção teórica e política da esquerda como proposta política distinta das proposições da direita. E isso pode ser explicado pelas determinações concretas envolvidas no contexto socioeconômico e político nacional e internacional. Como alerta Oliveira (2006b, p. 286), o PT no poder rendeu-se à política partidária tradicional entrando no jogo do poder, pelo poder, mas esse poder disputado sem diferenças programáticas dos partidos, pois o que está determinando essa inexistência da política é uma dominação globalizada do capital, que perpassa no Estado e flui como corrosiva da alternativa política que representava o PT.

[...] o Partido dos Trabalhadores, criado no período de invenções, com larga base entre os trabalhadores industriais e de serviços, e sobretudo nas estatais, viu-se erodido pelo próprio processo de privatizações e desregulamentações, com a forte perda de empregos formais, a intensa informalização do trabalho, a desqualificação semântica dos *privilégios* dos servidores públicos e o enorme desemprego. A financeirização de par com a privatização das estatais deu lugar a uma nova classe criada para gerir os fundos de pensão que são – pisme-se! – de propriedade dos trabalhadores. Esse movimento transportou-se para o partido que profissionalizou-se e foi integrado ao corrupto e ineficaz sistema partidário brasileiro. Assim, a vitória do capitalismo mundializado é quase total (OLIVEIRA, 2006b, p. 286).

Complementando o argumento acima, o autor destaca que “[...] com a liderança carismática de Lula, o PT facilita a dominação burguesa sem política”, pois esta poderia revelar-se uma grande contradição, quando construída pelos dominados, sendo capaz de emperrar a empresa de exploração de classes (OLIVEIRA, 2006b, p. 286). Ou seja, um discurso conciliador de classes beneficia apenas a classe que tem a política como uma barreira para seus interesses conservadores, a burguesia.

Como podemos constatar, as palavras do presidente Lula expressas em seus discursos tem um considerável peso teórico e político, dado o seu reconhecido carisma e sua confirmada popularidade e aprovação, mas ao mesmo tempo, mostram-se condizentes com a lógica de submissão das classes subalternas, pois convergem com uma concepção afastada do campo da esquerda, onde a pauta da transformação de uma ordem econômica desigual deveria ser uma constante. Essa

afirmação, não a fazemos pelos seus discursos soltos, mas atrelada a análise das concepções de Estado e políticas sociais que buscamos revelar nos discursos presidenciais.

Quanto às concepções de Estado presentes nos discursos do presidente Lula, podemos destacar algumas regularidades que, inclusive, nortearam as escolhas dos fragmentos que utilizamos na pesquisa. Entre elas destacamos:

- a ideia de que o Estado é limitado e com o poder menor do que as pessoas imaginam;
- há, desde o início dos discursos, em 2003, um chamamento à participação da sociedade para atuar em áreas sociais e essa tônica persiste em momentos posteriores;
- a sociedade e o Estado devem ter uma responsabilidade partilhada sobre os problemas urgentes a serem enfrentados, como é o caso da fome existente no país;
- o Estado como indutor das “ações que a sociedade necessita” e não como executor;
- a defesa de uma administração democrática e participativa no Estado e argumentos que buscam mostrar que essa é uma marca de seu governo;
- a necessidade de construir consensos em torno do Estado;
- o Estado é responsável por fazer o que não dá lucro à iniciativa privada;
- o Estado deve ser um promotor da cidadania, sem pensar em lucro, como também um promotor do consumo e da produção;
- perante a última crise econômica mundial o Estado passa a ser valorizado como insubstituível pelo mercado, como executor e não apenas como indutor das “ações que a sociedade necessita”.

Como é possível constatar, essas questões estão presentes com regularidades nos discursos do presidente Lula. Alguns elementos de concepções da natureza e das funções do Estado revelam uma variação que vai de um extremo ao outro na relação entre Estado e iniciativa privada. Conforme apontamos no segundo capítulo, referendados por teóricos dos campos da direita e da esquerda, nesses discursos percebemos, por vezes manifesta, por vezes latente, a atuação do chefe do Estado como um intermediador dos interesses socioeconômicos em jogo, atuação condizente com o Estado capitalista. Assim, como nos aponta Faleiros (1991, p. 59, 1980, p. 59), o Estado como “poder articulador” possui como suas

principais funções no capitalismo, garantir a acumulação do capital e legitimar a ordem social. Para o autor (1991, p. 34), nessa tarefa o Estado precisa manter a mão-de-obra excedente, o exército de reserva, controlado nos momentos de crise e apto ao trabalho nos momentos de expansão do capital e as políticas sociais são parte importante desse processo, mas também é efetivo o caráter ideológico, tanto presente nas políticas sociais, como também presentes nos discursos acerca do Estado e das políticas sociais. Discursos estes que revelam, em grande medida, aspectos teóricos e políticos das concepções liberais democráticas.

O Estado, democrático-liberal, como verificamos em Vieira (1992, p. 78), metamorfoseia-se para configurações que concebem maiores ou menores intervenções estatais na economia ou em áreas específicas, conforme as determinações históricas do capitalismo, tendo como fim último estas mudanças de perspectivas a conservação do modo de produção perante suas crises econômicas cíclicas e estruturais ou determinados contextos sócio-políticos. Assim, as variações encontradas nas concepções de Estado nos discursos do presidente Lula estão convergindo com essa descrição do Estado de uma democracia liberal, ou seja, não são essencialmente concepções variáveis, mas seguras e objetivas, concepções conservadoras do Estado liberal, teórica e politicamente empenhadas em ajustar as funções do Estado capitalista para os fins que ele presta no contexto socioeconômico e político

Quando examinamos a relação entre concepções de Estado e políticas sociais que estão presentes nos discursos do presidente Lula, uma base liberal, afastada do campo da esquerda, pode ser claramente evidenciada. Como analisamos no segundo capítulo, os discursos referenciam, de maneira direta ou indireta, nas políticas sociais, concepções que podem revelar uma certa “indeterminação”, mas que são coerentes com a função e os argumentos aceitos socialmente de maneira hegemônica acerca desse tema.

Nos argumentos e proposições sobre as políticas sociais de seu governo, o presidente Lula está levando em conta que a lógica do mercado é muito mais que um simples sistema de trocas, mas constituinte de um modo predominante de pensar da sociedade, o que, segundo Faleiros (2006, p. 5), se caracteriza pela aceitação generalizada das desigualdades sociais como naturais e imutáveis, parte integrante da ordem social existente. Assim, podemos constatar nos discursos do presidente Lula a tentativa de convencer e o constrangimento em defender a

aplicação de recursos ao provimento de alguns direitos sociais que juridicamente já existem.

Por já existir uma igualdade jurídica (direitos sociais previstos em lei) deveriam ser dispensados argumentos em prol de ações governamentais de promoção da igualdade, mas, na realidade, como nos indica Vieira (1992, p. 23), os critérios existentes nos países capitalistas seguem um ordenamento do mercado, havendo uma sobreposição das políticas econômicas às políticas sociais, e não critérios coletivistas, que tornaria indistinta a relação do âmbito econômico e do social, assim estabelecendo maior igualdade social já nas relações econômicas. Nesse sentido, o que podemos afirmar, é que os discursos do presidente Lula são eficazes e populares porque calculados conforme a ideologia política socialmente aceita. Seu parâmetro principal de argumentar não é calcado em propósitos teórico-políticos do campo da esquerda, não utiliza seu carisma para construir opiniões, mas para convencer teórica e politicamente opiniões de maneira pragmática, procurando não desagradar eleitores e nem as frações da classe dominante.

Em entrevista concedida em outubro de 2009, ao ser mencionada a sua mudança de imagem ocorrida na campanha eleitoral para presidente da república em 2002, o presidente Lula confirma o que afirmamos no parágrafo anterior:

[...]. Não mudei minha cara. Comprei apenas um terno novo para 2002. Não é possível mudar a cara. A pessoa pode aprimorar. Em 2002, fizemos uma pesquisa em que 85% diziam que a reforma agrária tinha de ser pacífica. Levei mais de 15 dias para que minha boca pudesse proferir reforma agrária tranquila e pacífica. Essas mudanças têm de ter. Algumas que a gente fala, pensando que está agradando, não batem com o que povo pensa (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/10/2009).

A necessidade de “aprimorar”, teórico e politicamente para que seus discursos agradem se revela, por exemplo, nas ideias relacionadas a uma concepção de política social. Essas ideias podem ser destacadas, pois aparecem com uma certa regularidade e também nos indicar em que posicionamento teórico-político se colocam:

- acabar com a fome é um compromisso moral e ético para toda a sociedade;
- a questão da fome tem que ser transformada em um problema político;
- o problema da fome e da miséria é capaz de sensibilizar a sociedade;

- a sociedade, empresários e trabalhadores devem ser coautores das políticas sociais;
- as políticas sociais são capazes de garantir a democracia e desestimular uma possível “revolução”;
- as políticas sociais são conquistas históricas de direitos dos cidadãos;
- determinadas políticas sociais garantiram a inclusão de grupos excluídos e possibilitaram a reeleição;
- as políticas sociais não devem ser usadas para fins eleitoreiros;
- a política social de seu governo é integradora dos programas sociais e tem um caráter estrutural, não é apenas emergencial;
- objetivo final das políticas sociais é que os indivíduos vivam de seu próprio trabalho;
- desenvolvimento econômico é totalmente compatível com desenvolvimento humano, desenvolvimento social e as políticas sociais do governo Lula buscam essa harmonia;
- as políticas sociais não devem ser vistas apenas como gastos, mas como investimentos;
- as pessoas pobres precisam de pouco, “não tem nada mais barato para um governante do que cuidar dos pobres”.

Além desses aspectos, que são recorrentes nos discursos do presidente Lula quanto às suas concepções de política social, há uma questão constante sobre esse tema que merece ser destacada. É a de que nunca houve, ou poucas vezes existiram políticas sociais no Brasil. O seguinte discurso é um exemplo disso.

[...]. Quando nós lançamos o Programa Fome Zero, em 2003, nós fomos execrados, execrados pela direita, por determinados setores dos meios de comunicação e por setores de esquerda, que não entendem a política de combate à fome como uma política social, mas costumam chamar de assistencialista. Eu sei o quanto aquele companheiro Graziano foi atacado. Eu sei quantas vezes a manchete de jornal crucificou aquele companheiro. E eu sei em quantos debates aqueles dos discursos fáceis diziam: “Isso é assistencialismo, o que é preciso é gerar emprego para todo o mundo”. Como se nós não soubéssemos. Nós sabíamos, mas nós tínhamos consciência de que era possível construir o que nós estamos construindo. E a gente não tem apenas que fazer comparação com o futuro que a gente deseja, nós temos que fazer comparação também com o passado, para que a gente possa ter um ponto de equilíbrio neste País.

Josué de Castro escreveu a *Geografia da Fome* em 1946. Eu nasci

em 1945. Em 1952, eu fui para São Paulo por causa da fome no Nordeste brasileiro. E fui para São Paulo, Patrus, morar na capital paulista, num bairro em que até os 10 anos, não apenas eu, mas muitos pobres, passavam a mesma fome que passávamos no Nordeste brasileiro. Porque neste País, a verdade nua e crua é que poucas vezes se pensou em política social, e poucas vezes nós tivemos governantes que estivessem próximos do povo pobre. Tirando Getúlio Vargas, eu quero saber quem é que esteve perto dos pobres, neste País, quando ele constituiu a CLT (BRASIL, 2007i, p. 3)<sup>95</sup>.

Nesse discurso do presidente Lula é possível percebermos uma resposta às críticas de setores da direita e de setores da esquerda, a referência ao seu passado pobre e a relação direta entre política social e atendimento aos pobres. Quando se compara a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), uma política de Estado, que compreende garantias universais aos trabalhadores do país, às políticas de governo provisórias, voltadas a amenizar a fome e a miséria e políticas de geração de empregos, que no sistema capitalista nunca serão permanentes, podemos verificar que as concepções de política social presentes nos discursos do presidente Lula desconsidera como um coletivo a classe trabalhadora como um todo, limitando assim a necessidade de políticas sociais apenas aos pobres e aos desempregados. Também podemos constatar nesse discurso, além de outros apresentados, a personificação da política social, ou seja, assim como Getúlio Vargas estava perto dos pobres, Luiz Inácio Lula da Silva também está.

Alguns estudos confirmam que a política social no governo Lula é focalizada e nivelada por baixo, a fim de apoio de composições da classe dominante e do eleitorado que não tem efetivas condições teóricas e políticas de se reconhecer como classe. Segundo Marques e Mendes (2006), o primeiro mandato do presidente Lula ganha forte empenho, principalmente, no pagamento do serviço da dívida externa e no campo da política social a focalização em transferência de renda para as camadas mais empobrecidas. Assim, esses dois extremos da pirâmide social (capital financeiro e classe trabalhadora *excluída*) compõe uma nova base que o PT buscava. No ano de 2006, ano de eleição para presidente e da campanha eleitoral que culminou com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, verificamos no pronunciamento à nação realizado em janeiro, essa síntese dos maiores esforços de investimentos do primeiro governo Lula:

---

<sup>95</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Fortaleza-CE, 03 de julho de 2007, p. 3.

Ao devolvermos ao FMI o dinheiro que estava à disposição do Brasil por conta da crise de 2001-2002 estamos provando, entre outras coisas, que não dependemos mais de empréstimos externos para continuar crescendo, podemos fazê-lo com nossos próprios recursos. Isso significa independência e desenvolvimento. O melhor é que isso está ocorrendo junto com uma série de outras conquistas do povo brasileiro, no mesmo momento, por exemplo, em que temos os melhores resultados dos últimos anos na redução da pobreza, na distribuição da renda e na criação de empregos com carteira assinada; no mesmo período em que temos o melhor crescimento da massa salarial e um forte aumento do crédito pessoal e consignado; no momento em que nossas exportações estão batendo recordes todos os meses, elevando bastante o nosso saldo comercial. E o que mais me alegra: tudo isso ocorre na hora em que o país faz o maior investimento social da sua história.

Só para você entender: quando assumimos o governo, o país investia 7 bilhões de reais em programas sociais. Em 2005, aplicamos 17 bilhões. E este ano vamos chegar a 22 bilhões, beneficiando diretamente 40 milhões de brasileiros pobres.

Essas vitórias só foram possíveis graças a um trabalho sério, persistente, determinado. Elas mostram que com equilíbrio e maturidade o Brasil está conseguindo fazer da política econômica e da política social duas faces de uma mesma moeda, dois pilares de um projeto de Nação moderno e humano (BRASIL, 2006, p. 1-2)<sup>96</sup>.

Segundo Oliveira (2006a, p. 36), a “erosão” da base classista do PT, fruto de processos econômicos e políticos de enfraquecimento do movimento sindical iniciados já no governo Collor, levam o próprio *marketing* produzido para a primeira eleição de Lula como presidente a desprender-se significativa e pragmaticamente de sua classe originária e a ampliar uma base eleitoral desagregada mas de forte âncora social e política. Nesse mesmo sentido, Boito Jr. (2006) defende que

[...] o Governo Lula lograra ampliar o impacto popular do modelo neoliberal, praticando, melhor que FHC, a política do *novo populismo conservador* – um tipo de populismo que explora eleitoralmente a população pobre desorganizada lançando mão, para tanto, das políticas compensatórias e do discurso ideológico neoliberal que estigmatiza os direitos sociais como privilégios. [...] (BOITO JR., 2006, p. 239).

Ainda, segundo Boito Jr. (2006, p. 240), com o desmonte e ataques programados aos direitos trabalhistas, o governo Lula implementa políticas que interessam a toda a burguesia e também políticas específicas que privilegiam a

<sup>96</sup> Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre o pagamento da dívida com o FMI - 16 de janeiro de 2006, p. 1, 2.

fração dominante (a burguesia financeira e parte da industrial), assim garantindo o apoio massivo da burguesia nacional e maior estabilidade política interna.

Outro estudo que analisa a política social no governo Lula é o de Filgueiras e Gonçalves (2007), afirmando que ela é o contraponto de uma política econômica liberal-ortodoxa herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo o autor, no governo Lula,

A visão dominante sobre políticas sociais restringe o tratamento e a análise das desigualdades de riqueza e renda e da pobreza, assim como limita as políticas públicas ao âmbito apenas das classes trabalhadoras e de seus rendimentos. Essa visão, adotada pelo governo Lula, deixa de fora as causas estruturais desses fenômenos, bem como desconsidera os rendimentos do capital, ambos localizados no âmago das relações entre as classes sociais (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 27).

Para Filgueiras; Gonçalves (2007, p. 27), a origem das concepções de política social utilizada nesse governo é da formulação conceitual promovida pelo Banco Mundial, a qual utiliza o conceito restrito de pobreza, que desconsidera a acumulação do capital e leva em conta apenas os rendimentos do trabalho. Assim, operando com políticas focalizadas aos mais pobres entre os pobres, como é o caso dos programas de transferência de renda, transformando cidadãos em consumidores tutelados. Segundo o autor, toda essa lógica de política social mercantil e seletora opera de maneira ideológica despolitizando o conflito distributivo.

Como é possível verificarmos, algumas pesquisas denotam o caráter liberal (em liberalismos variados) das políticas sociais no governo Lula e seu afastamento do que a esquerda como proposta política transformadora tendencialmente esperaria. Assim como pudemos constatar nos discursos oficiais do presidente Lula acerca de concepções de Estado e Política social, o tratamento teórico e político expresso nos discursos revela significativa busca por dissolver o conflito de classes trabalhando para conciliar o irreconciliável: a contradição fundamental entre capital e trabalho. Tal posicionamento, essencial nos discursos do presidente Lula, demonstram o caráter liberal de suas concepções teóricas e políticas e justificam também sua posição de mediador de interesses socioeconômicos conservadores do ordenamento capitalista.

Com a afirmação acima, não pretendemos encerrar as análises feitas, pois dessas que trabalhamos, muitas lacunas ficaram para ser pesquisadas e analisadas, e muitas outras análises acerca das políticas sociais referentes às concepções do presidente Lula e as ações de seu governo deverão ser estimuladas e estudadas. O que podemos expressar, com toda certeza, é que ao encerrar o segundo mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, muitos aspectos desse período serão estudados, dentre eles a função do Estado e da política social. Talvez o discernimento que o tempo nos permite possa clarificar os problemas aqui levantados e certamente exigirá muitos esforços teóricos e políticos para compreendermos a dinâmica socioeconômica e política que emerge no contexto da sociedade brasileira contemporânea e expressam os interesses sociais e econômicos que a sustentam.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse - Parlatório do Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003a. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 01/04/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial - Anfiteatro Pôr do Sol – Porto Alegre – RS, 24 de janeiro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003b. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial - Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003c. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Palácio do Planalto, 13 de fevereiro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003d. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do presidente da Associação Comercial de São Paulo - Clube Monte Líbano – São Paulo – SP, 27 de março de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003e. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre os Cem Dias de Governo - Palácio do Planalto, 07 de abril de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003f. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 01/04/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores - Hotel Blue Tree Towers – Brasília-DF, 27 de junho de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003g. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Petrobrás - Fome Zero - Palácio do Planalto, 1º de setembro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003h. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Fazenda do Menor de Feira de Santana - Feira de Santana - BA, 12 de setembro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003i.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 1ª Conferência Nacional das Cidades - Minas Brasília Tênis Clube, 23 de outubro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003j. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do prêmio Príncipe de Astúrias - Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003k. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato público comemorativo do programa Um Milhão de Cisternas Rurais - Lagoa Seca-PB, 30 de outubro de 2003.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2003l. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades” - Hotel The Grand Intercontinental – Nova Delhi – Índia, 27 de janeiro de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004a. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de entrega do cartão Bolsa Família - Auditório do Palácio das Artes, Belo Horizonte-MG, 18 de março de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004b. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de inauguração do Restaurante Popular da Coca-Cola - Belo Horizonte, MG, 18 de março de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004c. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da nova composição do Consea - Palácio do Planalto, 12 de maio de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004d. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre**

**Combate à Pobreza - Xangai, China, 26 de maio de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004e. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do “Global Compact Leaders Summit” - Nova Iorque-EUA, 24 de junho de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004f. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 23º Salão Internacional do Automóvel - São Paulo, SP, 20 de outubro de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004g. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da Diretoria da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro – Firjan - Rio de Janeiro, RJ, 21 de outubro de 2004.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2004h. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de instalação do Conselho Nacional da Juventude - Palácio do Planalto, 2 de agosto de 2005.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2005a. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Decreto de Desapropriação do Terreno, entrega do Termo de Compromisso de Doação e anúncio da liberação de recursos para a construção do campus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e de Mucuri, em Teófilo Otoni - Teófilo Otoni-MG, 10 de novembro de 2005.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2005b. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre o pagamento da dívida com o FMI - 16 de janeiro de 2006.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2006. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 01/04/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso de posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional – Brasília, DF: Congresso Nacional, 1º de janeiro de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007a. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao atendimento de 5 milhões de pessoas pelo Programa Luz para Todos - Palácio do Planalto, 02 de janeiro de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007b. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - Palácio do Planalto, 22 de janeiro de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007c. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre o governo do Rio e o Ministério dos Transportes para construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro-RJ, 06 de fevereiro de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007d. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - Palácio do Planalto, 23 de março de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007e. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da representação da FAO para a América Latina e o Caribe - Santiago-Chile, 26 de abril de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007f. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 20º Congresso Nacional de Siderurgia - São Paulo-SP, 28 de maio de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007g. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de renovação do compromisso com o pacto “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro” de 2007 a 2010 - Palácio do Planalto, 26 de junho de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007h. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Fortaleza-CE, 03 de julho de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007i. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de celebração de contrato para incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina pelo Banco do Brasil - Florianópolis – SC, 05 de outubro de 2007.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2007j. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na mesa de negócios do The Economist Newspaper Group - Blue Tree – Brasília-DF, 12 de março de 2008.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2008a. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade – MDS 4 anos: Superando a Fome e Reduzindo as Desigualdades Sociais - QG do Exército, Setor Militar Urbano - Brasília-DF, 12 de março de 2008.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2008b. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do programa de revitalização do Maciço do Morro da Cruz e de assinatura dos termos de doação de telecentros a municípios do estado de Santa Catarina - Florianópolis-SC, 20 de março de 2008.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2008c. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião dos governadores e prefeitos da Rodada de Integração Produtiva do Foro Consultivo de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul (FCCR): Eixo Sul - Foz do Iguaçu-PR, 07 de novembro de 2008.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2008d. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de posse do ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha. Palácio Itamaraty, 28 de setembro de 2009.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2009. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>> Acesso em: 09/12/2009.

BOITO Jr, Armando. **A burguesia no Governo Lula.** *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.* Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>>

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Ed. 34, 1996. (originalmente publicado em inglês).

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Ed. 34, 2003. 456 p.

\_\_\_\_\_. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, no. 36, 1995: 85-104. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil\\_LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/EstadoSociedadeCivil_LegitimidadeDemocratica.p.pg.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, v. 26, n. 2 (102), p. 203-230 abril-junho/2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/102-3.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Esquerda nacional e empresários na América Latina**. Lua Nova, São Paulo, n. 70, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452007000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 06 out. 2009. doi: 10.1590/S0102-64452007000100005.

CARNEIRO, R. M; **Brasil frente à crise global**. Interesse Nacional, 2009, p. 20-30. Disponível em: <<http://www.iececon.net/ricardo/Carneiro1.pdf>>, Acesso em: 12 abr. 2010.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAVES, Eduardo O. C. O Liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa. In: LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007. p. 01-60.

CNT/SENSUS. **Pesquisa de opinião pública nacional**: rodada 100. Relatório Síntese. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/portal/img/arquivos/Relatorio%20Sntese.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2010.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Partidos políticos e educação**: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Ed. Escala, s/d a.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistências sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

\_\_\_\_\_. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Inclusão social e cidadania**. Palestra proferida na ICSW32, em Brasília, em 17 de julho de 2006. 32º Internacional Conference on Social Welfare (ICSW Conference 2006). Disponível em: <[http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/vicente\\_faleiros.pdf](http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/vicente_faleiros.pdf)> Acesso em: 21/08/2009.

FOLHA DE S. PAULO. **Entrevista do presidente Luiz inácio Lula da Silva**. 22 de outubro de 2009. São Paulo, Especial para a Folha. Entrevista na íntegra disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u641276.shtml>> Acesso em: 26/10/2009.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GACITÚA-MARIÓ, Estanislao e WOOLCOCK, Michael. (Orgs). **Exclusão social e mobilidade no Brasil**. Brasília: IPEA: Banco Mundial, 2005.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 8 ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.

KAMEL, Ali. **Dicionário Lula**: um presidente exposto por suas próprias palavras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. pp. 9-46. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/admin/correio.htm>>. Acesso em 18/08/2009.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572006000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 07 fev. 2009. doi: 10.1590/S0101-31572006000100004.

MARX, K & ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, v. 1 s/d b.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A crise em perspectiva**: 1929 e 2008. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 82, Nov. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000300003&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 12 abr. 2010.

MENDES, Candido. **Lula: a opção mais que voto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: a formação de um partido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MINTO, Lalo Wantanabe. Estado e produção capitalista: o público e o privado em perspectiva histórica. In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 07-60.

MÜLLER, Marcos Lutz. G. W. F. Hegel – Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou o Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio – Terceira Parte: A Eticidade – Terceira Seção: **O Estado**. Campinas: Unicamp. Textos Didáticos, nº 32, maio de 1998.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. (orgs) **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006b. ISBN: 987-1183-56-9 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>.

\_\_\_\_\_. **O Momento Lênin**. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 75, July 2006a . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200003&lng=en&nrm=iso)>. access on 16 May 2010. doi: 10.1590/S0101-33002006000200003

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORSO, Paulino José. **Liberalismo, neoliberalismo e educação**. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira. 2003. Tese (Doutorado) Unicamp, Campinas, São Paulo.

PRATES, Daniela M. Cenários da Crise: mercado de crédito. In: **Jornal da Unicamp**, 30 mar. 2009. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/marco2009/ju424\\_paq0607.php#](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2009/ju424_paq0607.php#)> Acesso em: 10 abr. 2010.

SANFELICE, José Luís. A problemática do público e do privado na História da Educação no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei, Et al. **O público e o privado na História da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 177-185.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC*, Florianópolis, v. 23, p. 427-446, 2005. Disponível em: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/1eneidarose.pdf>, acesso em 5 nov. 2009.

VIEIRA, E. **A política e as bases do direito educacional**. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, 2001a. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622001000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 08 Nov 2006. doi: 10.1590/S0101-32622001000300002.

\_\_\_\_\_. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, F. M. G. (org). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001b.